



Universidade de Brasília (UnB)  
Instituto de Ciências Sociais (ICS)  
Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA)  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA)

**O trabalho invisível do cuidado e a emancipação das mulheres  
no cerne da discussão lactivista**

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais

Raquel Vieira de Castro Braga

Dissertação apresentada à banca de avaliação como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, Estudos Comparados sobre as Américas, sob a orientação de Rosamaria Giatti Carneiro.

**Banca Examinadora:**

Prof. Dra. Rosamaria Giatti Carneiro – Orientadora (ELA/UnB)  
Prof. Dra. Elaine Moreira (ELA/UnB)  
Prof. Dra. Ana Gretel Echazú Böschmeier (DAN/UFRN)  
Prof. Dra. Elizabeth Ruano (ELA/UnB) (Suplente)

Brasília, 07 de janeiro de 2022

## Sumário

Introdução.....	6
Capítulo 1. Breve histórico da amamentação no Brasil .....	24
Capítulo 2. Metodologia e referencial teórico .....	31
Capítulo 3. Da “cultura do desmame” .....	58
Capítulo 4. Do trabalho invisível: “Amamentar é direito da mulher?” .....	72
Conclusão .....	90
Referências bibliográficas .....	96

## **Agradecimentos**

Aos meus filhos, Antonio e Teresa, a quem devo minha vida. E a quem deles cuidou para que eu pudesse me dedicar a este trabalho: meu pai Marcus, e minhas mães adotivas: Andreza, Fran, Conceição e sua família.

Por acreditarem na minha capacidade de realizar, agradeço aos amores: Pedro Couto, Luiza Calvette, Ana Carolina Gomes, Tito Sá, Victoria Junqueira, Natália Aquino, Isabelle Araújo; aos amores de infância: Nathália Fernandes, Isadora Dalle, Tainá Seixas, Bárbara Flor, Helena Pureza, e à minha namorada Jamile.

Agradeço à minha orientadora, Rosa, pelo encorajamento fundamental e pelo exemplo arrebatador de mulher, mãe e pesquisadora.

Às mulheres mães inspiradoras que carregam o mundo, cuja força busco transmitir nestas páginas, na esperança de que seja um testemunho de luta.

Às minhas gatas: Selene, Aurora e Iris, que são meu lar, minha cura e minha paz.



## **Resumo**

A partir da análise do movimento social de mulheres mães brasileiras por direitos relativos à amamentação, através da investigação de perfis selecionados de ativistas na rede social Instagram, teço relações entre a teoria feminista, o feminismo de(s)colonial e a mobilização de mulheres por seus direitos. Busco demonstrar como mulheres mães lactantes constroem espaços de politização, apoio e questionamento da estrutura que as cerca, reivindicando reconhecimento para seu trabalho e para suas práticas em torno da amamentação, bem como autonomia sobre seus corpos.

Palavras-chave: amamentação, lactivismo, feminismo

## **Abstract**

From the analysis of the social movement of Brazilian women mothers for rights related to breastfeeding, through the investigation of selected profiles of activists on the Instagram social network, I weave links between feminist theory, decolonial feminism and the mobilization of women for their rights. I seek to demonstrate how women lactating mothers build spaces for politicization, support and questioning of the structure that surrounds them, claiming recognition for their work and for their practices around breastfeeding, as well as autonomy over their bodies.

Keywords: breastfeeding, lactivism, feminism

## **Resumen**

Desde el análisis del movimiento social de mujeres madres brasileñas por los derechos relacionados con la lactancia materna, pasando por la investigación de perfiles seleccionados de activistas en la red social Instagram, tejo relaciones entre la teoría feminista, el feminismo de(s)colonial y la movilización de mujeres por sus derechos. Busco demostrar cómo las mujeres madres lactantes construyen espacios de politización, apoyo y cuestionamiento de la estructura que las rodea, reivindicando el reconocimiento por su trabajo y por sus prácticas en torno a la lactancia materna, así como la autonomía sobre sus cuerpos.

Palabras clave: lactancia materna, lactivismo, feminismo

Quando ideologicamente isoladas, sentimos que nossos problemas, pensamentos e sentimentos são particulares a nós enquanto indivíduos. O resultado disso é que somos impedidas de reconhecer a base sociopolítica dos nossos problemas e das nossas circunstâncias.

Dee L. R. Graham, *Amar para sobreviver: mulheres e a síndrome de Estocolmo social*

Amamentar é a escolha que fiz e que faço todos os dias. Escolhas só existem quando há informação, o resto é falácia e hipocrisia. [...] Mulheres que amamentam não gastam fortunas em indústrias alimentícia e farmacêutica. Mulheres que fazem livre demanda não servem à lógica exploradora do mercado de trabalho. Mulheres que dão colo e afeto não criam as máquinas de moer gente que o capitalismo precisa. Mulheres cujos peitos não servem exclusivamente ao prazer masculino são donas demais do próprio corpo. E mulheres que sabem que seu leite é sempre forte, que seu corpo é forte, que sua voz é forte, ameaçam derrubar o sistema pelas estruturas. Essas mulheres, elas não servem. Já pensou que amamentar sua cria pode ser uma forma de não servir ao sistema? [...] Que fique claro que não afirmo que aleitamento materno é sinônimo de amor e que não amamentar é faltar com o mesmo. Mas sim que o desencorajamento à amamentação faz parte de um pacote muito maior, esse sim de desamor e robotização, de um sistema com interesses escusos.

Ativista Lian Tai, Instagram, 01/08/20

## Introdução

There is nothing revolutionary whatsoever about the control of women's bodies by men.

The woman's body is the terrain in which patriarchy is erected.

Adrienne Rich, *Of woman born*, p. 55

Esta pesquisa se impulsionou pela necessidade de compreender os múltiplos – ora ambíguos, e por vezes conflitantes – significados e leituras que se atribuem à amamentação em nossa sociedade.

Fui nutriz lactante por três anos e meio, de maio de 2016 ao fim de 2019, sem registro oficial daquelas últimas mamadas esporádicas de minha filha. Meu projeto de mestrado para ingresso no Departamento de Estudos Latino-Americanos foi escrito – literalmente – com duas crianças penduradas no peito. Retornar ao universo acadêmico, após (e durante) uma jornada de maternidade solo gemelar intensiva, foi – como tem sido – semelhante a levar caixote<sup>1</sup> no mar. A maternidade solo é a experiência singular de cuidar sozinha. Digo singular, mas no Brasil não é fato incomum<sup>2</sup>. Apesar de ter minha rede de apoio, sem a qual não haveria esta dissertação, não tenho parceria para criar meus filhos. No meu caso, sugiro uma metáfora que carrego diariamente comigo. Estou carregando muitas pedras montanha acima. Quando penso ter encontrado meu ritmo, cai uma pedra. No que ponho a catá-la, cai outra. E assim fico, em estado permanente de equilibrar minhas pedras, porém nunca em estado de verdadeiro equilíbrio.

Resgatar, reconstruir estas formas de pensamento, após o que considero uma ruptura total na minha vida, do tempo das coisas, da personalidade e até da cognição. Indelével a ruptura, a desigualdade, a depressão e agora a pandemia de Covid-19; todavia o mundo segue girando e as mulheres parindo sem cessar. Toda pessoa no mundo veio do ventre de uma mulher. O que as mulheres fazem me espanta.

Gestar, parir, nutrir, e todo o conjunto de pequenos milagres que uma mulher faz para criar gente. E ao dizer milagre não pretendo nenhum romantismo e tampouco religiosidade, mas sim falar do meu espanto. Daquilo que mudou para mim, abrindo

---

<sup>1</sup> Sucessivos caixotes num mar ermo e bravo. A onda vem avassaladora, me revira, nela me embaralho, aceito o turbilhão, luto para voltar à superfície. Tomo meu fôlego, apenas para tomar fôlego e seguir, sem poder tomar muito prumo de nada. Lá vem onda.

<sup>2</sup> <https://labedu.org.br/realidade-das-maes-solo-no-brasil/>

olhos para ver o dantes invisível. Do sentimento profundo de união com outras mulheres mães. Da busca por se juntar, fazer-se ouvida e conhecida, fazer-se vista e respeitada, fazer valer o que se crê e o que incessantemente se faz. Testemunhar a luta das mulheres me inquieta. A ambiguidade de sentidos começo a verificar por toda parte na minha investigação também, como ecos do invisível, da ambivalência enfrentada no contexto da amamentação.

Aqui, o contexto da minha investigação é o panorama lactivista – diz respeito ao ativismo vinculado à defesa da amamentação e a dimensão política atribuída ao ato de amamentar. Para caracterizar o *lactivismo*, cito a pesquisadora mexicana Francesca Sanz Vidal, da Facultad de Filosofía – Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo:

El movimiento lactivista surge como respuesta a un importante descenso de la práctica de la lactancia materna; de manera espontánea y sin una cohesión y organización homogéneas, ha ido ganando espacio y visibilidad en las sociedades occidentalizadas como uno de esos movimientos necesarios para influir en el corazón de unas sociedades que han desconsiderado múltiples aspectos relacionados con la cultura del cuidado. El debilitamiento del estado de bienestar y la exacerbación del individualismo han dado lugar a la degradación de las instituciones encargadas de apoyar el ámbito del cuidado de las personas. No me refiero solamente a la desarticulación de la sanidad pública o de la atención a la dependencia (bebés, personas de la tercera edad o con diversidad funcional), sino que además nos encontramos en los últimos años con la desvalorización de los elementos que conforman la ética del cuidado, como son el vínculo materno-filial, la necesaria interdependencia y el compromiso, que diversas autoras asumen como esenciales para el funcionamiento sostenible de una sociedad. (Vidal, 2017, p. 240)

Em termos de ativismo institucionalizado, existe a IBFAN<sup>3</sup> (Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar, em inglês *International Baby Food Action*), formada por mais de 270 grupos de ativistas espalhados por cerca de 168 países, que atua desde 1979 pelo objetivo de criar normas fundamentadas em princípios éticos para orientar o marketing de substitutos do leite materno. No Brasil, existe desde 1983, presente em vários estados, contando com membros voluntários, profissionais da saúde, psicologia, assistência social direito, agronomia, medicina veterinária, pedagogia, fonoaudiologia, antropologia, sociologia jornalismo, fiscalização sanitária, mães e pais da comunidade, profissionais ligados a organizações não governamentais de defesa da cidadania, a grupos de incentivo da amamentação ou cidadãos interessados no tema.

O objetivo da IBFAN é coordenar esforços de proteção ao aleitamento materno, compartilhar informações e aumentar a consciência mundial sobre a importância da amamentação e os perigos potenciais da alimentação artificial na infância. Ela atua também para sensibilizar as autoridades internacionais (especialmente OMS e UNICEF)

---

<sup>3</sup> <http://www.ibfan.org.br/site/>

e nacionais quanto à implementação do código internacional de comercialização de substitutos do leite materno e das resoluções e ele relacionadas.

Uma atividade crucial da IBFAN é o monitoramento da NBCAL (Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras), que corresponde a um conjunto de regulamentações sobre a promoção comercial e a rotulagem de alimentos e produtos destinados a recém-nascidos e crianças de até três anos de idade. O objetivo da NBCAL é assegurar o uso apropriado de tais produtos de forma a reduzir sua interferência na prática do aleitamento materno.

Encabeçado pelo IBFAN, é celebrado anualmente o “Agosto Dourado”, com a SMAM (Semana Mundial do Aleitamento Materno), que acontece no Brasil desde 1992, definindo um *slogan* a cada ano, e executando ações e eventos de promoção em parceria com bancos de leite de cada cidade. Palavras como “ouro líquido” são comuns para definir o leite materno. Desde a profusão do universo virtual, as mulheres participantes inundam as redes com fotos amamentando, relatos de experiência, frases de incentivo e informações, o que venho acompanhando desde 2015, quando gestava.

Algumas mulheres e suas páginas nas redes chamaram minha atenção desde anos antes de iniciar esta pesquisa, quando recém-chegada ao universo materno, em 2016. Eis que, ao definir mais precisamente meu campo de investigação e buscar uma direção mais objetiva na qual mirar, entre 2018 e 2019, fui percebendo os ecos das minhas questões teóricas e indagações pessoais sobre a maternidade em várias postagens, bandeiras, polêmicas e problemáticas levantadas nesses perfis que fui aos poucos conhecendo, dos quais logo destaquei “a mulher que engoliu o mundo”, da ativista Veronica Linder, mãe solo de gêmeas.

O termo, surgido como apelido carinhoso para uma mulher grávida de gêmeos, logo me remete à tarefa com a qual se depara uma mãe de gêmeos que deseja amamentar. Enfrentar o mundo? Engolir esse universo de informações, influências, prescrições, investigar os próprios desejos, carregar tudo, toda a responsabilidade por dois bebês e o que isso implica ao olharmos o mundo de volta? Engolir a si mesma, com toda a sua revolta – e revolução – internas? Engolir os percalços e desafios e fabricar do próprio sangue o alimento mais poderoso do mundo, e ser também o mundo inteiro para duas crianças? Trabalho sem folga ou intervalo? Trabalho invisível? Essas questões e outras acabaram por esboçar e dar corpo à pesquisa, cuja maior parte se desenvolveu no



Figura 1: Veronica divulgando a almofada de sua criação, enquanto amamenta as filhas

auge da pandemia da Covid-19. Pude também acompanhar, através desses perfis, como as mulheres lidaram com esse período de isolamento, riscos e sobrecargas agravadas.

Estive com Veronica Linder, “a mulher que engoliu o mundo”, e dezenas de outras mães ativistas no Rio de Janeiro, em novembro de 2019, no evento XV ENAM (Encontro Nacional de Aleitamento Materno, que foi também o V ENACS, Encontro Nacional de Alimentação Complementar Saudável). Já conhecia e acompanhava virtualmente algumas dessas mulheres, por afinidade na experiência do aleitamento e na busca por apoiar outras mulheres. Algumas de nós, reunidas naquele evento, eram moderadoras do grupo virtual FAG – Falando de Amamentação Gemelar, no qual



Figura 2: Divulgação do ENAM/ENACS/WBC/WCFC 2019

buscávamos acolher mães de gêmeos em suas dúvidas e processos desafiadores, com experiências em comum e histórias singulares.

O evento, organizado pela IBFAN (Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar – *International Baby Food Action*), contou com apoio do Governo Brasileiro e de universidades públicas, e foi palco também da III Conferência Mundial de Aleitamento Materno (3rd WBC) e da I Conferência Mundial de Alimentação Complementar (1st WCFC). No site oficial do encontro<sup>4</sup> encontrávamos:

O Encontro busca a construção conjunta de uma plataforma de ação por meio do compartilhamento de experiências com atores comprometidos com a promoção, proteção e apoio à amamentação: profissionais de saúde, governantes, cientistas, grupos de mães, organizações da sociedade civil, agências das Nações Unidas, organismos internacionais, instituições de pesquisas, grupos de interesse público, estudantes, agentes comunitários de saúde e outros parceiros. Teremos a oportunidade de rever ações direcionadas à ampliação de políticas e recomendações efetivas quanto à alimentação infantil saudável. O Encontro abordará a amamentação como um direito humano a ser protegido, enfatizando os direitos das mulheres, os direitos das crianças, o direito à alimentação saudável e a proteção legal à maternidade, entre outros temas fundamentais.

## 'Mamaço' reúne mil mães no Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo

Ato em defesa do aleitamento materno marcou abertura de um encontro internacional de especialistas em amamentação no Rio

Saulo Pereira Guimarães

11/11/2019 - 13:50 / Atualizado em 12/11/2019 - 08:48



Ato público em defesa da amamentação realizado no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio Foto: Marcia Foletto / Agência O Globo

Figura 3: reportagem sobre mamaço realizado no Rio de Janeiro, na abertura do ENAM/ENACS em 2019

Foram cinco dias de evento, entre palestras e rodas de conversa, cercada de pediatras, enfermeiras, doulas, consultoras de aleitamento, odontopediatras, nutricionistas, profissionais da atenção à saúde, em sua maioria mulheres com nível superior de educação – e alguns homens –, de diversas origens e nacionalidades. Ouvia e olhava atentamente, um universo na verdade tão familiar para mim, à época formada doula, educadora perinatal e mãe solo lactante de gêmeos de três anos, organizadora do “mamaço” de Brasília no ano anterior, por ocasião da Semana Mundial de Aleitamento de 2018 (SMAM), evento anual encabeçado pela IBFAN Brasil<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> <http://www.enam.org.br/index.php>

<sup>5</sup> <http://www.ibfan.org.br/site/eventos/smam>



*Figura 4: eu e meus filhos no mamaço de 2018, em Brasília*

Nos mamaços, dezenas de mães se reúnem para trocar experiências e juntas amamentar seus filhos, numa manifestação política pró-amamentação. Com meus filhos mamando, participei desses encontros por três anos consecutivos, último dos quais nos rendeu uma aparição no jornal televisivo local.

Já a experiência no congresso em novembro de 2019 para mim foi bem diferente. Viajei sozinha de Brasília para o Rio de Janeiro, pela primeira vez passando mais que algumas horas longe dos meus filhos, que há pouco haviam desmamado. Ao mesmo tempo em que tudo ali, entre palestras e gráficos, me era um conteúdo familiar, algo me soava prescritivo, inalcançável, um incômodo inominável me distanciava de todas ali.

Como pode o ativismo pela amamentação de fato ajudar e apoiar mulheres, para além do discurso da superioridade indiscutível do leite materno? Amamentar é um ato político, uma forma corporificada de fazer política? Isso também é verdade para o não amamentar?

Instigada pela construção social do papel da mãe na sociedade, e pelos desdobramentos dessa “aspiração” ou “destino” na jornada das mulheres a partir da experiência real da maternidade, busco contribuir, através da perspectiva das Ciências Sociais, para um panorama da discussão sobre a amamentação no Brasil, a qual envolve a conjugação de múltiplos fatores e forças, a saber: o patriarcado, evidências científicas, atenção à saúde, modo de produção capitalista, reivindicação de direitos, luta e teoria feminista, argumentos ambientais e ecológicos, psicologia perinatal, percepções culturais sobre família, o papel da mulher na sociedade, a infância e o lugar da criança. Mapeando a situação social, busco tecer certos diagnósticos, que defendo serem repletos de ambiguidades e contradições.

Tais diagnósticos se referem a qual o lugar da amamentação e do trabalho do cuidado em nossa sociedade, aos desafios encontrados pelas mulheres na experiência da maternidade, aos caminhos de luta construídos por mulheres pela reivindicação de direitos acerca da autonomia de seu corpo e de sua saúde reprodutiva. Também diz respeito às questões estruturais que constituem a defesa da amamentação e como esta dialoga com outros problemas sociais.

Há que se aprofundar nas particularidades ensejadas pela amamentação para a subjetividade e autonomia femininas, a partir da construção histórica e social do papel de mãe para as mulheres. Através do apanhado bibliográfico e da investigação dos discursos, acredito que as mulheres vêm transformando ao longo dos séculos e décadas as concepções em torno da maternidade, em termos de como exercê-la, qual significado tem na vida da mulher, como se constrói e reconstrói a identidade da mulher mãe, e qual lugar ocupamos na sociedade. Como isso se relaciona à agenda feminista de luta, resistência, reivindicação de direitos, em busca de autonomia sobre aquilo que concerne o próprio corpo e a própria vida? Como isso se verifica nas falas das mulheres ativistas pela amamentação?

Em sua obra sobre os aspectos interdisciplinares da amamentação, ela é caracterizada por João Aprigio Guerra de Almeida (1999) como fenômeno híbrido que

conjuga natureza e cultura, vinculada portanto à diferença sexual, à divisão do trabalho, à relação intrínseca entre as formas de dominação, determinantes na significação do trabalho e papéis sociais atribuídos às mulheres. O autor tem ampla experiência na rede de bancos de leite humano no Brasil, e escreve:

Na direção de um posicionamento que recusa a redução, tanto na dimensão biológica quanto na social, a categorização da amamentação como um híbrido natureza-cultura procura perseguir uma abordagem da amamentação como reflexo de determinantes biológicos e condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais. Este movimento, contrário à dicotomia costumeira estabelecida entre o biológico e o social, gera novas oportunidades teórico-metodológicas na forma de operar com as questões que permeiam a amamentação, possibilitando uma revalorização da biologia e um aprofundamento nos processos interdisciplinares que permeiam a temática. (Almeida, 1999)

A amamentação, enquanto fenômeno que conjuga o biológico e o cultural de forma ímpar, é dimensionada na formação da identidade da mulher-mãe e reverbera em amplos aspectos da vida. Diz respeito à nutrição, um corpo que alimenta outro corpo; um corpo que ampara outro corpo, comunicando-se com ele. Um corpo de mulher que produz alimento para um bebê, corpo se vinculando ao corpo da criança, um ato atendendo a necessidades de um binômio. Misturando ali os limites entre corpos. O bebê se desenvolve física e emocionalmente em interação com o seio. Reitero aqui a perspectiva de Ester Massó Guijarro (2015a), que aborda a amamentação como transcorporalidade:

realidade en la que partes (fluidos) de un cuerpo pasan a otros, encarnándose un tipo muy singular de relación entre ambos (o más cuerpos), y constituyendo, así, un modo específico y peculiar de permeabilidad, de intercambio de placeres y virtualidades, de intersubjetividad e interdependencia; dicho de otro modo, de ruptura con el dogma de la individualidad. (Massó Guijarro, 2015a, p. 190)

Para a cientista social espanhola Massó Guijarro, amamentar cria uma alteração da normatividade individualista moderna: a transmissão do leite materno na relação de corporalidade láctea supõe uma extensão da interdependência fisiológica que sucede também na gestação, supondo uma extensão da ruptura dos limites individualistas entre os corpos (Massó Guijarro, 2015a, p. 189).

Mãe e bebê estão no mundo, na sociedade que vê e espera dessa mãe uma postura, desse bebê um crescimento. Múltiplos significados, expectativas e conflitos serão deflagrados ao longo de todo o processo. A mãe lactante é uma mulher no mundo. Seu corpo se transforma, seu cérebro, seu tempo; atender a um bebê é desafiar às exigências do resto do mundo. Um mundo adulto, patriarcal, capitalista, produtivista, individualista e consumista.

Para situar o impacto da amamentação, investigo como os papéis sociais tipicamente atribuídos ao feminino se relacionam com as percepções acerca do significado de amamentar na nossa sociedade, seja por amamentar ou não amamentar, maternar ou não maternar, e como fazê-lo, e qual sua importância para as mulheres, ao considerarmos os desafios de fazer valer suas escolhas na realidade prática e material diária. A própria noção de “poder de escolha” deve ser questionada, sob a perspectiva da maternidade compulsória (Souza et al, 2019) e da opressão contra as mulheres. A maternidade compulsória diz respeito à prescrição social que socializa a criança do sexo feminino para um papel específico de *mulher*, conduzindo-a ao casamento heterossexual e à reprodução, conforme concepções idealizadas de maternidade.

No Brasil, o casamento infantil atinge 554 mil meninas entre 10 e 17 anos<sup>6</sup>, e a gravidez na adolescência atinge 400 mil meninas por ano<sup>7</sup>. A principal causa atribuída a tais taxas é a falta de educação sexual e desconhecimento sobre direitos reprodutivos. No Brasil, o SUS registra cerca de 195 mil internações por aborto por ano<sup>8</sup>, ao passo que o aborto legal é uma realidade restrita a pouquíssimos casos. Além disso, atualmente a taxa de feminicídios no Brasil é registrada como a 5ª mais alta do mundo<sup>9</sup>. Assim, como de fato falar sobre *poder escolher* ou poder se desvencilhar de tamanhas prescrições comportamentais, que agem sobre todas, umas mais que as outras?

Considerando, portanto, o parco acesso à contracepção, a compulsoriedade da maternidade, a exploração de meninas e mulheres em condições vulneráveis, e a ainda persistente discriminação das mulheres no mercado de trabalho<sup>10</sup>, falar sobre escolha dentro da maternidade se torna tarefa complicada. Escolher como criar, como conjugar as demais responsabilidades com o cuidado, amamentar ou não amamentar, quais prescrições seguir e em quais recomendações confiar? Quais utensílios comprar, como se preparar, onde buscar apoio? A maternidade, embora pareça natural no sentido

---

<sup>6</sup> <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-e-o-4-pais-no-mundo-em-casos-de-casamento-infantil/#:~:text=Apesar%20do%20casamento%20infantil%20ser,e%2014%20anos%20de%20idade>.

<sup>7</sup> <http://bvsmis.saude.gov.br/ultimas-noticias/3123-01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>

<sup>8</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/os-abortos-diarios-do-brasil/>

<sup>9</sup> <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Femic%C3%ADdio-no-Brasil-.pdf>

<sup>10</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>

biológico, apresenta-se em múltiplos significados e caminhos diante da complexidade socioeconômica.

Bravo e Hernández (2017) propõem quatro eixos essenciais de análise para debater maternidade e amamentação: a identidade feminina vinculada à maternidade; a idealização da maternidade; os estereótipos de “buena y mala madre”; e o instinto materno (Bravo & Hernandez, 2017, p. 144). Ao longo da história, as concepções sobre maternidade são um conjunto de crenças e significados que se transformam sob fatores culturais e sociais. As representações sociais vigentes e prevalecentes geram modelos impostos de maternidade atrelados à ideia do amor incondicional e do instinto materno (Badinter, 1985, e Rich, 1986). Da mesma maneira, as concepções sobre a amamentação como “natural e instintiva” têm de ser desnaturalizadas e questionadas:

A concepção atual de amamentação é fruto de uma construção do movimento higienista e remonta ao século XIX. As estratégias de promoção da amamentação comumente praticadas estão impregnadas de reducionismo biológico, marcado pela incapacidade de se lidar com a ambivalência que se estabelece para a mulher, entre o querer e o poder amamentar. As ações se caracterizam pela verticalidade das construções e seguem a ideologia que reduz a prática da amamentação a um atributo natural, comum a todas as espécies de mamíferos e simbolicamente traduzida em slogans do tipo “amamentar é um ato natural, instintivo, biológico e próprio da espécie”. [...] A amamentação, principalmente nas últimas décadas, transformou-se numa maneira de caracterizar a mãe, determinando se sua conduta em relação ao filho é ou não correta, de acordo com os padrões socialmente valorizados que vemos refletidos no discurso trazido para os espaços virtuais. Ao questionar os conceitos de instinto e de natureza humana, essas ideias perdem na atual visão que se tem da maternidade, e as mulheres, por sua vez, ainda são submetidas a antigos conceitos sociais. As mulheres reafirmam o desejo idealizado de amamentar, para “dar o melhor ao filho”, respaldando-se no discurso oficial cientificamente instituído. (Gomes, 2016, p. 489-490)

Echazú reflete sobre o estudo da amamentação enquanto historicamente restrito ora ao universo biológico, da natureza (a exemplo da medicina e da antropologia clássica); ora ao universo do doméstico, tradicional, aquele rejeitado pelo feminismo da igualdade surgido nos anos 1960, que reivindicava a liberdade e a sexualidade femininas, afastando-se, todavia, de temas relativos à gestação, parto, amamentação e puerpério. Assim, aspectos culturais e políticos da prática foram relegados:

Ambas posturas (tanto la del feminismo como la de la antropología clásicos) relegan a la práctica de la LM a lo tradicional, que a la vez, encubre lo natural, y que por lo tanto no corresponde al ámbito ni de la lucha política ni del quehacer cultural. De dónde provienen estos acotamientos? Hemos presenciado dos escisiones: de la LM respecto de lo sexual y de la LM respecto de lo social. Sin embargo, no es que la práctica de la LM haya sido olvidada sistemáticamente por el quehacer científico: estas escisiones se deben a que se presenta paralelamente una inserción del tema en otra área. Tenemos la dicotomía naturaleza – cultura, nacida con la modernidad, que más adelante analizaremos. En virtud de este esquema, se rompe la relación de la LM con lo cultural, y se la atribuye a lo natural. Lo definido como natural ha sido, claramente, objeto de la ciencia natural. Medicina y nutrición han sido las disciplinas que han abordado con más

asiduidad la temática, dejando relegados los aspectos simbólicos y contextuales de esta práctica. (Echazú, 2004)

No artigo “Ecología y lactancia: apuntes desde la antropología” (Echazú, 2004), a antropóloga pondera sobre relações entre ecologia, economia capitalista, leite materno (LM) e também concepções sobre natureza, mulher e feminino:

la relación de causalidad entre las dicotomías *hombre – mujer* y *cultura – naturaleza*, implica que lo que hacen los varones se considera automáticamente cultural y lo que hacen las mujeres es percibido como instintivo, natural, como algo que no trasciende la animalidad. Podría elaborarse una metáfora circular, asumiendo que la Naturaleza ha sido feminizada y, por tanto, devaluada y oprimida, y las mujeres han sido naturalizadas y, por tanto, devaluadas y oprimidas. (Echazú, 2004)

A relação entre amamentação e natureza é cultivada pelas ativistas pró-lactância e levada a outros paradigmas. De fato, a ideia do instinto materno evocada pela reivindicação da condição de mamíferas dentro do movimento lactivista (também no movimento por partos humanizados) faz parte da investigação de Massó Guijarro (2015c). Recusar essa “parte mamífera” é de fato o que vem sendo feito pelo paradigma biomédico preponderante nas últimas décadas, porém “el lactivismo busca, piensa, que resulta de una gran conveniencia y eficacia culturales fomentar precisamente esa “parte mamífera”, esas conductas que agudizan nuestros altruismos y bienestar como especie” (Massó Guijarro, 2015c, p. 197).

Por outro lado, é importante ressaltar que tal apropriação positiva da “condição de mamífera” surge num contexto de classe média, senão totalmente branco, mais embranquecido, posto que existe em sua contraposição a recusa da “animalidade”, relacionada à vivência racializada de grupos de mulheres cuja lida com tais aspectos “animais” presentes no materno e amamentar possui outras nuances complexas, em que a reivindicação pela humanidade ganha maior significado. Nesse sentido, combate-se a “animalização” das mulheres, à medida que preconizamos a luta contra a negligência e a violência obstétricas, que atingem de forma agravada as mulheres racializadas (Leal et al, 2017).

Parto à análise de como se vem conjugando o amplo debate que alinhava a luta feminista, os determinantes biológicos, os aspectos culturais e históricos de origem patriarcal, o sistema de produção capitalista, a autonomia das mulheres e as responsabilidades maternas de cuidado; a face evidente da maternidade descrita por Scavone (2004): “a da responsabilidade feminina na reprodução humana, desde a responsabilidade pelos corpos gerados – seja na gravidez, no parto, na amamentação

seja na continuidade da vida da criança – e pelo controle da concepção, pois os métodos contraceptivos são, em sua maioria, femininos.” (p. 142). A partir de resultados de uma pesquisa qualitativa com mães lactantes, escrevem Brecailo e Tamanini (2016) sobre a ética feminista do cuidado, que demanda o reconhecimento do cuidado como trabalho:

Neste estudo, as práticas sociais do cuidado, assim como em muitos outros contextos, ainda estão embasadas em uma visão essencialista da mulher. Nela, o maternar e o cuidar são vistos como sua tarefa natural e, portanto, mesmo trabalhando fora de casa, a mãe se mantém no papel de responsável pela casa e pelos filhos. [...] a manutenção de relações e práticas desiguais entre homens e mulheres também se reproduz no saber biomédico e nas suas formulações normativas, conforme se observou neste campo. [...] O cuidado, desde a essencialização da maternidade, mantém como principal desafio a necessidade de problematizar os contextos de maternidades e assegurar a politização do conteúdo do cuidado, a partir de uma desnaturalização e desconstrução da ordem simbólica do cuidar, o que permitirá o acolhimento da diversidade no ato de amamentar. (Brecailo e Tamanini, 2016, p. 843-844)

Sobretudo no que diz respeito a mães de crianças menores, sabemos que: “En la actualidad, las mujeres continúan presentando mayores dificultades que los varones para articular trabajo remunerado y cuidados.” (Batthyány, 2017, p. 205). Em seu estudo sobre cuidados não-remunerados no Uruguai, Batthyány demonstra o impacto que a sobrecarga de cuidado tem nas trajetórias laborais das mulheres, e, por consequência, em sua autonomia econômica. Assim, comprova a existência de um custo para o exercício de direitos por parte de quem exerce as atividades de cuidado – majoritariamente, mulheres. A partir dos anos 1970, sob impulso do movimento feminista na França, surgiu uma onda de trabalhos que breve assentariam a base teórica para o conceito da divisão sexual do trabalho. Conforme Hirata e Kergoat (2007):

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, **e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.** (Hirata e Kergoat, 2007, p. 597, grifo meu)

A divisão sexual do trabalho e o trabalho reprodutivo são conceitos essenciais para compreender como caracterizo a posição das mulheres diante das demandas sociais a serem conjugadas com a maternidade, a amamentação e a própria identidade, como defendem Hirata e Kergoat, e Araújo:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599)

A divisão sexual do trabalho, distinguida a partir da rubrica “trabalho produtivo” versus “trabalho reprodutivo”, reduziu este último à invisibilidade, e o fez, também, por meio

da naturalização do trabalho doméstico. Este foi transformado, de certo modo, em extensão corporal “inata” e pessoal de um grupo de seres humanos: as mulheres. O modelo de família e de divisão de papéis – homem provedor e mulher cuidadora e exclusivamente “dona de casa” – nunca se realizou plenamente, mas pautou o ideário ocidental, inclusive o da organização do trabalho, desde o século XIX e durante a maior parte do século XX. O pensamento feminista – como movimento e como teoria – tem sido crítico contumaz da dualidade “público vs. privado”, e do modelo de articulação do tripé trabalho doméstico, família e espaço público, assim como agente coletivo de propostas que alteram a arquitetura conceitual e política que nos acompanha desde o advento da modernidade. (Araújo, 2020, p. 42)

Aqui, alinho-me à análise de Karina Batthyány (2020) sobre o trabalho do cuidado, quando afirma que reconhecer o cuidado enquanto uma atividade essencial – e que não deve recair somente sobre as mulheres – significa uma revolução que implica transformações em todas as estruturas sociais. “La visibilización de los trabajos que tradicionalmente quedan en manos femeninas permitió analizar su importancia social y también económica.” (Batthyány, 2020).

A divisão sexual do trabalho marca a opressão imposta às mulheres: “a exploração do seu trabalho na esfera doméstica permanece e pode ser compreendida como um dos fundamentos – entendo que o principal – da dominação de gênero” (Biroli, 2015, p. 90). A cientista política brasileira Flávia Biroli ressalta que tais desigualdades “são produzidas por uma divisão do trabalho que se ancora na naturalização de habilidades e pertencimentos de acordo com o sexo biológico” (Biroli, 2015, p. 92):

a associação entre o feminino e a domesticidade permanece como um dos fundamentos das desigualdades, organizando a divisão sexual do trabalho contemporaneamente. A posição das mulheres é hoje, nos países ocidentais, cada vez menos marcada pela reclusão, mas ainda profundamente marcada pela marginalização e inferiorização recorrentes das ocupações tipicamente “femininas”, de menor remuneração e menor status (...) (Biroli, 2015, p. 92-93)

o gênero permanece como fundamento da organização das relações de trabalho e a divisão sexual do trabalho permanece definidora das desvantagens relativas das mulheres. A relação entre trabalho doméstico não-remunerado, trabalho doméstico remunerado e o acesso a outras ocupações se define em um contexto em que a atribuição das responsabilidades pelo trabalho cotidiano de reprodução da vida permanece prioritariamente dirigida às mulheres. (Biroli, 2015, p. 93)

Investigo caminhos assumidos pelas instituições e profissionais de saúde acerca do aleitamento e de políticas de incentivo ou influência às mulheres mães; o impacto do sistema produtivo capitalista sobre os papéis femininos, de forma exploratória; o impacto da experiência de amamentar sobre a individualidade da mulher; e a efetivação dos direitos ao trabalho e à vida digna.

O tema diz respeito também aos desafios e críticas no âmbito de uma “cultura da amamentação” e uma “cultura do desmame”, categorias presentes na fala das ativistas pela amamentação. Trata-se de culturas no plural pois constituem uma série de comportamentos, conscientes ou não, atitudes, representações da mídia, conhecimentos socialmente difundidos, tradições e costumes, características amplas presentes no tecido social e no cotidiano. O termo é utilizado pelas ativistas com tal sentido, de um ambiente social favorável ou desfavorável à amamentação, de incentivo ou desincentivo. Segundo Massó Guijarro (2015b): “Lo que podemos considerar una cierta “cultura de lactancia” contemporánea, a saber, el lactivismo, valora el hecho lactante por razones tanto biológicas como culturales” (Massó Guijarro, 2015b, p. 234).

O ativismo pela amamentação significa engendrar um esforço pela ampliação e efetividade das taxas de amamentação na nossa sociedade. Segundo dados da OPAS Brasil em 2018<sup>11</sup>, “Atualmente, apenas 38% dos bebês são alimentados exclusivamente com leite materno até os seis meses na região das Américas e só 32% continuam amamentando até os 24 meses.” Em 2020, conforme dados preliminares do Ministério da Saúde<sup>12</sup>:

Os índices de aleitamento materno estão aumentando no Brasil, de acordo com resultados preliminares do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani) do Ministério da Saúde. Foram avaliadas 14.505 crianças menores de cinco anos entre fevereiro de 2019 e março de 2020. Mais da metade (53%) das crianças brasileiras continua sendo amamentada no primeiro ano de vida. Entre as menores de seis meses o índice de amamentação exclusiva é de 45,7%. Já nas menores de quatro meses, de 60%.

Esta pesquisa diz respeito às relações entre o movimento feminista, o questionamento das relações de gênero e os desafios e significados de amamentar para as mulheres. Como se constroem nesse ínterim representações relativas ao corpo feminino e à autonomia das mulheres, inscritas no sistema capitalista pós-colonial que vivemos no Brasil. Como, então, teorizar e articular as discussões num esforço de “descolonizar” o pensamento sobre a maternidade e, portanto, sobre a amamentação? Como investigar, pelo olhar antropológico, a prescrição do amamentar ou não, e a inscrição desse debate na subjetividade das mulheres?

---

<sup>11</sup> [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5729:aleitamento-materno-nos-primeiros-anos-de-vida-salvaria-mais-de-820-mil-criancas-menores-de-cinco-anos-em-todo-o-mundo&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5729:aleitamento-materno-nos-primeiros-anos-de-vida-salvaria-mais-de-820-mil-criancas-menores-de-cinco-anos-em-todo-o-mundo&Itemid=820)

<sup>12</sup> <https://www.unasus.gov.br/noticia/pesquisa-inedita-revela-que-indices-de-amamentacao-cresceram-no-brasil>

Investigo de forma central a invisibilização do trabalho feminino reprodutivo e doméstico (Federici, 2019), conjugados na noção de cuidado, naturalizada como atributo das mulheres e do feminino, como formas de controle e exploração, a partir das ideias de corpo, sexo e gênero, autonomia e biopolítica. A partir de movimentos e revoltas de mulheres nas décadas de 1960 e 1970, Federici explica (2019):

As feministas não estabeleceram apenas que a reprodução da força de trabalho envolve uma gama muito mais ampla de atividades do que o consumo de mercadorias, posto que os alimentos devem ser preparados, as roupas devem ser lavadas, os corpos precisam ser acariciados e cuidados; o reconhecimento da importância da reprodução e do trabalho doméstico realizado pelas mulheres para a acumulação do capital as levou a uma reconsideração das categorias marxistas e a um novo entendimento da história, dos fundamentos do desenvolvimento capitalista e da luta de classes. (Federici, 2019, p. 203-204)

Assim, a autora ressalta que o trabalho no capitalismo é essencialmente não livre, revelando assim a conexão entre a desvalorização do trabalho reprodutivo e a desvalorização da posição social das mulheres:

Do lado positivo, o entendimento do trabalho reprodutivo tornou possível a compreensão de que a produção capitalista depende da produção de um tipo particular de trabalhador – e, portanto, de um tipo particular de família, sexualidade e procriação –, o que levou a uma redefinição da esfera privada como uma esfera de relações de produção e como um terreno de luta anticapitalista. Nesse contexto é que as políticas que proíbem o aborto podem ser decodificadas como dispositivos para a regulação da oferta de mão-de-obra, e o colapso da taxa de natalidade e o aumento do número de divórcios podem ser lidos como instâncias de resistência à disciplina capitalista do trabalho. O pessoal tornou-se político, e houve o reconhecimento de que o capital e o Estado haviam subordinado nossa vida e a reprodução ao quarto. (Federici, 2019, p. 204-205)

A pensadora negra bell hooks (2019) também explana a necessidade de repensar a valorização do trabalho, defendendo a luta contra a exploração inerente ao sistema capitalista enquanto pauta da agenda feminista de interesse da massa de mulheres:

As mulheres são economicamente exploradas no trabalho, mas também são exploradas psicologicamente. São educadas pela ideologia sexista a desvalorizar a contribuição de sua força de trabalho. Através do consumismo, são ensinadas a acreditar que o trabalho só é importante por conta da necessidade material, não como uma forma de contribuir para a sociedade, como exercício de criatividade, ou para experimentar a satisfação de desempenhar tarefas que beneficiem a si e aos demais. O empenho feminista por repensar a natureza do trabalho ajudaria as mulheres que trabalham a se impor perante a exploração psicológica, mesmo que isso não modificasse a situação econômica. (bell hooks, 2019, p. 156)

O trabalho doméstico e outros tipos de trabalho de atividade de serviço são especialmente desvalorizados no capitalismo patriarcal. As ativistas feministas que defendem o pagamento de salário às donas de casa viram nisso uma forma de dar à mulher algum poder econômico e de atribuir valor ao seu trabalho. Mas parece improvável que remunerar o trabalho doméstico possa levar a sociedade a atribuir valor a esse tipo de tarefa, uma vez que, em geral, as atividades de serviço não são valorizadas, independentemente de serem remuneradas ou não. E quando há remuneração, as pessoas que fazem esse tipo de trabalho continuam sendo exploradas psicologicamente. (bell hooks, 2019, p. 157)

Natalia Quiroga Diaz, economista colombiana radicada na Argentina, cunhou a ideia de uma “economia feminista decolonial”. Conforme explica em sua proposta sobre a “*economía del cuidado*” (2011):

Pensar el cuidado desde la política pública significa también el alcance de una reivindicación histórica del feminismo, vinculada con el reconocimiento de las actividades domésticas y de cuidado como trabajo. **Desde la economía feminista se ha venido insistiendo en que el trabajo reproductivo es una parte fundamental del funcionamiento de la economía y, por tanto, un problema de la esfera pública y no de los hogares.** (Quiroga Diaz, 2011, p. 106, grifo meu)

Alinhavando a teoria feminista, no que reflexiona sobre o trabalho (fruto) da maternidade, à materialidade da questão, tornou-se imprescindível atentar para como o ativismo pró-lactância se desenrola na trajetória das mães e como acessa a subjetividade das mulheres, nesta luta amplificada pelo “direito de escolha” e pelo direito de (se) informar. Escolher se, quando e como se reproduzir; escolher como desempenhar os cuidados essenciais, como se relacionar com o próprio corpo a partir da experiência da maternidade, escolher como nutrir e adereçar a criação de filhos (*child rearing*), inclusive como consumir a partir desse lugar, já que inseridas numa sociedade capitalista, do consumo, a qual despende atenção à maternidade apenas com o único intuito de lucrar sobre a vulnerabilidade de mulheres – e crianças.

Conforme pontua Gomes (2016), a ambiguidade amamentação/desmame pode se traduzir como um embate entre saúde e doença, envolvendo processos associados a variáveis econômicas e sociais, que precisam ser considerados de forma crítica e em sua dimensão estrutural, ao analisarmos como as mulheres decidem conduzir suas trajetórias de amamentação:

A lógica de “informar para responsabilizar” procura modular o comportamento da mulher em favor da amamentação, colocando nela a culpa pelo desmame precoce, o qual é diretamente associado a prejuízo à saúde de seu filho. Esse modelo assistencial, verticalizado e impositivo, há muito se revela esgotado, incapaz de responder às demandas da mulher em processo de amamentação. E o que se observa é que os discursos pró-aleitamento têm sido construídos a partir do elemento risco, quando se trata de caracterizar a não amamentação. (Gomes, 2016, p. 487)

Esta pesquisa busca elucidar como as mulheres elaboram discursos “pró” e “contra” a lactância, se, e como relacionam a luta feminista com a prática da amamentação, como tecem e transformam suas trajetórias a partir dessa experiência, e quais discursos são produzidos sobre a amamentação. Dessarte, conforme pretende a pesquisadora granadina Esther Massó Guijarro (2015a), ao investigar os significados em torno da *lactancia*:

defender los conceptos de empoderamiento y agencia, como defensa ante o frente a otros dos grandes y reiterativos caballos de batalla de la lactancia y su promoción, a

saber: 1) a questão de si o ênfase promocional da lactância materna deveria ser freado ante a sensação de culpabilidade das mães que não possam/quero amamentar; 2) a questão de que significa exatamente não “poder” ou não “querer” amamentar, em tanto que se apresenta este discurso de modo acrítico e, frente a isso, **uma das reclamações mais fortes do lactivismo é que, precisamente, a incapacidade percebida de amamentar é uma consequência do desempoderamento feminino gerado pelo patriarcado.** (Massó Guijarro, 2015a, p. 187, grifo meu)

A espanhola Ibone Olza (Olza et al, 2017), psiquiatra perinatal pesquisadora do lactivismo, traz considerações sobre os discursos em torno da promoção do aleitamento materno: “La leche materna es el mejor alimento para los bebés, pero dar el pecho no es siempre lo mejor”, porque nem sempre amamentar será “bom” – ou sequer possível – para a mulher em seu cotidiano e sua história. De que *mulher* estamos falando? Em que condições vive, que apoio encontra no entorno familiar e na sociedade para viabilizar a “escolha” pela amamentação? Sobre a *questão da escolha* por amamentar (LM – leite materno) ou não amamentar (LA – leite artificial), cito também Echazú (2004):

Con la aparición de la LA como producto, se presentó en la vida de mujeres y niños el *problema de la elección* entre una y otra. Cuando no había elección, la LM era una *obviedad*, pero hoy en día, aún estando consensuada por la comunidad científica la absoluta superioridad de los componentes de la leche materna por sobre los de la leche artificial, muchas madres optan por la *opción de la mamadera*. (Echazú, 2004)

Dado esse desafio, proponho, a fim de situar o debate, a seguinte organização para esta dissertação de mestrado: no primeiro capítulo (I – breve histórico da amamentação no Brasil) e segundo capítulos (II – metodologia e referencial teórico); e, a fim de aprofundá-lo, o terceiro e quarto capítulos (III – da “cultura do desmame” e IV – do trabalho invisível: “Amamentar é direito da mulher?”), nos quais apresento um apanhado das concepções em torno de mulher, feminilidade, mãe/maternidade, amamentação, autonomia, bem como as questões acerca de maternidade compulsória, família, trabalho, invisibilização e exploração, na sociedade brasileira contemporânea. Ao analisarmos como tudo isso opera na subjetividade das mulheres, vemos que não se trata de mera opção ou escolha, havendo múltiplos fatores subjacentes por trás dos ideários da maternidade e da amamentação. A ver:

Fruto da maternidade compulsória, a cultura do desmame não vai te dar folga: a culpa vai ser tua: [...] então seu corpo não é perfeito pra amamentar, mas você nasceu pra ser mãe. [...] A falta de informação sobre a amamentação visa o lucro da indústria. Se hoje a gente tem uma indústria que lucra bilhões com apetrechos, leite artificial, não foi sorte... É muito tempo de **controle sobre os nossos corpos**. (Ativista Veronica Linder, 30/12/2020, grifo meu)

Conforme sintetiza a socióloga e nutricionista brasileira Giordani (2016):

A maternidade e a amamentação são eventos biológicos que adquirem o valor e o significado que têm a partir de suas inscrições simbólicas e das construções sociais que a sociedade lhes confere. A atribuição à mulher de vocação à maternidade e ao

aleitamento é que produz uma expectativa social de habilidade nata e desenvoltura para os mesmos ocultando outras dimensões do fenômeno da experiência de amamentar. A amamentação como fato social não se restringe apenas a um meio de alimentar, mas expressa um modo de ser e estar socialmente. O ato de amamentar se relaciona a processos dinâmicos e complexos da identificação (nomear-se e autotransclassificar-se lactante) com uma multiplicidade de conflitos, perspectivas que se abrem e são continuamente avaliadas. A desnaturalização do evento requer ainda refletir sobre a possibilidade da vivência da maternidade simultânea ao sentimento de não identificação com a lactação ou decisão de não amamentar. (Giordani, 2016, p. 2738)

Pretendo aqui visibilizar caminhos de conciliação e disputa entre a luta feminista e as formas de ativismo em torno da amamentação, atentando para os atritos e ambiguidades ensejados pelos discursos envolvidos. Tenho por objetivo questionar as concepções e o sistema vigentes – econômico e de gênero, propondo novas alternativas de pensar a realidade das mulheres, contribuindo, assim, para novas formulações e propostas políticas mais profícuas ao propósito emancipatório coletivo do feminismo.

## Capítulo 1. Breve histórico da amamentação no Brasil

Conforme apontam Marton e Echazú (2010), “La lactancia humana no ha sido siempre “materna”: no han sido invariablemente las madres quienes amamantaron a sus hijos biológicos.” (Marton e Echazú, 2010). A figura das nodrizas (amas-de-leite) não pode ser esquecida. A díade mãe-filho, explicam as autoras, como precursora da unidade familiar moderna, instituiu-se como símbolo da ideologia do Estado-nação moderno.

Historicamente, desde a figura da ama-de-leite preta, que amamentava os filhos das mães brancas e/ou ricas, tratada como mercadoria em vários registros do século XIX (Telles, 2021), até o mercado de leites substitutos e apetrechos a partir dos anos oitenta do século XX, como explica Almeida (1999), o Brasil “importa” o desmame, num processo em que vários elementos culturais colonizadores são absorvidos:

Esta nova versão de aleitamento mercenário, impregnada de uma estratégia mercantilista típica do capitalismo, foi exercida no Brasil em um momento histórico muito anterior à chegada dos leites industrializados. É secular, portanto, a tendência de se procurar auferir lucros com práticas que gravitam em torno da amamentação, estimulando propositadamente a instituição do desmame. Logo, é preciso encaminhar melhor, nos dias atuais, a discussão acerca do quanto as estratégias de marketing são capazes de se apropriar desta secularidade, visando à promoção de produtos industrializados. (Almeida, 1999, p. 31)

Tal representação da história das amas-de-leite no Brasil é oportuna para pensar a marca do corpo feminino mercantilizado e invisibilizado em seu trabalho reprodutivo e do cuidado, como investigado pela antropóloga argentina Rita Segato (2021):

Trata-se de uma forclusão, de um desconhecimento simultâneo do materno e do racial, da negritude e da mãe. [...] A objetificação do corpo materno – escravo ou livre, negro ou branco – é delineada aqui: escravidão e maternidade revelam-se próximas, confundem-se neste gesto próprio do mercado de leite, onde o seio livre é oferecido como um objeto de aluguel. Maternidade mercenária equivale aqui a sexualidade no mercado da prostituição, com impacto definitivo na psique da criança no que diz respeito à percepção do corpo feminino e do corpo não branco. (Segato, 2021, p. 234-236)

Tal reflexão sobre a história de exploração que marca o desenvolvimento da nossa sociedade ilustra a amplidão do significado da exploração e da invisibilização de trabalhos de cuidado hoje. Naturalmente, as mulheres negras e de classes baixas são as que detêm menor poder de escolha sobre o trabalho de cuidado que desempenham. A filósofa estadunidense Nancy Fraser afirma que a contradição entre a produção econômica e a reprodução social é inerente ao capitalismo, que se comporta de forma a parasitar “atividades de prover, cuidar e interagir que produzem e mantêm vínculos

sociais, apesar de a economia não lhes conferir qualquer valor monetizado e de tratá-las como se custassem nada” (Fraser, 2020, p. 264).

La lactancia materna ha sido objeto de intervención médica privilegiada desde que la leche materna – expresión de una relación funcional de la díada madre-hijo – comenzó a ser conceptualizada más como una medicina que como un alimento. Esto tiene que ver con el proceso de medicalización de la reproducción y la alimentación humana, una tendencia hegemónica que se ha venido desde el siglo XIX, pero que ha cobrado un ímpetu específico luego de la Segunda Guerra Mundial (Scheper-Hughes & Sargent, 1998; Escobar, 1996). Por su parte, la ideología del amor maternal (Badinter, 1990) acentúa la responsabilidad de la madre al interior del hogar, situación que ha impregnado los discursos médicos sobre mujeres y niños desde el siglo XVIII hasta su apogeo en el siglo XX, con las formulaciones del psicoanálisis. (Marton e Echazú, 2010, p. 124)

La naturalización de la díada madre-hijo, de la lactancia materna y del amor maternal, se corresponde con un nuevo orden social configurado a partir de una estratégica asunción de lo que se entiende como *condiciones biológicas innatas* del ser femenino, cuya economía moral resultó estrictamente compatible con la organización de los Estados-nación modernos (Donzelot, 1991). (Marton e Echazú, 20210, p. 125)

Do século XIX ao XX, com a ascensão da medicina higienista, a amamentação ganhou um novo paradigma, baseado em determinantes biológicos, em que se constituiu uma forte prescrição pela amamentação enquanto função natural e uma consequente culpabilização da mulher pelo seu insucesso, implantando uma censura ao desmame. A partir disso surgiu a ideologia do “leite fraco”, que frisou as limitações da medicina higienista e do modelo higienista de amamentação na promoção e apoio, como explica Almeida (1999):

O nascimento do ‘leite fraco’ demarca um importante momento da história da saúde pública no Brasil, particularmente para os que trabalham com aleitamento materno, por trazer à tona a incapacidade do profissional para lidar com dois conceitos intimamente ligados, mas que designam conjuntos de práticas distintas: promoção e apoio. Do ponto de vista etimológico, ‘promover’ significa ‘dar impulso, trabalhar a favor, fazer avançar, favorecer progresso’, enquanto ‘apoiar’ quer dizer ‘ajudar, amparar, sustentar’. (Ferreira, 1993, p. 37)

Para Esther Vivas (2021), tal processo corresponde à apropriação masculina do aleitamento. Até o final do século XIX, o aleitamento feito por mulheres (amas ou mães) havia sido a única fonte de alimentação. Em seguida, a cultura da amamentação se perdeu nos países industrializados, a partir de três fatores principais. O primeiro se deve à modificação do leite de vaca, que o tornou digerível para bebês. O segundo trata da incorporação das mulheres ao trabalho assalariado, contexto que uniu interesses econômicos e as primeiras correntes feministas à defesa do leite artificial proporcionado pelos avanços científicos. O terceiro fator corresponde à intervenção médica no parto e na criação, responsável pela promoção da mamadeira. Não amamentar passou, então, a representar libertação, disponibilidade, modernidade e progresso. A intervenção por

parte da medicina masculinizada foi especialmente expressiva, instituindo diversas orientações racionalizadas que visavam o controle sobre a prática da amamentação, medidas que acabaram por enfraquecê-la, reduzindo a produção de leite das mães e minando sua autoconfiança (Vivas, 2021, p. 212-213).

No período das décadas de 40 a 70 vigorou o paradigma do desmame comerciogênico, impulsionado pelo marketing dos produtos industrializados, em que a apologia da amamentação “natural” deu lugar ao estímulo do desmame precoce. Este câmbio se relacionou às mudanças nas representações sobre o papel da mulher na sociedade, com a contradição da emancipação feminina entre o trabalho e a vida reprodutiva (Almeida, 1999). Após estudos apontarem sérios agravos na saúde pública com o desmame precoce, o Ministério da Saúde passou a adotar estratégias para redução dos riscos, iniciando um movimento pela valorização da amamentação a partir do desenvolvimento do PNIAM em 1981 (Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno). Sobre a década de 90, Almeida continua:

O paradigma norteador das ações pró-amamentação, construído na década de 80, fundou-se no modelo higienista do século XIX, substituindo o problema original da disputa “seio materno x ama de leite” por “seio materno x mamadeira de leite em pó” (Orlandi, 1985). O reducionismo biológico e o discurso ideológico em favor da amamentação foram mantidos, e a mulher voltou a figurar como a grande responsável pela saúde da criança. (Almeida, 1999, p. 48)

O paradigma em crise revelou que a concepção privilegiava equivocadamente as questões individuais em detrimento das coletivas, remetendo o eixo central das formulações da política estatal para os planos biológico e psicoafetivos (Almeida, 1999). Passou a ser evidente a necessidade de discutir o apoio às mulheres num ato que, esperado enquanto processo biológico natural e instintivo, livre de intercursos, revelava-se pleno de condicionantes socioculturais e ambiguidades.

Em verdade, a mulher precisa ser assistida e amparada para que possa desempenhar a bom termo o seu novo papel social, o de mulher-mãe-nutriz. Para tanto, se fazem exigir estruturas assistenciais preparadas para atuar efetivamente no apoio à mulher e a seu filho, nas questões da amamentação. Este apoio será tão mais efetivo quanto maior for a capacidade do serviço para lidar com a ambiguidade que se apresenta à mulher, na relação que se estabelece entre poder e querer amamentar, como uma questão de assumir riscos ou garantir benefícios (Silva, 1997). (Almeida, 1999, p. 51)

Assim, temos que ressaltar a relação do leite materno com o sistema capitalista. Os leites industrializados substitutos são produzidos à sua “semelhança” e comercializados junto a objetos que prometem emular o peito (bicos artificiais). As dificuldades em torno do aleitar – que se revela ato não instintivo, transbordante do biológico – e do cessar de aleitar, o desmame, tornam-se objeto de estudo, e mais ainda, ensino para a criação de estratégias, mais produtos, e mais dúvidas para as mulheres. A

consultoria em amamentação atual surgiu com o propósito de sanar essa lacuna, para o mame e desmame, num contexto de vulnerabilidade materna.

O que se pode observar é que, em todas as épocas, o ser humano foi levado a construir rotas alternativas para atender à demanda das mulheres que, por opção ou imposição, trilharam o caminho do desmame precoce. Desde a secular figura da ama de leite até a emblemática vanguarda científica construída pelo marketing dos fabricantes de leites modificados, a alimentação do lactente tem atendido a propósitos que não se circunscrevem exclusivamente às questões ligadas à saúde, denotando, em muitas situações, **interesses relacionados à modulação de comportamento social e à oportunidade de auferir lucros de toda espécie** (Almeida, 1998, p. 487, grifo meu)

Também é histórica a patologização de processos fisiológicos relativos ao corpo feminino, bem como a culpabilização associada à ideologia maternalista – da mãe como cuidadora exclusiva:

Las mujeres han sido objeto de una creciente patologización a partir de la medicalización de las relaciones sociales (Donzelot, 1991). Cuando el/la niño/a se enferma, tiende a responsabilizarse a la madre: es la madre quien se halla más enferma. De esta forma, cualquier error en el proceder materno puede tener consecuencias nefastas para la salud de los/las niños/as. (Marton e Echazú, 2010, p. 136)

Nesse debate, sobretudo se pensarmos a saúde feminina, não preconizo negar a imperatividade da materialidade (e do fisiológico), nem acredito se tratar de um essencialismo do biológico, mas sim de redefinir o foco das análises – “do ‘corpo em si’ para os discursos, processos e relações que possibilitam que sua biologia passe a funcionar como causa e explicação de diferenciações e posicionamentos sociais” (Meyer, 2004).

Ressalto que tais experiências advindas do biológico desembocam na construção subjetiva da experiência do ser mulher e do ser mãe-lactante. Em artigo que investiga os processos de construção de identidade e os significados atribuídos à noção de maternidade a partir da experiência da amamentação, a antropóloga brasileira Karina Kuschnir (2008) afirma:

A experiência de amamentar está relacionada às transformações da subjetividade e da identidade da mulher-mãe. Através da pesquisa, percebemos como esse é um momento crucial na sua trajetória de vida, afetando sua percepção sobre diversas dimensões de sua vida — sexual, profissional e físico-corporal. Há também um grande impacto sobre as experiências (e percepções acerca dessas experiências) de relacionamento da mulher-mãe com seus familiares do gênero feminino, de várias gerações (mãe, avós, irmãs, primas etc.). (Kuschnir, 2008)

### “Evidências científicas”

A exortação à disseminação de informação “baseada em evidências científicas” – tantas vezes encontrada nas falas das ativistas – se respalda em nossa cosmologia

cientificista da contemporaneidade ocidental. Funciona também como contraponto às ideias que buscam desautorizar os conhecimentos relativos a práticas consideradas do universo da mulher e do feminino, como tradicionalmente acontece no âmbito da saúde sexual e reprodutiva da mulher, gestação, parto e igualmente a amamentação. Tais áreas foram relegadas a uma dimensão inferior, “animal”, e desapropriadas pelo monopólio patriarcal do conhecimento. Muito da tradição de conhecimento em tais áreas passava-se de mulher para mulher, oralmente, nos costumes, sem sistematização e ordenamento dentro do cânone moderno/contemporâneo da ciência institucionalizada, restrita ao mundo dos homens e voltada ao seu benefício.

Esbanjar evidências científicas, para tais lactivistas, é reivindicar o devido peso, reconhecimento e autoridade às discussões que são feitas, dando voz e corpo às suas conclusões. Por outro lado, defendem também aquele conhecimento tradicional feito por mulheres, que busca “resgatar” da ancestralidade formas mais respeitadas e autônomas de articular os processos fisiológicos próprios do feminino, longe do cânone científico institucionalizado pelos homens. Tal é o lugar do científico emancipador reivindicado nestas falas.

Tal postura se relaciona ao combate aos efeitos de poder e controle que detêm os discursos médicos, psicanalíticos, filosóficos, históricos ou antropológicos totalizantes e dominantes sobre o corpo e a fala das mulheres (Dorlin, 2020, p. 18). O saber feminista se caracteriza como uma genealogia quando constitui um projeto de inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência. Ao questionar quais tipos de saberes são desqualificados a partir da atribuição ou não do título de ciência ou de científico, a genealogia feminista desafia o sistema epistemológico dominante. O próprio ideal de neutralidade do saber científico é também situado de forma política.

Com essa estratégia, busca-se também afastar o discurso de um lugar de mera “experiência individual”, aproximando-o mais de aspectos fisiológicos gerais que dizem respeito à vivência material dos corpos de mulheres em suas práticas. Trata-se de reclamar – reivindicar – a materialidade também, e reforçar o biológico como algo *natural*, no sentido de fisiológico – que acontece, que faz parte da fisiologia do corpo, que, embora entremeado pela cultura, tem sua explicação lógica e biomédica, que então encontra as particularidades de cada corpo de mulher em sua complexidade, cada experiência de indivíduo no mundo, invadido por questões sociais.

Desse modo, o saber feminista se apoia em todo um conjunto de saberes locais, saberes diferenciados e contestadores que foram desqualificados, considerados “incapazes de unanimidade” ou “não conceituais”, que dizem respeito à reapropriação de si: de seus corpos, de sua identidade. Trata-se de um modo de conhecimento de si, comum a diversos movimentos sociais, que consiste em politizar a experiência individual, ou seja, transformar o pessoal em político. Em outras palavras, o trabalho de conscientização faz com que o destino cotidiano de cada mulher, a suposta “condição feminina”, seja reconhecido como uma experiência de opressão na qual reconheço a mim mesma como “sujeito da opressão”. Além disso, as vivências singulares das mulheres podem ser ressignificadas como vivências coletivamente compartilhadas: isso funda duplamente a própria possibilidade de revolta, nos níveis individual e coletivo – “aquilo que é possível resistir não é inevitável”. A transformação da consciência de si das mulheres, com o questionamento do tornar-se “mulher” a que cada uma estava submetida, produziu um sujeito – “as mulheres” – que é uma identidade política. (Dorlin, 2020, p. 15-16)

Falar em funcionamento fisiológico do corpo também ajuda a ilustrar que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres mais advêm de questões estruturais, sociais e psicológicas ao lidar com a amamentação do que de limitações (incapacidades) corporais propriamente ditas, o que novamente questiona o imaginário patriarcal de um corpo feminino “falho”, “incapaz” ou “problemático”. Também explica que, ao enfatizarem a informação e o conhecimento, buscam dar mais ferramentas às mulheres para a tomada de decisões sobre seus corpos, em combate à gestão da amamentação motivada por pressões externas, como a de manter um rendimento ininterrupto no trabalho, um corpo hiper sexualizado a serviço, uma gestão total do lar e do casamento, dentre outras expectativas que acabam por compor a sobrecarga deveras evocada, sobretudo no que diz respeito a delegar de forma exclusiva o cuidado às mulheres.

Aqui, evoco também a análise feita por Marton e Echazú (2010), a respeito do crivo da “cientificidade” como artifício paternalista dentro da consulta médica, no contexto de atendimento a mães lactantes. É importante reiterar que:

el halo de científicidad estratégicamente puesto en juego en la performance-acto ritual de la consulta médica se apoya en la división androcéntrica del mundo, donde el manejo por parte de un profesional médico masculino involucra, a los ojos profesionales, “pericia” mientras que el femenino conlleva “intimidad”, lo que se adscribe a las históricas divisiones paralelas entre femenino/masculino, privado/público, cultura/naturaleza. En el caso de la lactancia materna, el énfasis recae en lo “natural”, lo “que no cuesta nada”, y por lo tanto, no tiene valor y es incompatible con el trabajo; se reafirma así la situación inferiorizada de la mujer en la organización del mundo, fundada en asimetrías de género y complejizada por desigualdades de clase. (Marton e Echazú, 2010, p. 141)

As autoras apontam para comportamentos e discursos médicos que podem ser caracterizados como violência institucional ou simbólica:

(...) es muy posible que durante las instancias críticas de los procesos reproductivos femeninos (embarazo, parto, lactancia) el cuerpo femenino sufra un grado significativo de violencia de género, a veces duplicada por violencias de clase. Estas formas de violencia sólo pueden ser físicas, sino también – y lo son principalmente – institucionales o simbólicas. Estas violencias se convierten en medio para la imposición de determinadas percepciones sobre el mundo, sentidos hegemónicos que se inscriben en la memoria de los cuerpos de las mujeres madres y sus hijos/as; y que dialogan, en el campo de las políticas del cuerpo, con las voces de la reinterpretación y la resistencia femeninas. (Marton e Echazú, 2010, p. 141)



Figura 5: Viviane amamentando em tandem

## Capítulo 2. Metodologia e referencial teórico

Como método, parto da análise bibliográfica sobre amamentação, corpo feminino e saúde reprodutiva, teoria feminista e percepções sobre maternidades e papéis sociais femininos no Brasil, conjugando pesquisas da sociologia, antropologia, literatura, história, psicologia, enfermagem e medicina, a partir do olhar das ciências sociais. Analiso perfis *online* de mulheres brasileiras que se identificam como ativistas pela amamentação na rede social Instagram e suas postagens e interações públicas. A respeito do ensejo da pesquisa antropológica utilizando redes sociais, fundamenta Escobar, cujo original de 1994 permanece atual:

Como um novo campo de prática antropológica, o estudo da cibercultura está particularmente relacionado às construções e às reconstruções culturais nas quais as novas tecnologias estão baseadas e que, por sua vez, também ajudam a formar. O ponto de partida da presente investigação é a crença de que qualquer tecnologia representa uma invenção cultural, no sentido de que ela produz um mundo. Toda tecnologia emerge de condições culturais particulares ao mesmo tempo em que contribui para a criação de novas condições culturais. Os antropólogos podem estar bem preparados para entender estes processos se estiverem abertos à ideia de que a ciência e a tecnologia são campos cruciais para a criação da cultura no mundo contemporâneo. Antropólogos devem aventurar-se neste mundo para renovarem seu interesse e entendimento e das políticas de mudança e diversidade cultural. (Escobar, 2016, p. 22)

Teço relações entre narrativas biográficas localizadas e trajetórias de mulheres mães a partir de sua experiência com o ativismo e a reivindicação política pelo reconhecimento do trabalho que desempenham, através de publicações escritas e imagens em perfis na rede social Instagram, centradas na temática amamentação, maternidades e feminismo.

Selecionei um total de 11 perfis, de 11 mulheres lactantes atualmente (ou que já o foram) por seu destaque no debate virtual sobre aleitamento e sua inspiração política, seja por sua singularidade dentre as demais ou pelas semelhanças com outros perfis acompanhados, buscando representar sua diversidade. São mulheres quase todas de classe média, com ensino superior completo ou incompleto, a maioria da região sudeste do Brasil, que têm entre 24 e 41 anos de idade, e tiveram entre 1 e 3 filhos. Todas amamentaram, a maioria amamenta atualmente. O grupo conta com duas mães solo (brancas), e três mães não brancas (duas negras e uma amarela). A maioria delas desempenha trabalhos remunerados envolvidos com a experiência da amamentação, seja escrevendo, ilustrando, atendendo crianças e/ou mulheres, produzindo conteúdo digital relacionado à promoção do aleitamento ou algum objeto de apoio à amamentação.

Inicialmente, entrei em contato com os primeiros perfis através do grupo “Falando de Amamentação Gemelar”, no Facebook, onde busquei informação e apoio para amamentar meus filhos. Por vezes, um perfil conduziu ao outro, visto que as mulheres constroem suas redes de apoio e amizade entre si, a partir da identificação mútua com pautas da maternidade. Vale citar que entre elas acontecem encontros pessoalmente, fora das redes através das quais se conheceram. Também promovem, entre si, *lives* para debater juntas com as seguidoras, além de referenciar umas às outras, ou mesmo divulgar colaborações de produtos que visem propagar seus ideais, como as camisetas.

Durante 2020 e 2021, acompanhei e selecionei publicações atuais e recentes de perfis no Instagram das ativistas que conheci no grupo de amamentação gemelar ou por ocasião do congresso ENAM em 2019, ou por indicação delas mesmas. A princípio, o critério foi minha identificação com relatos que abordassem a experiência da amamentação a partir de um viés feminista, pois me encontrava impactada pelas reflexões e provocações propostas. Depois, temas centrais que se repetiam ou eram foco de debate intenso foram sendo sinalizados e investigados nos perfis em busca de semelhanças, contrastes e ambivalências.

Para arquivar as postagens, fui salvando as publicações com a ferramenta “salvar” do Instagram para acesso posterior, também printando a publicação (texto e foto), e organizando pastas por perfil, transcrevendo para um arquivo PowerPoint os textos das mulheres com as respectivas imagens. Posteriormente, selecionei os arquivos também por temática abordada nas publicações, sendo alguns desses temas claramente presentes desde o início da investigação (natureza vs. cultura, maternidade compulsória, “cultura do desmame”, crítica ao capitalismo e à indústria, paradigma da autoridade médica, amamentação como ato político de resistência), e outros que se foram destrinchando ao longo da trajetória (exploração do trabalho reprodutivo e do cuidado, direitos das mulheres, amamentação como responsabilidade coletiva).

Em seguida, fiz uma organização dos destaques dos textos e das imagens para inclusão na dissertação, a partir dos argumentos desenvolvidos. Busquei representar todas as ativistas destacadas em suas realidades cotidianas nessa seleção de imagens, bem como trazer algumas das postagens mais comentadas e referenciadas por elas mesmas, que muitas vezes “repostam” conteúdos anteriores para reiterar sua mensagem.

Ao longo da análise de suas pautas, fui destrinchando e costurando os pontos principais que caracterizam seu ativismo, que busquei relacionar com a teoria sobre maternidade, amamentação e ressignificações, articulada no capítulo 1 e nos capítulos 3 e 4 desta dissertação, motivadas pela busca por emancipação das mulheres. Aqui, entendo emancipação por libertação do pátrio poder, ou seja, uma reapropriação feita pelas mulheres da tutela de seus corpos e de suas “escolhas”, de forma que tais escolhas sejam mais autônomas e conscientes.

### Das (l)a(c)tivistas

Veronica Linder é mãe solo de gêmeas de 4 anos que mamam. Jornalista, pós-graduada em amamentação e criadora do podcast “Senta Direito Garota”. Vive no Rio de Janeiro e fabrica almofadas de amamentação. Autora do livro sobre amamentação “*Toda Mulher É O Mundo*”.



Figura 6: perfil de Veronica

Gabrielle Gimenez é mãe de três crianças. Publicou um livro questionador de mitos na amamentação, chamado “*Leite fraco?*”. Antes atuava como advogada. Natural de Natal-RN, vive no interior de Buenos Aires, Argentina.



Figura 7: perfil de Gabrielle

Amanda Oliveira é mãe de gêmeos de 6 anos, pós-graduada em aleitamento materno e odontopediatra pelo SUS em Resende, RJ.



Figura 8: perfil de Amanda

Luise Monteiro é mãe de três meninas, e amamenta em tandem (duas crianças de idades diferentes, simultaneamente). É estudante de pedagogia e vive em Niterói, RJ.



Figura 9: perfil de Luise

Viviane Sobrinho é mãe de uma menina e um menino que mamam em tandem. É advogada, bancária e pós-graduada em Direitos Humanos, além de doula e consultora em amamentação. Vive em Vitória da Conquista, Bahia.



Figura 10: perfil de Viviane

Clarissa Almeida é artista visual e mãe de um menino que mama. Vive no Rio de Janeiro. Colaborou como ilustradora em projetos de camisetas com frases sobre maternidade e ativismo, no empreendimento materno Mama Bird Brasil.



Figura 11: perfil de Clarissa Almeida

Lian Tai é mãe de uma menina que mama. É filha de chineses nascida no Brasil e comunicadora social.



Figura 12: perfil de Lian

Mabi (Maria Gabrielli) Andrade é estudante de pedagogia e mãe de um menino que mama. Vive em Brasília.



Figura 13: perfil de Maria Gabrielli Andrade

Andressa Reis é mãe de três e amamenta em tandem. Atualmente é criadora de conteúdo digital e vive em Nova Iguaçu, RJ.



Figura 14: perfil de Andressa

Daniela Brum é mãe de duas crianças que amamenta em tandem. É escritora e assessora e vive em Petrópolis, RJ.



Figura 15: perfil de Daniela

Apresento a seguir uma tabela com os principais dados sociodemográficos das 11 ativistas, em 11 perfis no Instagram.

Identifico pontos e princípios comuns a todas defendidos em suas postagens, como: críticas e alertas à “cultura do desmame”, desfavorável à amamentação, que estaria presente em uma multiplicidade de relações e práticas aparentemente banais do cotidiano; relatos das próprias experiências enquanto lactantes e divulgação de relatos

de outras mulheres, em seus altos e baixos; divulgação de informações sobre a amamentação, “baseadas em evidências”; esforço em retratar a maternidade de forma “desromantizada” – rompendo com expectativas irreais sobre as mães e buscando visibilizar sua experiência real. Algumas delas utilizam de recursos de vídeo para

	Local	Idade	Raça	Filhos	Escolaridade	Profissão	Observação	Descrição atual Instagram
Veronica Linder	Rio de Janeiro – RJ	34	Branca	2	Pós-graduação	Jornalista	Amamentação gemelar, mãe solo	@averonicalinder – @amulherqueengoliuomundo
Luise Monteiro	Niterói – RJ	27	Branca	3	Graduanda	Estudante de pedagogia	Amamentação gemelar e tandem	@18denovembro
Amanda Oliveira	Resende – RJ	41	Branca	2	Pós-graduação	Odontopediatra	Amamentação gemelar	@sorriremamar
Gabrielle Gimenez	Buenos Aires / Natal – RN	41	Branca	3	Superior completo	Advogada, escritora	Amamentação gemelar	@gabicbs
Clarissa Roldi	Vitória – ES	27	Branca	1	Superior incompleto	Professora de inglês e tradutora	Mãe solo	@clarissa.roldi (perfil atualmente desativado)
Maria Gabrielli	Brasília – DF	24	Preta	1	Graduanda	Estudante de pedagogia		@m4brisa
Clarissa Almeida	Rio de Janeiro – RJ	33	Branca	1	Graduanda	Ilustradora		@mondclarissa
Viviane Sobrinho	Vitória da Conquista – BA	32	Branca	2	Pós-graduação	Advogada, bancária e consultora em amamentação	Amamentação tandem	@vivissobrinho
Lian Tai	Rio de Janeiro – RJ	39	Amarela	1	Doutorado	Comunicadora social		@liantai
Andressa Reis	Nova Iguaçu	36	Preta	3	Superior completo	Criadora de conteúdo digital	Amamentação tandem	@andressareis
Daniela M. Brum de Almeida	Petrópolis – RJ	27	Branca	2	Cursando nível superior	Assessora parlamentar e escritora	Amamentação tandem	@danimoraesbrum - @feminiismo

apresentar de forma lúdica e/ou humorística informações sobre amamentação ou sobre a experiência do cuidar, não reconhecida pela sociedade em sua complexidade. A maioria delas associa com frequência o não reconhecimento da importância da amamentação à desigualdade de gênero e ao capitalismo.

Seu objetivo é divulgar informações “baseadas em evidência”<sup>13</sup> a respeito do amamentar, e dos fatores que oferecem risco à prática da amamentação. Para tanto, combatem crenças ditas populares que consistem em “mitos”, bem como analisam de

<sup>13</sup> Como abordarei adiante, tal termo se refere a informações com embasamento científico e atualizado, conforme a fisiologia da amamentação.

forma crítica concepções do senso comum que se revelam nocivas à prática da amamentação, e prejudiciais à autonomia da mulher mãe.

São muito presentes termos como “livre demanda”<sup>14</sup>, “desmame precoce”<sup>15</sup>, e a crítica à indústria de leites substitutos e seu marketing, associado também ao questionamento da conduta de pediatras que desincentivam a amamentação, à semelhança do movimento por partos respeitosos, que alerta para profissionais da obstetrícia não comprometidos com a causa. Também compartilham em suas expressões a associação do ato de amamentar a um ato de resistência e, portanto, um ato político.

Têm em comum pontos chave de atritos e indagações, tais como: proposição de questionamentos acerca das pressões sociais impostas sobre as mulheres, desabafos e reflexões sobre amamentar na sociedade; uso de frases e imagens em camisetas, canecas e outros objetos a fim de propagar sua mensagem política (“todo dia penso em desistir, todo dia escolho continuar”; “mamíferos”; “radical da amamentação”, “teta livre”,



Figura 16: Luise amamenta em publicação sobre a cultura do desmame

“forte como uma mãe”, “respeita a mãe aqui”); manifestações de apoio a outras mulheres e criação de redes entre mulheres com objetivos semelhantes; divulgação de

<sup>14</sup> Amamentar sem horários pré-determinados ou definidos, conforme a demanda do bebê/criança.

<sup>15</sup> Desmame que acontece “antes do tempo”, sem o bebê/criança estar pronto para deixar o peito, geralmente anterior a 24 meses de idade (tempo recomendado pela OMS para duração mínima ótima do aleitamento). Parece um tempo subjetivo e de fato é descrito assim pelas ativistas, pois não é uma categoria imutável. Varia conforme cada situação, sendo percebido a partir de fatores comportamentais do bebê/criança e da dinâmica familiar.

serviços de mulheres, colaborações e produtos, costurando sua própria trama coletiva de apoio; enfim, a defesa da “amamentação baseada em evidências científicas”; e identificação com o feminismo.

Olhar para a realidade e ver que ainda falta muito para mulheres mães amamentarem com dignidade, serem protegidas pelo Estado e exercerem seu direito de nutriz. **A cultura do desmame ainda vence.** E por vezes não é a culpa da chupeta. Mas da vulnerabilidade em que a mãe está. **Porque a cultura do desmame é atravessada pelo racismo, pelo capitalismo, pela misoginia.** (Ativista Luise Monteiro, Instagram, 11/02/2021, grifos meus)

Algumas indagações propostas por Escobar (2016) sobre orientar o estudo da cibercultura atendem ao propósito questionador desta pesquisa, tais como:

Como, por exemplo, distintas noções de comunidade, trabalho de campo, corpo, natureza, visão, sujeito, identidade e escrita, poderiam ser transformados pelas novas tecnologias? [...] Quais continuidades as novas tecnologias evidenciam em relação à ordem moderna? Que tipo de inovações, resistências ou apropriações das novas tecnologias (por culturas minoritárias, por exemplo), estão em jogo que possam vir a representar diferentes abordagens para a compreensão da tecnologia? (Escobar, 2016, p. 31)

Finalmente, é possível um esforço etnográfico que dê conta da multiplicidade de práticas associadas com as novas tecnologias em diversos contextos sociais, étnicos e geográficos? De que maneira estas práticas se relacionam a temas sociais mais amplos, por exemplo, o controle da mão de obra, a acumulação de capital, a organização de modos de vida e a globalização da produção cultural? (Escobar, 2016, p. 39)

Tem-se um desenvolvimento da antropologia da cibercultura a partir dos anos 90, num processo de consolidação de métodos específicos para esse meio de investigação, também em constante desenvolvimento:

Com a convicção de que o “antropos” deva ser deslocado – como tema e objeto da disciplina – os antropólogos do “ciborgue” argumentam que a realidade humana e social é um produto tanto de máquinas como da atividade humana. Nesse sentido, sustentam que devemos reconhecer um trabalho de agenciamento das máquinas e que a tarefa mais adequada para uma antropologia da ciência e da tecnologia é examinar etnograficamente como a tecnologia serve de agente de produção social e cultural. (Escobar, 2016, p. 35)

Uma das abordagens mais frutíferas que a tecnociência tem motivado é a implosão de categorias em vários níveis, particularmente das categorias modernas que definem o natural, o orgânico, o técnico e o textual. Os limites entre natureza e cultura, entre organismo e máquina são incessantemente redesenhados de acordo com fatores históricos complexos nos quais os discursos sobre ciência e tecnologia desempenham um papel decisivo (HARAWAY, 1991). (Escobar, 2016, p. 37)

Segata (2016) então conduz desde a proposta de Escobar à consolidação dos estudos da “antropologia do ciberespaço” no contexto brasileiro, a fim de fundamentar estratégias para os desafios atuais:

Nessa mesma época, no Brasil, as discussões sobre o uso de tecnologias para modificação e controle da natureza deram início à formação do campo da biossocialidade, tendo como referência Michel Foucault e Paul Rabinow, como também, a relação com a Teoria Ator Rede e os Science Studies motivou a criação do campo da Antropologia da Ciência e da Técnica. Mas, diferentemente do caminho

articulado por Escobar em sua agenda de estudos da cibercultura, no Brasil, esses campos se constituíram e se consolidaram de forma um pouco independente. Mais que isso, na Cyberia à moda brasileira, a relação entre tecnossocialidade e biossocialidade foi deslocada para uma relação entre a tecnossocialidade e o campo da comunicação e seus “novos” processos midiáticos. (Segata, 2016, p. 93-94)

Ao invés de qualificarmos as novas tecnologias digitais como boas ou ruins, destrutivas ou agregativas, buscávamos as pessoas e as suas práticas cotidianas. Mas, para isso se tornar viável, optamos por um recorte muito particular nesse campo, que tornou a cibercultura, para nós, conscientemente, um projeto especializado que ficou centrado na internet e nos seus dispositivos e que nos serviu como locus privilegiado para o desenvolvimento e consolidação de uma especialidade conhecida no Brasil como antropologia do ciberespaço (RIFIOTIS, 2010). Se a redução de um amplo debate que constituía o que Escobar compreendia cibercultura em favor de uma “antropologia do ciberespaço” foi a nossa estratégia de entrada nesse campo, tivemos com isso, que responder não apenas às demandas da comunicação, mas às novas questões que eram postas internamente na disciplina. Um grupo de pesquisa disposto a fazer etnografia em plataformas de jogos on-line, blogs, relay chats, orkut, twitter ou sobre políticas públicas para democratização do digital, criogenia ou medicalização de animais de estimação, precisava estar disposto a um duplo desafio – o desenvolvimento de estratégias de pesquisa para contextos inéditos na disciplina e, ao mesmo tempo, o da disposição em responder às desconfiças de nossos próprios pares. A questão a ser superada era a de que no início de nossos trabalhos a própria disciplina nos demandava convencimentos de que era possível a pesquisa antropológica no ciberespaço ou no campo mais amplo da cibercultura. Entre muitos dos questionamentos, o ponto crítico naquele momento, era o de convencer nossos pares de que “havia gente” no ciberespaço; que não se tratava apenas de algoritmos e programações ou o que mais coubesse naquela ideia de dados ou fluxos de informação próprios da linguagem e do campo da tecnossocialidade. (Segata, 2016, p. 94-95)

Assim, para contrapor a redução da internet a um novo meio de comunicação e valorizar a ideia de que ela constituía um “espaço de relação social” foi preciso construir “um novo nativo cibernético” – o cibernauta. Sua principal característica era a de ter a sua vida envolvida com computadores e internet. Ele seria a prova de que ali “havia gente” e isso justificava a reivindicação de uma antropologia naquele espaço. (Segata, 2016, p. 96)

Ao investigar os perfis dessas mulheres e as trocas proporcionadas entre elas, suas imagens e questionamentos propostos, não tenho dúvida de que o meio virtual seja propício para a investigação nas Ciências Sociais, pois contém representações de práticas e significados materiais, além de agência e identidade das sujeitas envolvidas. Por fim, Segata (2016) conclui que:

Certamente, críticas como essas nos ajudaram a construir uma antropologia no ciberespaço e foram fundamentais para repensar, entre outras coisas, a etnografia na sua forma tradicional e nos fazer investir em novas possibilidades analíticas. Aos poucos o tema da internet foi ganhando lugar na antropologia, ainda que fosse necessário tratar comunidades on-line, listas de discussão ou sites de relacionamentos como as nossas aldeias para se inscreverem em algum lugar das sociedades complexas. Contudo, como contestávamos a redução que a comunicação fazia da etnografia, como um método antropológico para a cibercultura, aos poucos o diálogo foi se tornando mais esparso. Enquanto o nosso nativo especial – o cibernauta – como também a própria ideia de um “espaço social” passaram a ser revistos com os diálogos com a Teoria Ator-Rede e a centralidade que a ideia de rede ou rede sociotécnica passou a ter em nossos trabalhos, na comunicação emergia a netnografia. Essa forma específica de etnografia praticada na internet era a reafirmação de pontos que para nós precisavam ser superados em favor do desfazimento das fronteiras entre “realidade” e “virtualidade” – ou do ciberespaço como uma externalidade. (Segata, 2016, p. 109)

Francesca Sanz Vidal, pesquisadora da Facultad de Filosofía da UMSNH, em Morelia, México, investiga o lactivismo enquanto movimento de resistência na vida urbana no México, que tenta amenizar as consequências da perda da relevância do cuidado com o outro, daquilo que chama de “cultura del cuidado”, incluindo estudos de caso a partir das redes sociais:



Figura 17: Lian com mulheres lactantes, em defesa da amamentação

La existencia de las redes sociales y sobre todo la utilización de las mismas por parte de las usuarias, fue un componente decisivo para lograr el alcance que llegó a tener, la rapidez con la que se difundió y el eco que se hicieron algunos medios de comunicación de esta acción; es por este motivo que tanto para difundir la situación de vulneración de del derecho de amamantar en público, como para la organización de la acción lactivista y la posterior difusión de la misma (en forma de publicaciones en perfiles personales y de publicación de noticias en medios digitales) podemos observar que el papel de estas redes virtuales es fundamental. (Vidal, 2017, p. 242).

Vidal (2017) detecta que o movimento lactivista não só luta contra a desvalorização da lactância humana e tudo que isso implica, mas contribui para que um conhecimento autêntico sobre a prática seja difundido, minimizando distorções, contando com um corpus epistemológico robusto, a partir de estratégias qualificadas como de ação direta, ações e reações. Isso é constatado através de situações em que mulheres foram questionadas e censuradas em sua expressão pública da amamentação.

São, portanto, ações que não se limitam a defender a lactância, mas buscam informar e visibilizar, incidindo em âmbitos como o médico-sanitário, o político e o laboral, a fim de subverter as concepções vigentes. O movimento lactivista, que segundo Massó Guijarro (2015a) nasce em 2006, ao buscar promover, apoiar e normalizar a lactância, tem pretensões que o encaixam no que conhecemos como pensamento decolonial:

Se vindica la práctica de la lactancia (a través del lactivismo) en su dimensión de movimiento social porque, como afirma Mignolo (17), “No somos porque pensamos, somos donde pensamos”, en esa desobediencia epistémica tan amigable al lactivismo, que **desacata la epistemología patriarcal en la lectura y consecuencias de la lactancia, y reclama una comprensión descolonizada de sí misma**. Todo conocimiento es situado, y situado no solamente en un espacio geográfico sino, esencialmente, temporal y corporal; es corpopolítica y es geopolítica, siguiendo a Mignolo.” (Massó Guijarro, 2015c, grifo meu).

Através de uma análise das Ciências Sociais sobre a experiência da amamentação, busco encontrar *significados sociais para experiências individuais*, bem como interpretações individuais para experiências do social. A metodologia de análise da narrativa em antropologia é em parte fundamentada nos trabalhos de Suely Kofes (1994, 2010) e Kofes e Manica (2015), para quem a narrativa biográfica se encontra com a etnografia:

Sugiro que a relação entre experiência narrada biograficamente e estrutura da experiência permite retirar a narrativa biográfica da oposição entre indivíduo e sociedade, subjetivo e objetivo. A expressão da experiência conteria relações, conexões, movimentos da vida, experiência social e reflexão dos próprios sujeitos, conteria a expressão da experiência que não prescinde da sua expressão narrativa. A estrutura da experiência conectaria experiência vivida e os sentidos dados e criados pelos sujeitos. (Kofes e Manica, 2015, p. 35)

Se a narrativa biográfica encontra-se com a etnografia ao marcarem para a antropologia a experiência da alteridade, permito-me terminar este capítulo reafirmando o nexo entre certa concepção de etnografia e uma possível perspectiva biográfica, ambas orientadas em sua atenção aos contextos de relações, às concepções, por uma atitude que não procura encaixar o objeto em categorias externas, mas extrair as construções com as quais operam os agentes em seus campos semânticos próprios. (Kofes e Manica, 2015, p. 37)

Buscando ir além da fórmula de proximidade e distância, a partir da minha proximidade ao tema, alcanço uma “profundidade interna” (Kofes, 2010), que me torna visível o que quero compreender neste campo. Em sua pesquisa sobre a relação entre patroas e empregadas domésticas no Brasil, a antropóloga Suely Kofes caracterizou sua experiência na investigação como uma busca por “manter a distância na proximidade”, singularizando sua relação na experiência narrada:

Aproximava-me e distanciava-me, insinuava reminiscências e chamava as exigências do conhecimento científico, daí o ardil em procurar a distância para responder às aflições da proximidade. Bastaria desafiar o suposto da identidade e de um ego aut centrado

(fosse a feminista, a mulher, ou a pesquisadora) como base para o conhecimento. (Kofes, 2010, p. 108)

Indo além da ideia de “estranhar o familiar” bem conhecida na metodologia de pesquisa antropológica, e partindo do lugar inexorável de mulher-mãe que já vivenciou a experiência de nutriz, “demandando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros” (Kilomba, 2019). Em sua pesquisa sobre episódios de racismo cotidiano, a teórica e artista portuguesa Grada Kilomba explica:

Esse método de focar no *sujeito* não é uma forma privilegiada de pesquisa, mas um conceito necessário. [...] Fazer pesquisa entre iguais tem sido fortemente encorajado por feministas, por representar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadoras/es e informantes, ou seja, onde há experiências compartilhadas, igualdade social e envolvimento com a problemática. [...] Minha posição como intelectual não é a de um *sujeito* distante olhando para seus “objetos pesquisados”, mas sim de uma “subjetividade consciente”. [...] Por conseguinte, não concordo com o ponto de vista tradicional de que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa, melhor que o envolvimento mais pessoal. Ser uma pessoa “de dentro” produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em *sujeitos*. (Kilomba, 2019, p. 82-83)

Como parte da estratégia para mitigar os limites e contingências impostas pela pandemia da Covid-19 dos últimos quase 2 anos, concentro também esforços em analisar as formas através das quais as mulheres dialogam, posicionam-se e se informam através das redes sociais e de mecanismos de troca online, antes já bastante expressivos e agora como meio central de comunicação no contexto pandêmico.

Enquanto fenômeno capaz não só de aprofundar como de escancarar a desigualdade social, em especial a de gênero, a pandemia ensejou um olhar atento sobre a dimensão do cuidado e do doméstico, tipicamente atribuídos ao feminino. Sobre as desigualdades constatadas a partir da experiência pandêmica, cito Sonia Maluf (2021), em *Janelas sobre a cidade pandêmica*:

Grande parte dessas articulações e conexões que engendram movimentos é feita online. Um terceiro vértice se intensifica na relação entre casa e rua, as socialidades e conexões virtuais que, somadas às que são feitas nas ruas e nos espaços coletivos, ajudam a formar redes potentes de reinvenção social e produção de novos territórios e modos de existência. [...] O que a experiência recente da pandemia tem trazido de forma mais evidente é que, se existe um grande divisor [da urgência antropológica], ele é dado pela produção capitalista de desigualdade. (Maluf, 2021, p. 282-283)

## Apontamentos sobre “descolonização” e “decolonialidade” nesta pesquisa

No que diz respeito ao tema, vale registrar que a amamentação encontra uma profícua produção científica nos Estados Unidos, com pesquisas notáveis sobre benefícios do leite para a saúde do bebê e da mulher, estudos sobre efeitos da ingestão alcoólica materna na composição do leite, sobre o desenvolvimento orofacial através da amamentação, além de grupos lactivistas pioneiros e internacionalmente conhecidos como La Leche League<sup>16</sup>, fundada em 1956. Todavia, quero registrar que a LLL é um grupo de origem burguesa, capitalista e centrada majoritariamente na família nuclear tradicional, o que a distingue do movimento lactivista de inspiração feminista e decolonial investigado no presente trabalho, que busca questionar tais modelos. Não obstante, o movimento logrou ampla divulgação sobre os benefícios da amamentação, além de esforços pela visibilização e normalização da prática, o que refletiu na “popularidade” de ativismos em torno da maternidade.

Ainda assim, como demonstra a publicação do Departamento de Saúde do país – *Office of the Surgeon General (US), Centers for Disease Control and Prevention (US), Office on Women's Health (US)* (2011), o país apresenta baixas taxas de duração e incentivo ao aleitamento em relação às taxas brasileiras, além de falta de legislação trabalhista de apoio quanto à licença maternidade e continuidade da amamentação, falta de restrição sobre ações de marketing da indústria de leites processados e objetos correlatos, e uma cultura de hiper sexualização dos seios que desincentiva a amamentação em espaços públicos, que foi resguardada por lei em todo o território nacional apenas em 2018. No mesmo ano, a delegação dos EUA surpreendeu a comunidade internacional em uma reunião da Assembleia Mundial da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS), ao condenar uma resolução de incentivo à amamentação. O posicionamento estadunidense foi contrário ao recomendado por estudos científicos e atendia aos interesses dos fabricantes de fórmulas infantis<sup>1718</sup>.

As dominantes influências estadunidenses e/ou eurocentradas em nosso país podem mascarar as enormes incongruências entre nossas histórias, mas não desfazem a imperatividade de reconstruir nossas categorias e reavaliar horizontes epistemológicos,

---

<sup>16</sup> <https://www.llli.org/>

<sup>17</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/eua-se-posicionam-contrario-resolucao-da-onu-que-incentiva-amamentacao-22865556>

<sup>18</sup> <https://www.nytimes.com/2018/07/08/health/world-health-breastfeeding-ecuador-trump.html>

a partir de nossa origem e considerando o lugar real que ocupam os corpos das mulheres brasileiras em nossa sociedade. Assim, analisamos de forma crítica a produção advinda de fora, cientes da massiva sociedade de consumo que vigora subjacente. Essa influência se faz presente desde a produção científica ao universo do entretenimento, em histórias de parto, amamentação e maternagem retratadas sob a ótica típica daquele país.

Alerta para a importância de localizar de onde falo e estudo, e para quem olho, reitero aqui a importância de pensarmos sobre nós mesmas a partir de nossos próprios horizontes epistemológicos. Para analisar quais as principais limitações e os desafios das políticas públicas e concepções sociais em torno do aleitamento materno, da defesa dos direitos das mulheres e da opressão de gênero, é preciso olhar a fundo o sistema capitalista patriarcal, resultado da experiência da colonização e da colonialidade.

Não há descolonização sem despatriarcalização, como explicita a pesquisadora venezuelana Alba Carosio (2017). É preciso recordar que as correntes hegemônicas do feminismo também são produto da modernidade ocidental (Curiel, 2014, p. 47). O “feminismo descolonial”, proposto pela socióloga argentina María Lugones (2014) – original em inglês “decolonial feminism” –, retoma o projeto de decolonialidade, que implica entender a união entre a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo mundial e o colonialismo enquanto produtores da nossa realidade na América Latina pós-colonial, a partir do rompimento com a colonialidade do poder, do saber e do ser. A antropóloga afrodominicana Ochy Curiel explica:

La colonialidad del poder ha significado relaciones sociales de explotación / dominación / conflicto en torno a la disputa por el control y el dominio del trabajo y sus productos, la naturaleza y sus recursos de producción, el sexo y sus productos, la reproducción de la especie, y la subjetividad y sus productos materiales y intersubjetivos, incluido el conocimiento y la autoridad junto con sus instrumentos de coerción. (Curiel, 2014, p. 50)

Tal ponto de vista implica questionar o conhecimento produzido, como, por quem e para que se produz. Assim, também a metodologia crítica feminista é questionada, desde as condições da produção do conhecimento, numa proposta de descolonização do feminismo. A feminista afrodominicana Yuderkys Espinosa Miñoso (2014) propõe um rompimento com a colonialidade da razão feminista moderna eurocêntrica, em sua trama colonial e pós-colonial, alinhada à epistemologia feminista negra e de cor, em sua proposta de conhecimento situado que parte da experiência. Para Espinosa Miñoso (2020),

uma análise dos feminismos do Sul e de sua relação de dependência com os feminismos do Norte precisa ser complexa a ponto de desfazer o mito de uma suposta unidade interna do sujeito “mulher” e nos permitir observar um campo vivo de disputa de sentidos na América Latina pós-independências, que acaba sendo resolvida com a imposição e a violência simbólica e material sobre aquelas cujos corpos estão marcados por processos de racialização e contínua exploração, o que chamo de “a outra da outra”.

[...] A crítica do feminismo negro, de cor e, mais recentemente, decolonial, acabou fazendo, dentro do próprio feminismo, a mesma denúncia que a epistemologia feminista fizera à produção científica ocidental do conhecimento: de que ele é, na verdade, um ponto de vida parcial, encoberto de objetividade e universalidade, já que surge de certa experiência histórica e certos interesses concretos. (Espinosa Miñoso, 2020)

Espinosa Miñoso, a partir da oposição ao sistema moderno colonial de gênero (Lugones, 2008) e à heterossexualidade como regime político (Wittig, 1992), propõe o “feminismo descolonial” (original em espanhol) e seus aportes epistemológicos.

Se trata de un movimiento en pleno crecimiento y maduración “que se proclama revisionista de la teoría y la propuesta política del feminismo, dado lo que considera su sesgo occidental, blanco y burgués” (Espinosa, 2013a). Desde aquí se hace una crítica a las epistemologías feministas previas observando las premisas sobre las que se han sostenido las grandes verdades que explicarían el porqué de la opresión basada en el sistema de género. Las feministas descoloniales recuperamos las críticas que se han realizado al pensamiento feminista clásico desde el pensamiento producido por voces marginales y subalternas de las mujeres y del feminismo. Partimos por reconocer que ese pensamiento feminista clásico ha sido producido por un grupo específico de mujeres, aquellas que han gozado del privilegio epistémico gracias a sus orígenes de clase y raza. El feminismo descolonial elabora una genealogía del pensamiento producido por desde los márgenes por feministas, mujeres, lesbianas y gente racializada en general; y dialoga con los conocimientos generados por intelectuales y activistas comprometidos con dismantelar la matriz de opresión múltiple asumiendo un punto de vista no eurocentrado. (Espinosa Miñoso, 2014, p. 7)

Em outro artigo, por uma crítica da colonialidade da razão feminista, Miñoso avança ressaltando novamente a questão dos recortes de raça e classe e as limitações do feminismo hegemônico global, bem como o problema da pretensão de unidade na opressão das mulheres (Espinosa Miñoso, 2014 e 2020), que, para ela, precisa ser abandonada a fim de realmente existir uma virada epistemológica. Miñoso nega a existência de uma categoria de mulher universal que, adotada dentro do feminismo hegemônico, estaria ainda comprometida em algum nível com a modernidade e a colonialidade. Miñoso caracteriza a ferramenta que chamará de algo próximo a uma consciência dupla, um olhar duplo ou alternativo, que permite consciência do lugar de subalternidade:

Assim, se a ordem social é uma matriz de poder onde raça, classe e gênero se sobrepõem e se codeterminam, a perspectiva do ponto de vista feminista na pesquisa permitiria tornar mais visível a forma como tal matriz opera, a partir de um questionamento da experiência de quem está mais baixo na escala do privilégio. De tal maneira, “o que é uma desvantagem do ponto de vista da operação, pode se converter em uma vantagem do ponto de vista da ciência”. (Espinosa Miñoso, 2020)

O pensamento decolonial “convoca o Sul global a formular conhecimentos situados, adequados ao seu contexto e aos seus povos, que não sejam simplesmente importados e adaptados do centro.” (Dimenstein et al., 2020). É o que constitui a necessidade de uma descolonização epistêmica, um rompimento com a colonialidade do saber. Conforme escreve a cientista política brasileira Luciana Ballestrin (2020):

Do neoliberalismo ao colonialismo, as críticas feministas das subalternidades globais também atravessaram o próprio movimento feminista. A discussão em torno da “mulher do Terceiro Mundo” – categoria que conecta feminismo, pós-colonialismo e marxismo – exemplificou a incorporação de uma dimensão geopolítica pela teoria e pela prática feminista, criando um antagonismo entre o feminismo hegemônico e suas variações subalternas. A (geo)politização do debate feminista evidenciou diferenças irreconciliáveis dentro do próprio movimento feminista global de mulheres. (Ballestrin, 2020, p. 3)

Não ignoraremos também que:

O caráter ocidental, colonial e neoliberal do feminismo é bastante ressaltado em alguns textos mais críticos, havendo menção constante ao feminismo hegemônico do Sul e poucas sinalizações de diálogo. [...] Citando Ochy Curiel e Breny Mendoza, Miñoso entende que “hay un origen mayoritariamente burgués, blanco-mestizo, urbano y heteronormativo del feminismo latino-americano” (p. 314). [...] Em suma, **descolonizar o feminismo implica descolonizar também sua produção teórica, ou seja, considerar as experiências, as vozes e as elaborações das mulheres subalternizadas. Esta intenção dialoga com as epistemologias e teorias do sul, no que diz respeito à valorização do conhecimento (geopoliticamente) situado de mulheres latino-americanas** [...]. (Ballestrin, 2020, p. 10, grifo meu)

A autora sugere também que o feminismo “de(s)colonial” exemplifica o que chama de “paradoxo da representação feminista”, no que tange a definição de possíveis limites para o pluralismo dentro do feminismo (Ballestrin, 2020):

**Parece-me cada vez mais necessário fortalecer e legitimar o feminismo como movimento social protagonista na infundável luta histórica pela cidadania.** Isso não implica desconsiderar o fato de que grandes movimentos revolucionários na história foram capazes de produzir contradições capazes de questionar sua própria causa original. (Ballestrin, 2020, p. 11, grifo meu)

Assim, ressalto a existência de contradições internas ao próprio movimento, tanto ao analisarmos os diversos feminismos quanto ao analisarmos a trajetória de luta das mulheres que me propus a investigar.

Para Ochy Curiel (2014), não sendo meros eixos de diferenças, as diferenciações produzidas por opressões construíram o colonialismo, que segue reverberando hoje:

Una postura decolonial significa entender que categorías centrales del feminismo como, entre otras: género, mujeres, intervención social, cooperación internacional al desarrollo, grupos minoritarios, pobres y una serie de conceptos y categorías que reflejan la colonialidad, forman parte de lo que Lugones (2008) denominó el *sistema de género/moderno/colonial* que ha afectado nuestras interpretaciones, teorizaciones, investigaciones, metodologías, prácticas políticas, reproduciendo en el feminismo lógicas racistas y neocoloniales. (Curiel, 2014, p. 52)

Una posición decolonial feminista implica entender que tanto la raza como el género han sido constitutivas de la episteme moderna colonial; no son simples ejes de diferencias, sino que son diferenciaciones producidas por las opresiones que, a su vez, produjo el colonialismo, y que continúa produciendo en la colonialidad contemporánea. (Curiel, 2014, p. 55)

Assim, os termos “feminismo decolonial” e “feminismo descolonial” (e até de(s)colonial) são empregados pelas autoras citadas com referência à busca por questionar e subverter as origens coloniais do próprio feminismo, bem como por propor uma epistemologia crítica que advenha das próprias mulheres latino-americanas, racializadas e subalternizadas, numa intenção comum pela descolonização, muito além das teorias pós-coloniais, como elabora Ballestrin (2020).

O feminismo de(s)colonial também deve ser compreendido como um movimento emergente, capaz de fazer orbitar em torno da ideia prática e teórica de “descolonização” diferentes movimentos subalternos de mulheres e feministas latino-americanas. [...] A transformação da ideia de descolonização em um princípio orientador da prática e da teoria é percebida em vários textos preocupados em definir o significado de “descolonizar” de um ponto de vista feminista ou de gênero. Novamente, existem diferentes posições, ainda que o esforço recente seja visivelmente mais construtivo e colaborativo do que o contrário: “el feminismo descolonial no es un campo uniforme. Pensarlo de manera homogénea le haría perder gran parte de su riqueza” (Miñoso et al., 2014, p. 36). (Ballestrin, 2020, p. 10)

Sem pretender esgotar aqui tais categorias e diferenciações, opto por abrir nesta pesquisa espaço para meu aprofundamento futuro. Ballestrin cita a antropóloga mexicana Mária Millán (2016), que defende o uso de *descolonial* em vez de *decolonial* como forma de distinção da teoria da decolonialidade. Para ela, o *descolonial* está mais para um processo vivo do que cerrado a uma escola de pensamento. Por tais razões, Ballestrin opta por utilizar “de(s)colonial”, bem como para contemplar traduções do inglês ao português e ao espanhol, marcando sua orientação analítica.

Por fim, é importante marcar a diferença entre “feminismos descoloniais” (no plural e com “s”) do feminismo decolonial (no singular e sem “s”). Ainda que ambas as expressões possam ser utilizadas de maneira intercambiável, a segunda acaba por estar mais diretamente associada ao projeto teórico decolonial do grupo M/C [Modernidade / Colonialidade]. (Ballestrin, 2020, p. 11)

Recuperando a antropóloga afrodominicana Ochy Curiel, quando explica que a suposta emancipação ligada à modernidade ocidental não diz respeito a todas as mulheres, e sim a um ideário de “mulher” restrito e localizado:

La colonialidad del poder, del ser y del saber, por tanto, es el lado oscuro de la modernidad, **de esa modernidad occidental desde donde también surge el feminismo como propuesta emancipadora supuestamente para todas las mujeres. Pero no nos hemos dado cuenta de que no ha sido para todas las mujeres.** A propósito de esta afirmación, a continuación paso a analizar la otra fuente del feminismo decolonial, que tiene que ver con feminismos críticos y contra-hegemónicos. (Curiel, 2014, p. 51)

La propuesta decolonial propone un desprendimiento de la colonialidad del poder, del saber y del ser que justifica la retórica de la modernidad, el progreso y la gestión democrática *imperial*. Este desprendimiento implica varias cuestiones en relación a los conocimientos que se producen, cómo se producen y para qué se producen. (Curiel, 2014, p. 57)

Questionando como se produz o dito conhecimento institucional, como tal conhecimento opera sobre a organização social, bem como a que interesses serve – são interpelações presentes na luta por emancipação desempenhada pelas mulheres lactivistas que inspiram esta pesquisa. Também me parece claro que tais mulheres constroem, dessa forma, conhecimento que articula teoria e prática.

Para Yuderlys Espinosa, Diana Gómez, Karina Ochoa y María Lugones, esto implica una *“relación entre el hacer y el pensar, y el camino de vuelta que es el mismo: el pensar desde el hacer. De esa manera se conjuga una experiencia del conocer haciendo, del producir conocimiento que articula teoría y praxis”* (Espinosa et al. 2013: 409) Estas autoras proponen la co-investigación y la teorización desde los propios procesos comunitarios hechos por intelectuales orgánicas de las comunidades y organizaciones, de activistas comprometidas con procesos de lucha, resistencias y acción (*Ibidem*: 411). Por tanto, el desenganche conlleva la creatividad en las metodologías que minimicen las relaciones de poder en la construcción del conocimiento. (Curiel, 2014, p. 57, grifo meu)

**Parece-me cada vez mais necessário fortalecer e legitimar o feminismo como movimento social protagonista na infundável luta histórica pela cidadania.** Isso não implica desconsiderar o fato de que grandes movimentos revolucionários na história foram capazes de produzir contradições capazes de questionar sua própria causa original. (Ballestrin, 2020, p. 11, grifo meu)

Não se trata de desconsiderar tudo o que foi e é produzido como conhecimento hegemônico na Europa e demais países centrais do capitalismo, mas “promover uma libertação de saberes e práticas outrora desvalorizados e invisibilizados” (Dimenstein et al, 2019, p. 4):

É nesse campo de tensões entre perspectivas pós-coloniais e decoloniais que se dá o encontro com os feminismos como uma tentativa de geopolitização do debate feminista, interpellando os feminismos ocidentais e universalizantes, em que o gênero pode operar uma forma de colonialidade ao essencializar e invisibilizar a multiplicidade de práticas culturais e cosmovisões que produzem relações sociais diferenciadas, sobretudo, no contexto específico da América Latina. (Dimenstein et al, 2019, p. 4)

Assim, defendo a importância de partir de uma perspectiva de inspiração decolonial, que conjure esforços para a construção de uma epistemologia própria das mulheres latino-americanas. Conforme Vergès (2020), que afirma sobre a luta do feminismo decolonial:

Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial

contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência*. (Vergès, 2020, p. 35)

De forma análoga, é sabido que o sistema é capaz de subverter o aspecto revolucionário de um movimento a ponto de extrair dele seu lucro. Vergès (2020) pontua: “Não devemos subestimar a velocidade com que o capital é capaz de absorver certas noções para transformá-las em palavras de ordem esvaziadas de seu conteúdo; por que o capital não seria, então, capaz de incorporar a ideia de decolonização, de decolonialidade?” (p. 41). Aqui tal alerta é parte da investigação. Também o feminismo e a vulnerabilidade materna são alvos, também a amamentação está sujeita à lógica do sistema opressivo em que vivemos. Também as mulheres cuja luta por direitos busco relacionar à inspiração teórica do feminismo decolonial estão sujeitas às contradições próprias do sistema em que vivem, não de forma contrária ao que acontece nas descrições ambivalentes de suas vivências na maternidade e na amamentação. Assim, a crítica ao capitalismo, ao colonialismo e à colonialidade é parte crucial desta análise.



Figura 36: Veronica fala sobre o direito à amamentação

## A retórica da escolha

El lactivismo es un activismo cuya retórica es anticapitalista y feminista pero cuyas consecuencias son cuando menos discutibles, pueden ser inanes, o incluso regresivas, tanto para el capitalismo como para las políticas de género.

Beatriz Gimeno,  
*La lactancia materna: política e identidad*, p. 142

Ao entender o fenômeno da amamentação como uma relação que enseja refletir sobre a construção da maternidade – enquanto prática e instituição (Rich, 1986) – e do papel da mãe, e, portanto, vinculado à diferença de sexo e gênero e à atribuição dos papéis sociais femininos, busco visibilizar como as mulheres se apropriam da prática, quais os significados que gravitam em torno do ser nutriz.

Delinear os desafios das percepções e ações sociais em prol da amamentação, sobretudo em consideração às desigualdades de gênero, direitos trabalhistas, emancipação feminina, significação do corpo feminino na sociedade, autonomia e escolha nos direitos reprodutivos, além de enquanto forma de reivindicar um caminho questionador em relação às tendências produtivas capitalistas colonizadoras.

Cito a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2013), cujo original “A mulher na sociedade de classes” data de 1969:

Como nem o pleno emprego nem a socialização total dos custos da maternidade são compatíveis com uma economia sujeita a crises cíclicas de superprodução e à apropriação privada do excedente econômico, a condição singular da vida da mulher não pode deixar de intervir negativamente na sua vida de trabalhadora nas sociedades capitalistas. (p. 192)

Tal questionamento é posteriormente desenvolvido por Federici (2021):

Analisar a posição social das mulheres sob o prisma da exploração capitalista do trabalho também revela a continuidade entre discriminação de gênero e discriminação de raça e nos possibilita transcender a política de direitos que pressupõe a manutenção da ordem social existente e falha em confrontar as forças sociais antagônicas presentes no caminho da libertação das mulheres. (Federici, 2021, p. 97)

As contradições do sistema capitalista estão no centro do debate da questão de gênero. Na luta por emancipação feminina, direitos e saúde reprodutiva e materno-infantil, entendo que a questão biológica está intrincada à socialização do papel e identidade atribuídos ao feminino no cuidado infantil, sem ignorar que novos paradigmas de ressignificação da paternidade, maternidade e da inserção da mulher em outras esferas sociais são importantes para a compreensão dos desafios propostos atualmente e dos caminhos possíveis ao pensar os direitos das mulheres.



Figura 18: publicação de Gabrielle sobre a maternidade como nicho de mercado

Há que se pensar de forma crítica como as estruturas de exploração capitalista pós-colonial se beneficiam da separação mãe-bebê, por exemplo: impondo a expectativa de uma mulher mãe que logo retorna ao trabalho, sendo inalteradamente produtiva; que recupera o corpo de antes, consumindo e investindo em padrões de beleza incompatíveis com a realidade; que corresponde ao tempo dos adultos em seu maquinário incessante. Essa criança pequena não tem valor real perante a sociedade; seu cuidado não é visível. Espera-se que fique restrito ao doméstico, ao mesmo tempo que se espera de quem cuida – a mulher – que consiga voltar aos mesmos espaços, acompanhando o mesmo ritmo. Na realidade, dela se cobra mais, pois também o insucesso na criação da prole será sua responsabilidade. Ofertam-se objetos caros, vendidos como solucionadores de problemas, para evitar que se pese a falta, a conta que não fecha, o real descaso com a vida, delegada às costas das mulheres.

Como a amamentação pode se configurar em torno da emancipação feminina em forma de apropriação pela mulher de seu próprio corpo e agência? Como promover essa reflexão explorando também a subjetividade das questões que ensejam a escolha/não escolha ou a possibilidade/não possibilidade de amamentar, como parte da autonomia feminina e suas relações com as dimensões de sexo, classe e raça?

Muitos dirão que me tornei refém das minhas filhas, que não tenho autonomia sobre meu corpo por atender às necessidades delas. [...] Pode-se evitar isso antes de ser mãe, e é aí que se encontra a autonomia real: poder não ser mãe. (Ativista Luise Monteiro, Instagram, 16/08/21)

Como questiona Calafell Sala (2017), a ideia de ser um objetivo do feminismo defender e proteger o “direito de escolha” (*derecho de elegir*) de toda mulher revela uma reflexão problemática, sendo preciso aprofundar a dimensão trazida pelo termo “mulheres”, no esforço de evitar essencialismos.

A “questão da escolha” (*elección*) também remete à necessidade de uma liberdade de escolha em que a sujeita feminina se sinta totalmente responsável por suas decisões e pelas consequências das mesmas (Calafell Sala, 2017, p. 147). O “mito da livre escolha” diz respeito à falsa crença de que, ao decidir o que fazer com seu corpo (dar o peito ou a mamadeira, por exemplo), isso as torna tanto ou mais livres e iguais aos homens, quando na realidade mais as escraviza em um tipo de discurso patriarcal em que o corpo da mulher é sobretudo mercadoria, ou em que toda presumida escolha é transformada em oportunidade de lucro e controle.

Dicho de otra manera, la mujer y su defensa de la libre elección se convierten, en estos contextos, en el recurso más eficaz para difundir, reiterar y objetualizar la ideología neoliberal, pues la imagen de sua liberación no es más que el reflejo del subjetivismo, del autoconstructivismo y de los diferentes dispositivos que, como el de eficacia o el de rendimiento/goce, fundamentan las bases para la construcción neoliberal de las subjetividades (Laval y Dardot, 2013). [...] Sólo entendiendo que las identidades subjetivas son el producto de varias tecnologías – entre las cuales se encontraría la de género (De Lauretis, 2000) – y sólo aceptando que todos aquellos discursos que nos rodean están orientados a *imponer* sus consignas (Foucault, 2008) y modelos de mundo (Asensi, 2011), podremos realmente encarar discusiones en torno a la maternidade, las nuevas formas de parentesco, el cuerpo y un largo etcétera. (Calafell Sala, 2017, p. 149)

“Choice is not liberation”, escreve Hausman (2008), ao analisar a retórica da escolha no debate sobre alimentação de lactentes.

“Choice” in infant feeding method has not liberated women from the burdens of maternity, although many women have benefited from entry into waged labor made possible under current constraints by replacement feeding. It is possible that the pressures felt by women who do not breastfeed – who feel that others look at them as if they have made a “bad choice” – are a legacy of the way choice rhetorically operates in relation to motherhood, functioning to distinguish mothers who choose well from those who do not. [...] Infant feeding choices – whether made by “heart” or “head” – are

practiced in the context of the social, cultural, and economical forces that structure most people's daily lives and intimate decisions. It is our responsibility, as feminists, to identify the constraints that reveal the "choice" itself to be not so much a choice but a class privilege, and then to figure out how to challenge the status quo that makes it so." (Hausman, 2008, p. 3)

Nota-se um esforço de relacionar a amamentação ao "*poder de escolha*" feminino, sobre o próprio corpo e sobre o cuidado com a criança. Smith (2008) traz o conceito de "*repossession*" (reapropriação) para explicar como mulheres vêm adotando uma estratégia de se reconectarem à amamentação como uma experiência da qual foram alienadas, inclusive, por meio da teoria e da prática neoliberais e liberais feministas, além de essa reapropriação configurar um rompimento com o regime vigente de regulação higienista e patriarcal, controlador dos corpos femininos.

Essa estratégia prescritiva, que acaba compondo um "modo correto de fazer", vai de encontro com uma expectativa de autonomia. Por mais que se combata a ideia de uma maternidade como instituição normativa (Rich, 1986), enquanto sujeita vivendo o social na pele, a mulher, vulnerável, é combatida a pertencer, adequar-se de certa forma. Tudo que se vivencia no social está atrelado a um sistema aprendido que nos aponta como as coisas funcionam e qual o papel esperado de nós.

A proposta parece ser de criar mais mecanismos de conscientização que conduzam a uma maior autonomia e papel ativo das mulheres em seus processos de maternagem. Isso começa por questionar a que servem determinadas prescrições e práticas tidas como tácitas. Continua ao defender a liberdade de escolha, que, como aqui descrito, pode se revelar uma "falácia", não se verificando na materialidade do cotidiano. Investigando como as mulheres formavam seus processos de tomada de decisão sobre alocação de tempo, energia e corpo em dedicação aos seus esforços e às suas experiências, Smith (2008) buscou construir um panorama de significados em torno da promoção do aleitamento materno. Enquanto pesquisadora do departamento de saúde pública dos Estados Unidos, conduziu uma investigação a partir das falas de várias mulheres defensoras da amamentação: "Nonetheless, they put forward several ideas that help shed light on how, from their point of view, liberal feminist theory and praxis may have contributed to women's alienation from breastfeeding." (Smith, 2008, p. 2).

Smith constata então a ideia de que o feminismo liberal: 1) incentivou mulheres a serem jogadoras do "jogo dos homens no mundo dos homens"; 2) temeu que a

biologia se tornasse destino das mulheres; 3) temeu desrespeitar mulheres que não amamentassem; 4) formulou uma construção demasiado estreita dos direitos reprodutivos, limitada à contracepção e ao aborto. Assim, Smith demonstra que o processo de “reapropriação” (*repossessing*) constitui em atos de “redefinição” (*redefining*) e “normalização” (*normalizing*) de práticas, crenças e significados atribuídos a experiências relativas à maternidade e à amamentação.

A conclusão de sua pesquisa é que tais mulheres encontram *poder* ao honrar e validar suas próprias experiências como lactantes, e que o movimento feminista necessita incorporar as necessidades das mulheres enquanto seres sociais biológicos, reprodutivos e produtivos. A força de trabalho definida como norma pelo corpo e mente masculinos não se aplica às necessidades das mulheres:

Hausman writes that "Breastfeeding provides a focus that encourages us to see women's bodies at the centre of the dilemmas of modern societies, as women are increasingly called to labor in ways that disturb or make impossible the biosocial practices of maternity" [5] (p. 283). One dilemma identified by the women interviewed here is that the feminist strategy of advocating for women's equality with men left women vulnerable to a system that, while making it possible for women to be more engaged in the labor force, still defined the male body and mind as the norm. They suggest that women's alienation from their own bodies and from motherhood, from the feminine, may hinder women's, in particular mother's, abilities to become fully human. Nonetheless, as feminists have done for decades, these women find power in honoring and validating their own experiences as breastfeeding mothers, in **claiming those experiences as legitimate feminist actions, and then drawing on these experiences to seek new meanings, customs and norms that honor, value and support their rights to those experiences without otherwise excluding them from public opportunities and rewards. They argue that we need a feminist movement that fully incorporates women's needs as biological and reproductive social beings, alongside their needs as productive beings, and a movement that defines the female body and mind as the norm. Then, perhaps breastfeeding could become normalized as a labor of love.** (Smith, 2008, p. 6, grifo meu)

Tal proposta – de um movimento feminista que incorpore as necessidades das mulheres enquanto seres biológicos, reprodutivos e produtivos – vai ao encontro das reivindicações das ativistas aqui descritas. No ensejo da reivindicação pelo reconhecimento do trabalho e da produção de valor na prática da amamentação, o trecho, todavia, remete a outro ponto ambivalente: na perspectiva evocada por elas, a amamentação não significa sempre um trabalho de amor. Associá-lo ao amor, argumentam, não nos ajuda a pensar os desafios materiais e socioeconômicos que se impõem à prática. Enxergá-lo como amor mascara a problemática estrutural que designa o trabalho do cuidado enquanto papel exclusivo, natural e invisível das mulheres, conforme um sistema que inferioriza tudo aquilo que diz respeito ao feminino. A amamentação produz vínculo, mas o movimento enfatiza a produção de saúde, de

cuidado como valor, inclusive econômico e social. O amor está em uma multiplicidade de outros atos, e essa reiteração funciona para amenizar dissidências entre as próprias mães, inclusive as que não defendem com afinco a amamentação, tendo em vista a necessidade de questionar e combater a opressão às mulheres.

Contudo, a refutação embasada correspondente contesta a real expressividade desse fenômeno, ao demonstrar, por exemplo, como o amamentar foi frequentemente relacionado à restrição da mulher ao ambiente doméstico e à responsabilidade exclusiva pelo cuidado infantil. O debate deve ir além, aprofundando criticamente nas ideias de *escolha*, *autonomia* e *poder feminino*, admitindo a sobrecarga advinda da múltipla acumulação e conciliação de papéis, esferas e responsabilidades.



Figura 19: Amanda e seus filhos com camisetas temáticas da amamentação

Assim, a necessidade é também de pensar as instituições e políticas públicas, em tese responsáveis por salvaguardar os direitos, na incumbência de promover os meios materiais na realidade social para que a amamentação possa se efetivar enquanto escolha e caminho possível. Todavia, sem esquecermos que o aleitamento, tradicional e inicialmente pensado enquanto fenômeno de natureza biológica, passa a ser regido também por leis do mercado e da produção capitalista, típicas da nossa sociedade. Amamentar permanece um direito que não é garantido, podendo configurar um nicho de mercado próprio, como busco demonstrar ao longo do trabalho.

A pauta das lactivistas se baseia em informação pois manter mulheres em desinformação contribui para sua situação de vulnerabilidade, o que é lucrativo para o sistema. A autonomia para escolha é construída a partir da informação – apesar de a informação não garantir a autonomia, é uma ferramenta para a libertação.



Figura 20: publicação de Veronica sobre cultura do desmame

### Capítulo 3. Da “cultura do desmame”

O que significa “desmame precoce”? A definição de dicionário, “antes do tempo”, precisa ser aprofundada localizando seu contexto, o que vale também para categorias tais como “desmame natural”, que pretendo investigar ao lado de “cultura do desmame”, todas propostas pelas ativistas em suas reflexões nas postagens nas redes.

O movimento social pela humanização do parto, presente no Brasil desde o final dos anos 1980, logo se associou ao movimento pela “retomada” da amamentação. Tais correntes, aliadas ao feminismo, passaram a adotar então as propostas da Organização Mundial da Saúde, como incentivo ao parto vaginal, ao aleitamento materno na primeira hora de vida, ao alojamento conjunto, à presença do pai ou acompanhante durante o parto, à atuação de enfermeiros (Gomes, 2016). Sua principal bandeira é a atenção integral, humanizada e baseada em evidências científicas. Assim conclui:

Esses grupos feministas estão empenhados em estabelecer relações cada vez mais sólidas entre a amamentação e a saúde reprodutiva da mulher, entendendo-a como um direito e uma forma de afirmação, por parte da mulher, de sua própria feminilidade. Esses grupos é que, ao longo dos anos, acabam por influenciar outras mulheres que simpatizam com o movimento e que vão ajudando a dar sequência a essa luta, proporcionando, ao final, o surgimento de espaços de debate, fóruns, chats e blogs na internet de apoio e incentivo ao aleitamento materno. (Gomes, 2016, p. 489)

Sem dúvida diz respeito à saúde reprodutiva das mulheres, à afirmação de sua identidade, mas também ao questionamento da ideia de feminilidade e do ser mulher. Todavia, defendem se tratar de um assunto de saúde pública, coletiva, que reverbera em múltiplos setores da sociedade.

Ao analisarmos o que constitui os discursos e ações institucionais e estruturais envolvidos no aleitamento no século XXI, temos também a reflexão proposta pelas pesquisadoras Kalil e Costa (2013) a partir do *Third Annual Breastfeeding and Feminism Symposium* (2007), nos Estados Unidos, em que se defendem:

esforços no sentido de aumentar a presença do aleitamento materno como tema dentre os grupos de direitos das mulheres e comunidades de estudos feministas, bem como o reconhecimento, entre defensores da amamentação, de que o aleitamento materno poderia obter maior apoio político e social se estivesse associado aos que estão preocupados com questões como saúde reprodutiva, direitos, justiça, avanço econômico das mulheres, eliminação de todos os tipos de inequidades: sociais, econômicas e de saúde. Trata-se, então, de uma tentativa **de aproximar, cada vez mais, o discurso pró-amamentação de uma perspectiva de gênero, privilegiando a prática sob a ótica dos direitos femininos.** (Kalil e Costa, 2013, p. 12, grifo meu)

No artigo sobre conjecturas e refutações em torno da *teta* – como nomeia o fenômeno em torno da amamentação, do todo à parte –, Guijarro (2015a) ressalta também a necessidade de superar a referida dicotomia tradicional do cultural versus

biológico, a imperatividade de despatriarcalizar e, assim, “descolonizar” a amamentação, ou seja, despatriarcalizar a *teta* (Massó Guijarro, 2015a):

uno de los dilemas clásicos, el de la naturaleza frente a la cultura, aplicado a la lactancia materna humana, y la pregunta recurrente de si ésta es naturaleza o cultura, de cuya respuesta dependería algo tan crucial como la cuestión (básica en el feminismo de toda época) de la esencialización y naturalización de las mujeres, sus maternidades, sus cuerpos... Se tratará de argumentar, o al menos abrir como línea de fuga epistemológica, una superación del debate a través de una superación de la dicotomía, que considero francamente errada, entre naturaleza y cultura, a través de conceptos y herramientas cognitivas como el de “biocultural” o “culturaliza”, siguiendo también la estela decolonial y su acervo (contra) epistémico. (Massó Guijarro, 2015<sup>a</sup>, p. 187)

Há também na literatura feminista uma crítica contundente ao ativismo pró aleitamento, partindo dos princípios da independência e autonomia da mulher para transcender além do familiar e doméstico (às vezes “privado”, “pessoal”), que se conjuga em algumas autoras com a crítica ao movimento de “maternidade ecológica” ou “maternidade intensiva ou total” (Badinter, 2011), e nas obras da chilena Lina Meruane, *Contra os filhos* (2018) e, principalmente, *La lactancia materna* (2018), da ativista espanhola Beatriz Gimeno. Investigar alguns pontos de toque e distância com tais correntes também se enquadra nas pretensões desta pesquisa. Massó Guijarro (2015a) também aborda as críticas fundamentais feitas à promoção da lactância a partir de feminismos – ressaltando que há feminismos que fazem o oposto, a defesa da *teta*. Nesse sentido, ela questiona:

...a través de una reflexión sobre cuestiones como ciertos prejuicios y el reclamo de cierto relativismo frente a ciertos derechos, y desde una postura radicalmente no adultocéntrica, asumiremos la incómoda pregunta (y también intencionadamente sofista, claro): “pero, entonces, ¿dar la teta es feminista o todo lo contrario?” (Massó Guijarro, 2015a, p. 188)

A pesquisadora do lactivismo mexicana Francesca Sanz Vidal (2017), por outro lado, afirma:

La asunción del lactivismo como práctica “anti-feminista” por parte de algunas posturas o autoras “supuestamente feministas”, que consideran este giro hacia la promoción y recuperación de la práctica de la lactancia materna como un retroceso o una “trampa del patriarcado” que pretende devolver a las mujeres a su ámbito y roles tradicionales, cae por su propio peso ante las historias de mujeres que se autodenominan y autoafirman, sin ningún tipo de conflicto, lactivistas y feministas. Tampoco se sostiene al ver que desde estas posturas se presupone que el tema de la lactancia materna y de las cuestiones relativas a la crianza de los hijos, son un asunto exclusivo de la mujer, algo que se observa de manera recurrente en los discursos en contra de la promoción de la lactancia materna, y lo cual refleja uno desconocimiento del movimiento lactivista y de la realidad de muchas mujeres que amamantan en la actualidad o lo han hecho en un pasado reciente. (Sanz Vidal, 2017, p. 248)

Para a ativista Clarissa Roldi, o desfavorecimento da amamentação – provocado pela “cultura do desmame” – está estritamente relacionado a uma política patriarcal e capitalista presente em uma miríade de fatores do cotidiano:

A cultura do desmame está na sexualização da mulher, na pornografia que fetichiza a amamentação, no feminismo mainstream que ignora as necessidades de bebês e crianças, no mercado capitalista que segue violando a NBCAL, nas propagandas onde bebês aparecem com mamadeira e chupeta, nas bonecas que também só vem dessa forma, no sistema de saúde desatualizado, na política misógina, no abandono paterno... (Ativista Clarissa Roldi, Instagram, 10/08/2020)

Amamentação não é naturalizada na nossa sociedade, crescemos achando que chupeta e mamadeira são itens básicos e inofensivos (que engano!) de qualquer enxoval. Ainda existe um esforço enorme da indústria para vender a ideia que dar fórmula é mais fácil. Não é, tá? (Ativista Clarissa Almeida, Instagram, 01/08/21)

Quando se fala sobre cultura do desmame, falta de referências culturais sobre amamentação e pressão da indústria nos mais diferentes âmbitos, muita gente acha exagero. Mas é evidente o quanto estamos imersos nesta cultura e o quanto os nossos valores estão invertidos e distanciados da nossa essência. Em primeiro lugar estão os baixos índices de aleitamento materno exclusivo no Brasil e no mundo. Em segundo lugar, podemos relatar quão poucas vezes vimos mães amamentando seus bebês, especialmente os maiores de 6 meses, de forma natural e corriqueira, enquanto crescíamos. Nós mesmas fomos pouco amamentadas. Em terceiro lugar, está todo o arsenal que a nossa cultura associa como próprias de um bebê como mamadeira, chupeta, bolsas térmicas, dosadores de leite em pó e toda a parafernália de limpeza desses utensílios. Além dos mais recentes e falsamente vendidos como facilitadores da amamentação como bicos intermediários de silicone e conchas. Todos, na verdade, itens desnecessários e conflitantes com o ato de amamentar, e no entanto presentes na maioria das listas de enxoval das futuras mães. (Ativista Gabrielle Gimenez, Instagram, 02/08/2020)

Abaixei pra pegar uma roupa na gaveta e meu peito foi sequestrado. Livre demanda não é fácil. Para a maioria de nós, impossível. Não ser dona do tempo. “Doar” uma parte do corpo. Não existe livre demanda sem apoio. Mais que informação. Mais que ter vontade. Se não tem apoio, a livre demanda ou não existe ou é um inferno. Porque livre demanda é perder o controle. Livre demanda é saúde para o bebê. Até o primeiro ano é essencial do ponto de vista nutricional. O leite é o principal alimento. O ministério da saúde recomenda a amamentação no mínimo por dois anos. Até quando a livre demanda é viável para a mãe? Sob o ponto de vista do bebê, sempre será necessário mamar quando quer e quando precisa. Há um caminho em que, passando da necessidade nutricional do leite, a amamentação possa atender a demanda da mãe e do bebê? Aqui eu pude regular a demanda, limitar a demanda, ou negociar a hora de mamar quando as gêmeas aos dois anos e meio começaram a falar e entender minimamente, quando eu dizia que ao acabar de lavar a louça daria mamá. A amamentação é o diálogo do bebê, a “língua” que ele sabe falar. (Ativista Luise Monteiro, Instagram, 15/06/21)

Como se nota no trecho acima, se poder escolher amamentar e conseguir fazê-lo logra trazer à mulher lactante uma sensação de poder e força, por vezes amamentar significa justamente renunciar ao controle, encontrar-se em situação de impotência, habitá-la. Muito disso diz respeito a constantemente avaliar fusões e limites corporais e emocionais em relação ao bebê/criança, o que também demanda energia.

A “cultura do desmame” diz respeito também a práticas tão institucionalizadas e reproduzidas que se tornaram parte do senso comum, aparentemente inofensivas, repetidas no cotidiano, mas que impactam negativamente na experiência das mulheres, questionando suas escolhas. Os referenciados itens de enxoval como mamadeiras e bicos artificiais, reiterados na imagética relativa à puericultura e à infância, bem como a

idealização de bebês que dormem a noite toda, são “bonzinhos” e “não dão trabalho”, e a mãe que acumula prescrições conflitantes sobre as costas sem reclamar.

São frequentes publicações de lactivistas denunciando médicos pediatras que se declaram apoiadores da amamentação enquanto na verdade possuem outra agenda, pois ocultam seu conflito de interesses ao aceitar “mimos”, convites e produtos publicitários de grandes marcas produtoras de substitutos lácteos, as quais lucram com o desmame. Tal postura constitui violação da Lei NBCAL 11.265. Compartilhando uma denúncia recente, Veronica Linder escreveu:

Esse é o preço que mães pagam ao encontrar com médicos patrocinados pela indústria. A amamentação vai embora por conta de um “mimo” da indústria. Falta manejo, sobra indicação de composto lácteo. É composto lácteo, NÃO É LEITE. MELHOREM. (Ativista Veronica Linder, Instagram, 08/11/2021)

Além desse tipo de denúncia, há relatos de manejo inadequado do aleitamento por parte de pediatras, muitos deles despreparados para atender lactantes, seja no sentido técnico, ético ou emocional. Muitas falas de médicos desencorajam o aleitamento, utilizando argumentos sem embasamento científico ou carregados de concepções incorretas sobre a fisiologia da amamentação, prescrevendo desmames sem necessidade médica fundamentada. Muitos comentários reforçam também estereótipos de gênero, de forma paternalista e condescendente, à maneira de impor e modular um comportamento para as mulheres, utilizando de sua autoridade médica.



Figura 21: Veronica fala sobre ética médica

A lactivista Gabrielle Gimenez se refere à influência negativa da má assistência médica sobre lactantes em seu livro “Leite fraco?”, no qual destrincha mitos comumente difundidos sobre a amamentação, e em muitas publicações virtuais.

[...] ter informação e querer amamentar continua sendo insuficiente para muitas mulheres diante da ausência total de apoio. [...] Se a amamentação nos seres humanos fosse puramente instintiva, a perda da cultura da amamentação não seria um problema. Mas como sobre ela incide um importante componente cultural, a não transmissão transgeracional da prática da amamentação fez com que ela fosse caindo no esquecimento. Por outro lado, a perda da cultura da amamentação torna as mulheres vulneráveis e dependentes do conhecimento técnico dos profissionais que as assistem. Se esse conhecimento profissional for nulo, escasso ou contraditório, as chances de fracasso na amamentação serão altíssimas. O desmame iatrogênico ainda está bastante presente na nossa cultura. Iatrogenia é o termo técnico para danos à saúde devido à ação médica, e o desmame iatrogênico é aquele provocado por assistência médica inadequada. A estratégia de marketing da indústria dentro dos consultórios e a parceria com associações médicas, apesar de existirem leis de controle, contribuem para isso. (Gimenez, 2021, p. 250-251)

O desmame iatrogênico seria então aquele provocado por assistência médica inadequada. Nesta categoria está incluído o desmame do meu filho mais velho, e eu sei que, infelizmente, o de muitos outros bebês ao redor do mundo. Uma das heranças deixadas pela chamada maternidade científica do século passado, é a ideia de que os médicos (como detentores máximos do conhecimento científico) sabem melhor do que nós mulheres tudo o que devemos fazer (ou deixar de fazer) para o nosso bom desempenho como mães, e deles devemos receber toda a orientação, sem jamais questioná-la. **Essa ideia deixou marcas nos dois lados: se nós mulheres continuamos achando que os profissionais devem ditar todas as regras nas nossas vidas, os profissionais continuam acreditando que são os únicos capacitados para cumprir esta função, nos negando muitas vezes o direito de intervir em questões que são nossas como o parto, a amamentação e a criação dos nossos filhos.** Os anos passaram e o acesso ao conhecimento científico se tornou mais democrático. Hoje é possível saber bastante sobre quase tudo o que nos interessa e de fonte fidedigna. Por outro lado, no que diz respeito à amamentação, as faculdades de medicina (entre outras da área da saúde) continuam deixando muito a desejar na sua formação. Se o profissional ao sair dela não se capacita por conta própria, não terá o conhecimento necessário para um manejo adequado. Paralelamente a isso, estão as questões culturais, mitos e preconceitos sociais que permeiam todos os seres humanos nascidos e criados na cultura do desmame, o que inclui os da classe médica. (Ativista Gabrielle Gimenez, Instagram, 15/07/20)

Nesse sentido, é preciso investigar mais profundamente sobre tais ambiguidades e dissidências nos estudos críticos da maternidade, em que se revela ainda mais a pressão patriarcal capitalista sobre as mulheres. Como explica a poeta e teórica feminista Adrienne Rich (1986), em sua obra sobre a “maternidade enquanto experiência” e enquanto “instituição”:

*Mothing and nonmothering have been such charged concepts for us, precisely because whichever we did has been turned against us. To accept and integrate and strengthen both the mother and the daughter in ourselves is no easy matter, because patriarchal attitudes have encouraged us to split, to polarize, these images, and to project all unwanted guilt, anger, shame, power, freedom, onto the “other” woman. But any radical vision of sisterhood demands that we reintegrate them. (Rich, 1986, p. 253)*

Parece-me que – tanto as aparentes quanto as reais – contradições internas do movimento são análogas às muitas contradições vivenciadas pelas mulheres, diante das imposições sociais ao próprio reconhecimento, identidade, por um lado, e insurgência, por outro. As próprias contradições internas nos revelam aquilo que está presente no interior do ativismo, no interior do ser mãe, no interior da promoção da prática, na forma de produzir “conteúdos” que tenham apelo no meio virtual, atingindo maior público, acessando mais mulheres.

O conceito de “capitalismo comunicativo” (Dean, 2021) aqui é útil para explorar que, sim, a própria crítica é invadida pelo que se deseja combater. A figura materna “normalizada”, promovida, propagandeada, é subvertida, sim, porém invade o discurso de outras formas, podendo ser imagetivamente reiterada. “O capitalismo comunicativo subsume tudo que fazemos. Ele transforma não só nossas interações mediadas, mas todas as nossas interações, em matéria-prima para o capital.” (Dean, 2021, p. 122).

O conceito tradicional de maternidade enquanto instituição é combatido, em defesa de um novo conceito, mais autônomo, uma nova percepção, que valorize o *trabalho* feito, e sobretudo que se reconheça o papel da coletividade, em oposição ao ideal maternalista de responsabilidade exclusiva e individual da mãe. Poderíamos sugerir um maternalismo às avessas?

O cansaço desponta como elemento protagonista dos relatos. Ele age como combustível argumentativo também contra percepções idealizadas da mãe e da maternidade, bem como contra a associação do amamentar a um ato de “amor incondicional” ou construtor de vínculo. Sem dúvida ele pode sê-lo e muitas vezes o é, mas não sempre realiza esta função, nem precisa fazê-lo para cumprir seu propósito.

INVISÍVEIS. É assim que muitas mães se sentem. O trabalho de criar, educar, alimentar, passar por dores, tristezas e desafios tendo que ouvir as pessoas invalidando o que sentimos e o nosso cansaço. (Ativista Daniela Brum, Instagram, 20/11/21)

**O problema está em que nossa cultura enche a amamentação de estigma. Ela é a grande culpada de todo o cansaço materno. E o desmame, a solução de todos os problemas da mãe. E nem uma coisa nem outra são verdadeiras.** Quer você amamente ou não, a maternidade será cansativa. Seu filho vai acordar no meio da noite. Vai querer ficar no colo. Vai fazer birra. Vai adoecer. Vai madrugar nos fins de semana. Vai querer sua atenção focada o tempo todo. Então respire fundo e pense: o que realmente me cansa? Que coisas na minha rotina poderiam ser diferentes? Estou recebendo apoio suficiente de quem está ao meu redor? Ou estou levando o mundo nas costas sozinha? (Ativista Gabrielle Gimenez, Instagram, 26/08/2020, grifo meu)

Sempre que posto foto do Ben mamando surgem comentários de julgamento e deboche. [...] Você não precisa achar bonito, você não precisa gostar, você não precisa querer fazer o mesmo, até mesmo porque isso é um problema meu e dele. [...] Em tempos de

pandemia, é fundamental promover a amamentação, principalmente com a possibilidade de me vacinar e proteger meus filhos por tabela. [...] E se você não conseguiu amamentar seu filho, seja pelo motivo que for, sinta-se abraçada. Mas espero que de coração você **não julgue outras mulheres que amamentam crianças maiores.** (Ativista Daniela Brum, Instagram, 23/05/21, grifo meu)

Outro aspecto digno de nota na pesquisa foi o flagrante desgaste na experiência do virtual vivido por estas mulheres. Mostrou-se necessário abordar as polêmicas vivenciadas por algumas das mulheres cuja atuação se dá nas redes sociais, nos entremeios de publicações, comentários e mensagens privadas. Surge uma tal “cultura do cancelamento”, alimentada pela abundante presença do virtual no cotidiano, em níveis ainda maiores pelas circunstâncias de isolamento impostas pela pandemia desde março de 2020. O que pode ser um consolo, uma forma de conexão entre mulheres que se encontram apartadas ou até confinadas em seus lares, pode também ser “tóxico”, provocar mal-estar e gerar ansiedade. Acusações, represálias, linchamentos, polêmicas e cancelamentos fazem parte do universo aqui investigado.

Uma mulher se propõe um trabalho de ativismo voluntário, feito em casa em meio aos cuidados e sobrecargas do cotidiano materno doméstico; engole o mundo e é também por ele engolida. Infundável ânsia de se fazer compreendida, expectativa de disponibilidade integral para o “diálogo”, que se dá tantas vezes entre estranhas, em um choque de tempos e realidades, com todas as adversidades da comunicação virtual. Se a ideia inicial da ativista é ajudar outras mulheres a protagonizar suas próprias histórias de amamentação – não tão diferente do papel da doula num contexto perinatal, informativo e, certamente, de escuta e acolhimento qualificado – sua figura se torna o exemplo, quase um oráculo, o que pode chegar a desumanizá-la. A expectativa acaba sendo de coerência, de infalibilidade, de onisciência; de que seja sempre acolhedora.

Ontem, por conta de um comentário meu num post de mamadeira se referindo a SMAM, uma moça me mandou mensagem. Ela disse que é completamente a favor da amamentação, mas que precisou complementar seu bebê. **Me cobrou por eu falar que toda mulher pode amamentar**, então mandei um post recente sobre hipogalactia. E então ela começou a se justificar do porquê ter usado mamadeira ou complemento. Disse que tentou copinho por 5 dias, mas a filha não se adaptou e, para não perder mais peso, escolheram usar a mamadeira. [...] **Sabe o peso que isso fica em mim?** Eu tô aqui compartilhando informação. [...] Eu jamais vou questionar o esforço de uma mãe para amamentar. Por isso não precisam vir a mim se justificarem. Jamais vou julgar vocês. Só não esperem que eu diga “é, realmente nesse caso era melhor a mamadeira” ou “é, a chupeta de vez enquanto não faz mal”. **Porque eu não apoio a cultura do desmame.** Eu vou te olhar nos olhos, sabendo o peso que é criar uma criança, te dar um abraço. E se você me permitir, traçar alternativas para recuperar a amamentação ou para minimizar os danos do desmame. Mas não irei validar sua escolha se ela for totalmente contrária ao que eu acredito. **Não quero ter o peso de ser o modelo a ser seguido, mesmo sabendo que quando nos expomos, principalmente num assunto contracultura, a gente é percebida.** Eu quero ser vista como uma mulher que apoia

mulheres e que protege bebês e crianças. Para mim, a empatia que tenho pela mulher está no mesmo nível que tenho pelo bebê. (Ativista Luise Monteiro, Instagram, 04/08/21, grifos meus)

Sustento minhas bronca. Sempre soube que compartilhar ciência vinha seguido de porrada, só não sabia que iam desejar minha morte. Falo sobre o que estudo. Às vezes o tom que sou lida não é o tom que escrevo. Não tô aqui pra ganhar clientes, tô aqui pra que mulheres tenham acesso à informação. Estudo, e passo adiante. O que eu faço com a informação não é domínio público, o que você faz com a informação não é da minha conta, mas quando uma pessoa tem acesso à informação e omite ela é conivente. Quando uma pessoa, pra validar seus erros relativiza dano pra se sentir menos culpada ela tá sendo irresponsável. Não sou juíza, sou jornalista, e tô aqui pra multiplicar informação. Não tô disponível amorosamente para quem debocha, manipula e vem com papo de sororidade sem ter o mínimo dela. Eu hein, não sou obrigada. Os debates baseados em evidência estão sempre abertos, o que eu faço da minha vida, não. Esse aqui não é um perfil sobre maternidade, **eu não compartilho pra ser exemplo, eu compartilho o que é possível na minha realidade.** Quem gosta tá gostado e troca info, quem não gosta pode ir dar um rolê na influenciadora que quer agradar e ganhar cupom de desconto na lojinha que acaba com a amamentação alheia. (Ativista Veronica Linder, Instagram, 10/08/21, grifo meu)

Como se observa no movimento feminista em geral, há dissidências e discordâncias variadas. Dentro do ativismo materno, e dentre as figuras e personalidades do universo da maternidade no âmbito virtual, muitos embates se dão, envolvendo as “seguidoras” em disputas que vão desde comentários ríspidos e postagens com “indiretas” aos tais “cancelamentos”, nas quais a conciliação chega a parecer impossível. Dentre as consultoras e defensoras do aleitamento materno, essa dimensão existe de forma clara. Há múltiplas abordagens possíveis e formas de manusear as evidências científicas, de formas menos ou mais prescritivas, de formas menos ou mais politizadas, menos ou mais feministas.

O debate sobre o “lucro” auferido nesse tipo de trabalho também é discutido. Porém, vale o questionamento sobre vivermos numa sociedade capitalista sob normas e percepções mercantis sobre como viver. Todas essas ações são em alguma medida entremeadas pelas trocas e vicissitudes próprias do capitalismo. Essa contradição interna não significa que a crítica se invalida, mas que é preciso cautela ao utilizar essas estratégias. Hoje em dia, os mais variados ofícios e trabalhos se apoiam no Instagram, não sendo algo incomum. Porém, como dito pelas próprias ativistas, a questão é resguardar as mulheres em suas vulnerabilidades, não se beneficiar delas, não as explorar. Torna-se de fato uma contradição difícil de ser superada ou totalmente evitada.

Em uma publicação, Veronica aborda a distinção entre o ativismo e a consultoria em amamentação, que vale ser destacada no contexto desta pesquisa.

Quando eu me tornei pessoa capacitada para atender amamentação eu tinha raiva. Raiva do sistema que me enganou, que não me deu direito a hora dourada, que deu mamadeira

enquanto eu tava na UTI com uma sonda no meu grelo, raiva das mulheres que mesmo com informação, dinheiro e privilégios continuavam alimentando a roda da ignorância e atrapalhando outras mulheres a amamentar com relatos não tão sinceros porque a culpa materna invade a sinceridade.

**Eu tava cheia de informação baseada em evidência e com raiva: a fórmula certa para nascer uma ativista. O ativismo não muda o mundo. O ativismo denuncia o mundo.** E obviamente eu não entrei pra panelinha das consultoras de amamentação porque eu também denunciava práticas baseadas em experiência, achismo, muita manipulação da ciência e falta de manejo.

**De repente, a mulher que engoliu o mundo era muito amada e também muito odiada. Afinal, eu denunciava um esquema vantajoso: uma profissão que nasce no ativismo, mas que também lucra na vulnerabilidade** e que coloca a família à mercê das escolhas culturais, se eximindo da responsabilidade. Na minha atuação como consultora eu tenho escuta clínica, não dou diagnóstico. Eu sou uma consultora, não sou médica, não sou enfermeira, não sou profissional do banco de leite. Eu escuto a mulher e encaminho ela ao profissional que pode resolver o problema dela. Às vezes esse problema se resolve com manejo, informação, outras, com intervenção.

**No ativismo eu compartilho informações de prevenção, causa e tratamento. Eu defendo a amamentação e a informação com argumentação fazem parte da transformação da realidade.** Já ganhei o título de militante também, afinal faz parte do meu trabalho combater a desinformação e defender ativamente o direito da mulher.

A militância, o ativismo e a consultoria não são inimigas, elas tem espaço para acontecer simultaneamente e nenhuma mulher é obrigada a amamentar. rs [risos] e é muito louco que eu precise explicar isso para colegas da área, esses, que muitas vezes já fizeram grupos para falar mal do meu trabalho, que bloqueiam quando faço críticas a classe.

Eu sou ativista, Veronica Linder. Sou capacitada, pós-graduada e aprendi que existem várias formas de atender uma mulher. Uma delas não me apetece: que é esperar a mulher ter problemas para o meu serviço ser requisitado. O serviço de multiplicação de informação como base para escolhas melhores é a minha conduta de trabalho.

E observem a incoerência do discurso político: o profissional que diz #defensaous mas critica o banco de leite dizendo que as profissionais especialistas em amamentação não sabem amamentação, atende baseado em protocolos internacionais e ignora/manipula recomendações do ministério da saúde? Defender o SUS não é apenas uma #... é prática. (Ativista Veronica Linder, Instagram, 01/11/21, grifos meus)

Muitas das ativistas sofrem críticas por amamentarem bebês/crianças “maiores”, por expor sua intimidade – física ou emocional –, por falar sobre a sexualidade das mulheres lactantes, ou por denunciar comportamentos questionáveis de profissionais da saúde ou outras autoridades com influência, pois buscam enfatizar a responsabilidade de propagar informações incorretas que possam vir a impactar negativamente a experiência de amamentação de outras mulheres.

Também sofrem críticas e até ataques quando expõem sua vulnerabilidade e intimidade, mostrando as facetas complexas e ambivalentes da maternidade e da amamentação. A pressão por infalibilidade diante da exposição e contato diário com milhares de pessoas leva algumas ativistas a questionar sua presença nas redes, ou mesmo a desativar o perfil por certos períodos. Enquanto finalizo esta dissertação, uma

das ativistas, Clarissa Roldi, encontra-se afastada do Instagram. Outra ativista, Daniela Brum, já foi criticada por expressar os dilemas que enfrenta, e relata que muitas “seguidoras” utilizam disso para questionar a validade de suas escolhas. As ativistas também relatam que o próprio Instagram censura imagens de seios amamentando. Em dezembro de 2021, a ativista Veronica Linder teve seu perfil suspenso por vários dias pela equipe do Instagram, por ter postado um vídeo em que aparecia extraindo leite do próprio peito.

A gente não pode reclamar, perdemos o direito de achar algo ruim, sempre aparece um sem noção para tentar dizer que essa reclamação é como um arrependimento. Será que essas pessoas acham que suas respectivas mães achavam tudo maravilhoso? (Ativista Daniela Brum, Instagram, 24/09/21)

Alguns julgam que me exponho demais. Meu corpo ou sobre o que falo. Mas toda vez que sou sincera sobre a maternidade e o que ela me causa, muitas mães se sentem compreendidas, sentem que não estão sozinhas, sentem que são 'normais'. Normais por chorarem, por se culparem, por se privarem, por errarem, por serem julgadas apenas por serem MÃES. (Luise Monteiro, Instagram, 05/11/21)

Analisando as imagens e um pouco do teor dos discursos: se, por um lado, combate-se a estrutura normativa patriarcal que reitera o papel historicamente postulado do que é ser mulher – e do que é ser mãe, por outro, corre-se o risco de também reiterar outro tipo de norma de como maternar e como ocupar esse espaço virtual, onde tantas interações e trocas se dão. O como fazer, o saber fazer, a maneira correta de fazer – seja o maternar, seja o amamentar, seja o reivindicar. Dentre várias possibilidades, lidar com dissidências é uma constante.

Na nossa cultura, para amamentar, não basta querer. Mesmo com acesso à informação, muitas mulheres sucumbirão no meio do caminho devido à pressão do contexto, à ausência de capacitação profissional de quem as assiste, ao descaso e à falta de apoio das instituições laborais e educativas. Também faltam leis, estratégias e políticas públicas para proteção, promoção e apoio à amamentação. Os mitos que inundam nossa sociedade tornam extremamente desgastante o ato de amamentar, especialmente de forma continuada. Fazer a amamentação dar certo é uma responsabilidade de todos os membros e setores da sociedade, não só da mulher que amamenta. Isso porque a amamentação é importante para a saúde do bebê e da mãe, mas também para o bem-estar da família, para a economia, para a saúde pública, e para a preservação do planeta e da nossa espécie. Se todas as esferas e indivíduos falham, não podemos simplesmente jogar a culpa sobre a mulher. Amamentar não deveria ser um eterno remar contra a corrente. Isso cansa! (Gimenez, 2021, p. 251-252)

Existem os problemas oriundos de uma pega incorreta, dores, críticas familiares, preocupações, depressão pós-parto, condições desfavoráveis para produção e ejeção do leite, a necessidade de voltar ao trabalho e principalmente (na minha percepção) a falta de informação, preparo, apoio ou orientação. Entre idealizações e desencorajamentos existe o possível. E o possível não é igual pra todas. [...] O que precisamos é de informação, apoio, e condições favoráveis para que possamos nutrir nossos filhos com o melhor alimento. Mas acima de tudo entender que as melhores condições não garantem sucesso total e as situações adversas também não estão fadadas ao insucesso. [...] O resultado precisa levar em conta o histórico de cada mãe. E é por isso que nenhuma

outra história pode ser adotada como verdade absoluta. A dica é se inspirar em quem conseguiu, mas é preciso ponderação até pra se inspirar. (Ativista Andressa Reis, Instagram, 31/05/21)



Figura 22: Andressa amamentando em tandem

Eu não vou salvar o mundo. Eu não vou destruir o patriarcado e eu sou pequena demais diante da **cultura do desmame**. Eu nado muito pra continuar amamentando. todos os dias, nadando contra a maré, tentando resgatar quem deseja chegar à praia. Às vezes é exaustivo gritar, brigar, às vezes sou vista como bote salva-vidas ..., mas a verdade é que eu só posso dar a informação. Não posso amamentar por ninguém, só por mim. Amamentar é individual, mas é acordo coletivo. E o acordo coletivo é a cultura do desmame. Esses dias conversando com a Olga (@amamentemais) ela disse: parece que a gente nada, nada e morre na praia. E eu não concordei. Mulheres que conseguem amamentar são a praia. Nós somos a praia. Geralmente quando uma mulher chega até nós ela já está cansada demais. Já fez de tudo. Sorte é encontrar a informação antes de ser engolida pela onda. **Não é porque eu luto contra que não estou inserida no sistema.** É difícil ajudar e desconstruir o que nascemos determinados. O patriarcado não vai acabar. Eu não vou acordar um dia e o mundo será melhor para as mulheres. Talvez daqui 100 anos as filhas das minhas filhas ainda repitam as mesmas coisas que eu. Mas é isso. Continuem nadando. Eu espero que a gente sempre encontre alguém na praia disposto a **nos ajudar a vencer as opressões que vivemos.** (Ativista Veronica Linder, Instagram, 20/06/20, grifos meus)

A amamentação nos seres humanos não é um processo puramente fisiológico ou instintivo. Sobre ele incidem inúmeros fatores. A questão cultural talvez seja a que lhe confere maior vulnerabilidade. Em sentido amplo, tivemos um grande avanço científico; mudanças nas estruturas sociais e familiares; profissionais da saúde, que pela falta de preparo e conhecimento específico (parte disso em virtude do seu próprio desinteresse pelo tema), aplicam rotinas errôneas nas maternidades e consultórios pediátricos; a indústria que pintou e bordou durante décadas com seu marketing agressivo e repleto de meias-verdades (e umas tantas mentiras deslavadas também), sem nenhum tipo de controle legal e que influenciou a cultura a ponto de transformar a fórmula e a mamadeira em bens de consumo altamente desejados, fonte de status social e liberdade.

A soma de todos esses elementos quase levou ao desaparecimento da amamentação no século XX. No plano individual, a falta de informação adequada e de referências culturais sobre amamentação, a má orientação e assistência profissional, a pressão ou descrédito da família ou do contexto onde estamos inseridas, falta de autoconfiança, crenças limitante e mitos, questões laborais desfavoráveis, entre outros, são alguns dos obstáculos que as mulheres que desejam amamentar precisam enfrentar. Nos damos conta que para amamentar na cultura do desmame é preciso muito mais do que querer. Amamentar é resistência do começo ao fim. Superação diária. Luta, muitas vezes solitária, num contexto hostil. Quanto apoio se faz necessário para amamentar na cultura do desmame? O que seria um apoio realmente eficaz à mulher que amamenta no século XXI? Campanhas institucionais, movimentos e leis são importantes, mas não são o suficiente. Precisamos ir além. (Ativista Gabrielle Gimenez, Instagram, 08/07/2020)

Muitas delas atribuem sua atuação no ativismo a um histórico de dificuldades vivenciadas com a amamentação do primeiro filho, ou a uma história atribulada ou mesmo traumática de parto ou gestação. A vivência de escolhas mais autônomas na amamentação e uma consequente atuação no ativismo em defesa do aleitamento agem como forma de pacificar e reconciliar sua experiência na maternidade.



Figura 23: Daniela amamentando em tandem

Eu me incomodava com a necessidade de algumas mães fazerem da amamentação um “evento”. Achava tão desnecessário tanta exposição e bandeira levantada sobre o assunto. Eu não amamenteei meu primeiro filho. Ele foi alimentado com fórmula via sonda quando não estava em dieta zero na UTI em que morou. Eu me dopava pra continuar sobrevivendo, não podia extrair meu próprio leite para oferecê-lo. Foi a fórmula que salvou meu filho por três breves meses. Ver mulheres em mamaços coletivos, andando com crianças no peito. Postando fotos nas redes, compartilhando experiências e informação me incomodava. Por tempos eu vivi a tragédia da maternidade não legitimada após a morte do meu filho e como se não bastasse, era invadida por uma penca de mães falando sobre o leite materno, aquele mesmo que eu não ofertei ao meu bebê. Com o nascimento da minha bebê arco-íris, pude ressignificar

grande parte do sentimento de impotência que implicava ser mãe de um filho cardiopata grave e posteriormente morto, incluindo minha experiência com a amamentação. Não foi nada fácil, nem natural, muito menos automático ou instintivo. Doeu, mexeu com a cabeça, trouxe insegurança, vontade de desistir. Indignação com algumas falas, dificuldade de render no trabalho. Mas além de vontade e dedicação eu tive rede de apoio, tive informação e tive mulheres em quem me inspirar. As mesmas mulheres que me causavam incômodo com suas experiências eram agora minha tribo. [...]

Falo de amamentação pra incentivar e inspirar mães que por exemplo ouviram que amamentar filhos de idades diferentes não é possível e não para julgar mães que não amamentaram. Eu já estive dos dois lados. **Proteger a amamentação é dever de todos. Este é o tema da Semana Mundial de Aleitamento Materno 2021, que tem o intuito de informar, focar, engajar e articular ações para promover, proteger e apoiar o aleitamento materno.** PS: Não é sobre medição de amor e nem julgamento. #SMAM2021 #amamentação #amamentaçãoemtandem (Andressa Reis, Instagram, 02/08/21, grifos meus)

Pro leite sair do peito, ele primeiro precisa nascer na nossa cabeça. Não se deixe intimidar pelo discurso do leite fraco que não sustenta, do bebê que só chora de fome, da mamadeira salvadora no fim do dia. Estude, se prepare, busque ajuda, se entregue, mas, principalmente, confie em você mesma. (Ativista Gabrielle Gimenez, Instagram, 16/11/21)



Figura 24: Mabi amamenta o filho

As minhas vivências maternas tem escancarado o quão a maternidade é contraditória; vontade de fugir e ao mesmo tempo, lugar de acalento e repouso. A maternidade não me define, mas me potencializa apesar de tantas privações, apesar dos dias que a exaustão me domina e é difícil existir além das demandas maternas. E isso não quer dizer que eu não amo o meu filho. Escancaro minhas vulnerabilidades pra lembrar que a culpa materna quer nos sabotar, nos diminuir, nos silenciar. [...] Eu falo sobre maternidade porque não suporto o peso irreal do mito da perfeição materna. Eu falo sobre maternidade pra ressignificar as vivências da maternidade preta e das minhas ancestrais, que abriram caminhos. (Ativista Maria Gabrielli, Instagram, 17/05/21)

Sua mãe precisou voltar a trabalhar e sugeriram te desmamar logo para você não sofrer. Sua mãe nem teve licença maternidade. Sua mãe emagreceu demais por cansaço e

sobrecarga e disseram que era porque você estava sugando ela. Sua mãe ficou com sobrepeso e disseram para ela que tinha que te desmamar para “se cuidar” porque homem não gosta de mulher desleixada. Em cada passo da estrutura, cada gota do leite da sua mãe que você tomou foi vitória. Eu não sei se você mamou 7 dias ou 7 anos, mas eu sei que **cada gota de leite foi vitória contra uma cultura de desmame cimentada na estrutura social**. Não foi culpa da sua mãe, não foi culpa sua, não foi culpa do seu bebê. Está na estrutura. Ou a mulher se liberta ou continua silenciada. (Ativista Viviane Sobrinho, Instagram, 22/04/21, grifo meu)

Quando falo sobre o valor da amamentação, falo contra uma indústria que lucra milhões vendendo medo e mentira, dizendo que o leite que você produz não é bom o suficiente. [...] É para que você, mãe, tenha acesso a informações para poder fazer a SUA escolha. É para que mães que não tem a possibilidade de fazer certas escolhas tenham um dia políticas públicas que lhe favoreçam, afinal, elas só são possíveis quando a sociedade reconhece o valor de suas demandas. (Ativista Lian, em postagem de Veronica Linder, 10/11/20)

A partir de tais relatos, percebemos que as ativistas buscam desarticular a culpa materna e associar sua origem a prescrições comportamentais relativas a uma visão patriarcal sobre a mulher e a maternidade, baseada em servidão e subjugação. Sentimentos ambivalentes sobre a maternidade e o aleitar são parte diária de sua experiência, cujo compartilhamento é incentivado, em oposição a um silenciamento de suas demandas e dores.

A promoção de informações que auxiliem o sucesso técnico da amamentação é aliada à exortação do questionamento das estruturas que compõem o tecido da “cultura do desmame”, posto que várias limitações e desafios encontrados pelas mulheres têm origem em sua socialização e em variados aspectos aparentemente banais que compõem sua subjetividade diante da responsabilidade materna. Elas reiteram a importância de considerar múltiplos aspectos capazes de influenciar a experiência da amamentação, uma vez que até mesmo ter acesso a informações, ou apoio, ou mesmo ambos, não constitui uma garantia de vivência tranquila da maternidade. Por isso ressaltam as ambivalências, as contradições, as pressões estruturais, e a necessidade de um olhar crítico que torne visível a sua experiência.

## Capítulo 4. Do trabalho invisível: “Amamentar é direito da mulher?”

O aleitamento materno é um direito da mãe e do bebê que, além disso, também beneficia toda a sociedade. Dar o peito não pode ser considerado uma mera escolha individual, muito menos um privilégio de mulheres que podem fazê-lo. Os obstáculos enfrentados por tantas mães para amamentar envolvem a violação de um direito fundamental. (Vivas, 2021, p. 209)

**Eu tive o direito de amamentar. Também tive sorte. Também escolhi e também fiz renúncias. Não foi a história perfeita de amamentação. Mas foi/é uma história de construção de respeito.** Afinal, eu nunca havia amamentado, e elas nunca estiveram num lugar estranho, que é o mundo fora do útero. Levou um tempo para eu entender que amamentação não era apenas alimentação, mas um relacionamento. Relacionamento este que interfere diretamente na construção e organização das emoções, dos sentimentos, da saúde, das histórias que minhas filhas construirão ao longo de suas vidas... Eu amo ver essa foto [ela amamentando as filhas gêmeas] porque ela me lembra que eu me superei. Que aprendi com meus erros e prossegui. Me lembra cada vez que eu surto e digo que não vou mais aguentar, que já aguentei, que já vencemos. E vencer, não porque se trata de uma competição. **Venci a imposição da cultura do desmame.** Venci aqueles que dizem **que meu leite é fraco.** Venci aqueles que me fizeram acreditar que minhas filhas precisavam de chupeta. **Venci o desânimo, o cansaço. Não ultrapassei meus limites. Descobri que haviam colocado limites em mim e em minha potência.** Eu olho essa foto e vejo força. Vejo que posso. E eu quero que todas as mulheres, mães ou não, possam ver em si a força, a potência, sem os fardos e grilhões que nos são colocados. Não é fácil. É processo. Eu e minhas filhas tivemos o **direito à amamentação.** Que todas as mulheres e crianças também tenham. (Ativista Luise Monteiro, Instagram, 23/07/20, grifos meus)



Figura 25: Luise amamenta as filhas gêmeas

Um ponto crucial da discussão sobre os direitos das mulheres é a própria impossibilidade estrutural que as mulheres enfrentam para exercer sua cidadania. A partir disso, percebemos que amamentar é mais um direito que não é garantido, dentro de um sistema patriarcal e capitalista. A sobrecarga do cuidado delegada às mulheres é parte de um mecanismo estrutural de exclusão das mulheres da esfera política. A esse respeito, esclarece Biroli (2015):

Para as autoras do pensamento maternal, também chamado de “ética do cuidado”, a dualidade convencional entre o público e o privado colaborou para que temas e problemas que se definem a partir da posição dos indivíduos na esfera privada, entre eles o cuidado (ou a negligência) com as crianças, questões relativas à saúde, à sexualidade, aos direitos reprodutivos e à violência doméstica, fossem despolitizados e “construídos como meras expressões de valores pessoais e preocupações de caráter moral” (Elshtain, 1992, p. 113). Essa despolitização também excluiria da esfera pública valores e preocupações que seriam tipicamente femininos, dada a posição social das mulheres. A institucionalização do poder masculino teria correspondido, largamente, à incorporação de grande parte da vida social aos códigos e ao controle jurídico e burocratizado do Estado, com o estreitamento dos âmbitos nos quais o poder informal das mulheres teria sido historicamente exercido, o doméstico e o sagrado. O poder masculino – e a justiça – corresponderiam, assim, a um tipo de “progresso” no qual as mulheres representam “o pólo negativo juntamente com a natureza, a emoção e a paixão” (Elshtain, 1992, p. 116). (Biroli, 2015, p. 99)

Assim, Biroli busca tratar da complexidade de fazer uma crítica simultânea à opressão das mulheres na esfera doméstica e à desvalorização do trabalho doméstico cotidiano das mulheres, demonstrando como a opressão decorrente da divisão sexual do trabalho produz sua vulnerabilidade. Visto que a cidadania e o reconhecimento social permanecem grandemente associados ao trabalho remunerado, “A divisão sexual do trabalho implica desvantagens específicas para que as mulheres tomem parte da esfera pública e do mundo do trabalho como iguais, o que por sua vez as torna potencialmente mais vulneráveis” (Biroli, 2015, p. 102). É assim também que Biroli defende que, a fim de lidar com tais desigualdades, a democracia precisa dar conta da “ambivalência que marca a ideia de reconhecer o valor do trabalho realizado pelas mulheres no cotidiano da vida doméstica”. Sobre isso, a autora:

O mesmo tipo de ambivalência se apresenta quando afirmamos a necessidade de reconhecer que o cuidado, que neste artigo está sendo compreendido como parte – ainda que singular – do trabalho cotidiano na esfera doméstica, tem importância incontornável para que o ideal de igual dignidade tenha sentido de fato nas democracias. Quem se responsabiliza pelo cuidado e que formas ele assume são questões fundamentais: dependendo da resposta, poderemos nos afastar ou nos aproximar de um ideal democrático no qual a tolerância à subordinação de parte dos indivíduos não tenha lugar. (Biroli, 2015, p. 102)

O trabalho doméstico – remunerado ou não – é um trabalho em si para a democracia, cujo valor urge reconhecer. Se a dependência nos compõe, sendo intrínseca

à realidade econômica, urge assumir a radicalidade da dependência, para questionar a estrutura que a mantém invisível e desvalorizada.

Biroli (2015) nos alerta que, reprivatizando o cuidado materno, reprivatizamos o debate sobre o cuidado e a maternidade. Outra postura é necessária, uma mudança paradigmática tanto sobre como enxergamos tanto o cuidado quanto o conceito de trabalho. Assim, nos afastamos do maternalismo que privatiza e familiariza o cuidado para uma compreensão do cuidado como direito, vinculado à cidadania social.

No contexto da SMAM – Semana Mundial de Aleitamento Materno – em agosto de 2021, algumas discussões interessantes se deram no âmbito dos perfis de mulheres dedicadas à promoção do aleitamento materno, acerca da importância da ocasião para suscitar debates sobre política e saúde pública. Destaco alguns trechos:

Agosto mal começou e já tô vendo pediatra com discurso relativista criticando o ativismo da promoção ao aleitamento. É um tal de plástico tem amor, jogo de palavras... o mês é da promoção a amamentação, é um mês pra falar do porquê a amamentação é necessária. O dia mundial da amamentação é político. A não-amamentação é bilionária... enquanto vocês tão rivalizando pauta de saúde reduzindo a amor ao plástico ou ao peito a indústria do desmame lucrou na consulta médica. Observem o discurso. O ativismo nasce na falta. Se médico-pediatra não relativizasse apetrechos e tratasse fórmula como remédio não existia ativismo. **Não tá tudo bem não amamentar.** (Ativista Veronica Linder, Instagram, agosto/2021, grifo meu)



Figura 26: Mabi amamenta em publicação sobre o Agosto Dourado

Amamentar não é sobre amor, é sobre saúde pública. (Ativista Maria Gabrielli, Instagram, 02/08/21)

Os agostos dourados tentam sobreviver a duras penas em meio a tanta culpa materna, profissionais querendo mostrar condescendência com as histórias de insucesso, gente monetizando desmame, psicólogos dizendo que amamentação prolongada não contribui para melhor desenvolvimento infantil, NBCAL sendo driblada pela indústria que mandou presentes como nunca para as blogueiras. (Ativista Amanda Oliveira, Instagram, 31/08/21)



Figura 27: Clarissa A. amamenta em publicação sobre a SMAM

Diante do questionamento sobre direitos do bebê/criança e direitos das mulheres mães, sem esquecer a importância da segurança alimentar e da primazia do leite materno enquanto alimento espécie-específico, abre-se o debate: “Garantir o direito do bebê rivaliza com a autonomia da mulher sobre o próprio corpo?”

(...) Por isso que a meu ver as leis precisam ser baseadas no sexo, e entender como podemos informar as mulheres de seus direitos.... O corpo da mulher serve a ela. Aos desejos dela... obviamente quando falamos disso, não dá pra esquecer o contexto social que essa mulher está inserida, por isso que a raiz do direito da mulher na maternidade precisa ser discutido a nível da compulsoriedade. Ter noção da biologia da amamentação e o quanto é necessário faz parte desse entendimento do padrão ouro da amamentação e como pode-se definir a saúde de alguém. Se a mulher tem direito a amamentação, o bebê tem o direito de ser amamentado. Garantir políticas públicas e leis para o sexo feminino é PRIMORDIAL. (Veronica Linder, Instagram, agosto/2021)

Portanto, a referida “condição biológica” é de central importância para entendermos os mecanismos de controle de corpos que vigoram sob a autoridade do regime patriarcal e capitalista, que, em sua versão “progressista”, limita-se ainda a questionamentos que caracterizo como submissos ao feminismo liberal, ou seja, respondentes à conveniência mercantil, à desconstrução insipiente.

Do que estamos falando quando dizemos autonomia para decidir ou “escolher” amamentar? É uma questão de poder e querer? Quais são as reais condições para se poder exercer o direito de amamentar? Como a defesa da amamentação encontra tais discussões, trazendo luz a questões estruturais ligadas à opressão das mulheres?

A mamadeira não surgiu para o pai poder participar da alimentação do filho – ela surgiu para que a mulher não precisasse amamentar e pudesse voltar rápido a servir – o marido, a casa, suas obrigações que eram mais importantes do que amamentar seu próprio filho! Amamentar é um direito que nos é negado de forma sistemática – quando falta apoio, quando falta informação, quando falta incentivo, quando sobra propaganda de substitutos (inferiores) do leite materno. **Não amamentar parece uma escolha, mas não é.** (Ativista Clarissa Almeida, Instagram, 01/08/2020, grifo meu)

**Amamentar é a escolha que fiz e que faço todos os dias. Escolhas só existem quando há informação,** o resto é falácia e hipocrisia. [...] Mulheres que parem no tempo do bebê não servem ao relógio e à conveniência do médico do plano de saúde. **Mulheres que amamentam não gastam fortunas em indústrias alimentícia e farmacêutica. Mulheres que fazem livre demanda não servem à lógica exploradora do mercado de trabalho. Mulheres que dão colo e afeto não criam as máquinas de moer gente que o capitalismo precisa. Mulheres cujos peitos não servem exclusivamente ao prazer masculino são donas demais do próprio corpo.** E mulheres que sabem que seu leite é sempre forte, que seu corpo é forte, que sua voz é forte, ameaçam derrubar o sistema pelas estruturas. Essas mulheres, elas não servem. Já pensou que amamentar sua cria pode ser uma forma de não servir ao sistema? [...] Que fique claro que **não afirmo que aleitamento materno é sinônimo de amor** e que não amamentar é faltar com o mesmo. Mas sim que o desencorajamento à amamentação faz parte de um pacote muito maior, esse sim de desamor e robotização, de um sistema com interesses escusos. (Ativista Lian Tai, Instagram, 01/08/20, grifos meus)

A escolha é sua e defenderei sempre sua liberdade de fazê-lo. Amamentar ou não. Por seis meses ou por seis anos. Mas eu só quero lembrá-la que **amamentar não é amor, é trabalho.** Demanda tempo, energia. Às vezes nos esgota. [...] Amamentar não é sobre amor, muito menos sobre nosso prazer. É um trabalho que, como todos, pode ser exaustivo e até pode ser prazeroso também. Se me oferecem um emprego, posso aceitá-lo por amar o ofício e ainda assim terei dias ruins. Mas também posso ter um trabalho de que não gosto nem um pouco, mas preciso do dinheiro. Isso é custo-benefício. Amamentar é custo-benefício. (Ativista Lian Tai, Instagram, 16/04/2021, grifos meus)

Ninguém disse que falar, agir e viver contra a cultura do desmame seria fácil né? Mas nossa ... São tantas histórias absurdas que ouvimos sobre amamentação e sequer temos o poder de tentar ajudar... São tantas mazelas que violentam mulheres e crianças, que a dor de ser impotente sangra todo dia... Ver como instituições, indústrias e pessoas com interesses sujos se beneficiam do adoecimento de mulheres e bebês é apavorante, é pensar que nada o que faço seja relevante... Precisamos estar atentas. Precisamos estar unidas. (Ativista Luise Monteiro, Instagram, 26/05/21)



Figura 12: Daniela amamentando no puerpério



Figura 13: Gabrielle amamentando gêmeos

## O trabalho do cuidado

“The repossession by women of our bodies will bring far more essential change to human society than the seizing of the means of production by workers. The female body has been both territory and machine, virgin wilderness to be exploited and assembly-line turning out life.”

Adrienne Rich, *Of woman born*, p. 285



Figura 14: Luise fala sobre cansaço no ativismo

Um conceito caro a esta pesquisa é o entender a potência política construída a partir do que se origina no biológico. A amamentação abrange a um tempo aspectos biológicos, questões sociais de raça e classe, gênero, papéis sociais da mulher em conjugação com o “dar a vida e cuidar da vida” (Scavone, 2004), vicissitudes do sistema produtivo capitalista, sustentabilidade e ecologia, bem como saúde materno-infantil. Pensar significados sociais do corpo feminino; sexualidade das mulheres; aspectos do vínculo mãe-bebê; desenvolvimento infantil. A relação entre maternidade, corpo e comportamento numa sociedade capitalista patriarcal provoca reflexões transformadoras sobre feminismo e formas de questionar o sistema. Conforme a socióloga brasileira Lucila Scavone (2004):

A ponte existente entre as mulheres e a saúde é construída socialmente sobre os alicerces não só de uma relação inequívoca das mulheres com a reprodução e com a maternidade, mas, sobretudo, de uma relação desigual entre os sexos. Os momentos propriamente biológicos da maternidade, a gravidez, o parto, a amamentação marcam profundamente a relação das mulheres com a saúde e, em última instância, com a medicina. Isso porque esses momentos são em geral medicalizados e, também, pressupõem a responsabilidade das mulheres pela boa saúde das crianças. E esta responsabilidade amplia-se durante todo o período em que a criança depende da mãe e, muitas vezes, ela persiste até a idade adulta. Isto faz que as mulheres estejam constantemente envolvidas com a medicina, tratando de problemas ginecológicos, obstétricos ou pediátricos, consumindo e aplicando medicamentos. Assim, as mulheres são, em certa medida, agentes transmissores do saber médico institucional que concerne a seus próprios corpos, sem participar da produção deste saber. (Scavone, 2004, p. 159-160)

É também de grande relevância pesquisar o papel das políticas públicas – educativas e trabalhistas – aliadas ao sistema de saúde e às tecnologias, na construção da identidade e autonomia materna e feminina. A amamentação, embora em um primeiro olhar pareça consistir em mero ato biológico, ou ainda de simples volição, implica lidar com uma série de desigualdades, enfrentamentos e subversões na complexidade do tecido social, em que surgem argumentos pela defesa da construção de vínculo, da promoção de saúde, da sustentabilidade, mas também da emancipação e do “empoderamento” feminino.

Em seu artigo *Biopolíticas de aleitamento materno*, as antropólogas da UFRGS Hernandez e Victora (2018) concluem:

A retórica da escolha promovida por essas variadas tecnologias se vincula aos “modos de subjetivação liberal”. E, embora seja formulada em oposição à ideia de obrigatoriedade e de atuar por determinação de terceiro, paradoxalmente, acaba por impor novas responsabilidades e obrigações. Especificamente em relação ao aconselhamento [em amamentação], tal técnica dialoga com a proposta de empoderamento feminino, à medida que o último pode ser pensado como uma potencialização da capacidade de fazer escolha com vistas ao aumento da autonomia das mulheres. Todavia, é necessário ter em conta que a possibilidade de a usuária fazer escolhas informadas surge no âmbito de uma estratégia de intervenção populacional que visa aumentar as taxas de aleitamento materno, assim como em um campo de práticas profissionais marcado pela herança higienista, que ainda se foca especialmente na saúde e na nutrição da criança e na responsabilização única da mulher pelo sucesso (ou não) da amamentação. Nesse contexto, cabe questionar se a estratégia mais atual para o estabelecimento de relações entre profissionais da saúde e usuárias do serviço não acaba se configurando como outra maneira menos evidente de instaurar o exercício da autoridade sobre o corpo da mulher. (Hernandez e Victora, 2018, p. 8)

Como trazer, então, o protagonismo da mulher para o centro do debate, conjugando aspectos biológicos e aspectos culturais da construção social da identidade materna e feminina nesse sistema que ora reflete a profunda desigualdade de gênero? O conceito de “empoderamento” se revela muito escasso para dar conta de tal desafio, tampouco sendo capaz de expressar a dimensão do conflito. A ideia da “escolha informada” também me parece incompleta, pois estamos diante de um problema

estrutural que põe em xeque a própria noção de autonomia, de acesso à informação, até mesmo a produção de conhecimento em si, diante dos papéis sociais impostos.

Chegamos à compreensão da lactância como fenômeno “disruptor de divisiones”, conforme explicita a feminista espanhola Nuria Calafell Sala (2017): rompendo as seguintes dicotomias “a) la que separa lo público de lo privado y otorga a dichas categorías significaciones de poder (...) y b) la que separa al/a individuo/a del otro/a y sobrecarga sus corporalidades de unas fronteras perfectamente delimitadas” (Calafell Sala, 2017).

Aqui entendemos também a estrutura complexa de desafios para a concretização de certas práticas num modelo de sociedade individualizante, sob um sistema de cuidados que deposita a responsabilidade no cerne das famílias – ou seja, nas mulheres. O apelo das ativistas e estudiosas do tema à importância da coletivização de cuidados e das responsabilidades nada mais é que reconhecer o quanto o peso reside inteiramente nos ombros das mulheres.

A ideia de cuidados representa aquilo que é necessário para a reprodução e manutenção da vida, incluindo o componente afetivo e relacional das atividades envolvidas. As dimensões material e imaterial, a pública e a privada, a física e a emocional das atividades estão imbrincadas. “El pensamiento feminista ha mostrado que las tareas de atención y cuidado de la vida de las personas son un trabajo imprescindible para la reproducción social y el bienestar cotidiano de las personas.” (Batthyány, 2020).

A partir dos questionamentos da economia feminista, uma das abordagens para o cuidado é a economia do cuidado. “La economía del cuidado surge con el debate sobre el trabajo de reproducción, el trabajo doméstico y el aporte de las mujeres a la economía, a la acumulación capitalista como a la reproducción de la vida cotidiana en el hogar.” (Batthyány, 2020).

Desde la perspectiva de género el cuidado es uno de los derechos de la ciudadanía social que provoca más resistencias a su desfamiliarización y por lo tanto desfeminización (Torns, 2015). Este vínculo naturalizado entre familia y cuidados presenta dificultades para que pueda ser asumido como un derecho a ser garantizado por el Estado. (Batthyány, 2020)

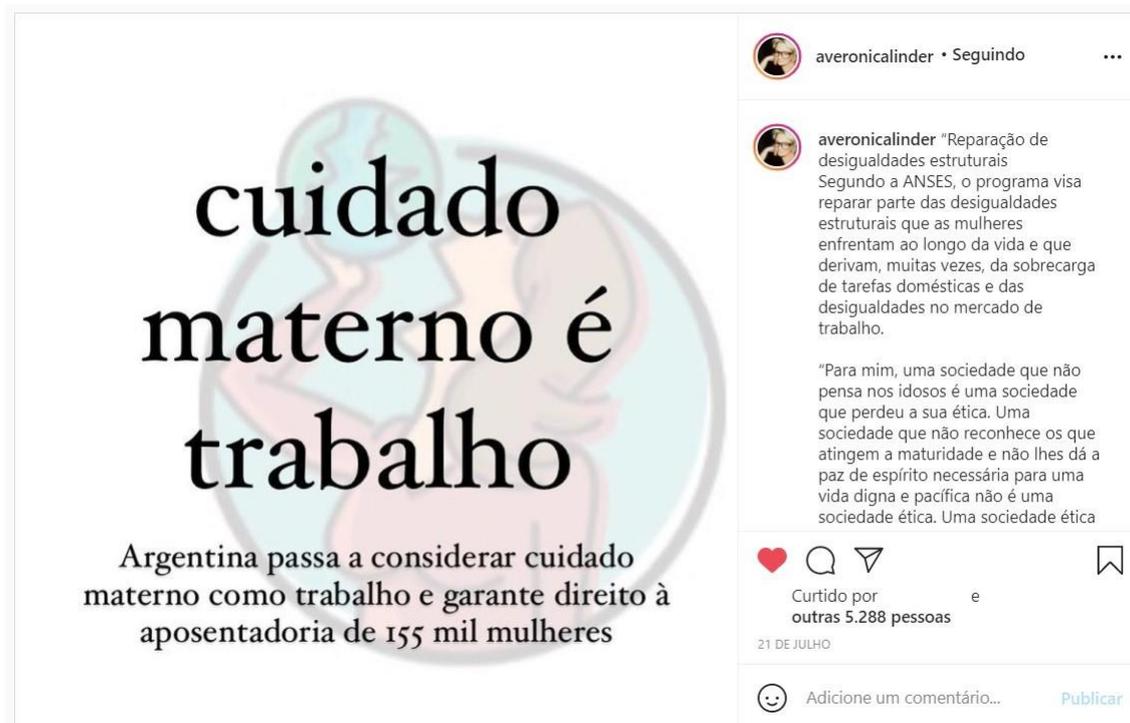


Figura 15: Veronica fala sobre o reconhecimento do trabalho do cuidado

Uma das abordagens ao cuidado, a saber, a ética do cuidado, é criticada por seu essencialismo, ao associar as mulheres e a identidade feminina ao cuidado e a uma dedicação aos demais (Batthyány, 2020). Tronto busca explorar a ética do cuidado em sua universalização, não feminização, apontando o cuidado enquanto questão prioritária para a democracia. O aspecto relacional do trabalho de cuidado o diferencia do trabalho doméstico, porém compartilha com o mesmo a invisibilização e a associação com habilidades ditas femininas (Batthyány, 2020, p. 41). Situando o debate sobre o cuidado, escreve Biroli (2015) ao debater as autoras Tronto e Gilligan:

Os riscos, tais como enunciados por Tronto, estariam na marcação negativa do cuidado, numa sociedade em que o masculino corresponde à normalidade e o feminino carrega o sentido da inferioridade, mas estaria também numa armadilha, a de que a defesa da centralidade do cuidado (de uma “ética do cuidado”, nas palavras da autora no texto a que me refiro aqui) implicaria a defesa de uma moralidade feminina. O ponto de Tronto nos leva de volta à ambivalência antes mencionada: a valorização do cuidado não pode suspender a crítica ao fato de que nas sociedades modernas sua definição como uma ética diferenciada deriva das condições de subordinação das mulheres (Tronto, 1987, pp. 646-7). (Biroli, 2015, p. 103)

Conforme a antropóloga Anna Bárbara Araujo (2018), da UFRJ:

Tal como entendo, para adotar uma perspectiva interseccional não basta dizer que o trabalho de cuidado é exercido prioritariamente por setores “subalternos” ou “subordinados”, mas mostrar como diferentes estruturas de opressão e dominação impactam a realização do cuidado. (Araujo, 2018, p. 59)

Isto implica pensar como aos diferentes regimes de cuidado correspondem diferentes relações de poder e de afeto entre cuidadores e pessoas cuidados. Se a ética do cuidado por vezes obscurece as desigualdades sociais e (as desigualdades entre as mulheres) em nome da valorização de uma “ética feminina”, é preciso levá-las ao centro da análise. (Araujo, 2018, p. 60)

Encontramos reflexões sobre a potência política contida no discurso e prática das mulheres nutrizas, enquanto dissidência normativa, conjugando as múltiplas forças de diversas direções que influenciam a possibilidade de escolha ou autonomia materna. Nas palavras de Massó Guijarro (2013): “La lactancia materna se plantea así como ejemplo de práctica revolucionaria de las relaciones sociales que se enfrentan a la lógica del capital, de la institucionalización de la educación y los afectos, de la división rígida entre lo público y lo privado-doméstico.”. Subvertendo assim as divisões arcaicas que não atendem à realidade das mulheres, percebemos que de fato a amamentação ilustra a ideia de “o pessoal é político”, e há que ser reconhecida como trabalho:

Así, el lactivismo pone de manifiesto que la *casa* y la *calle* pueden conjugarse; que su distinción no es substancial sino coyuntural en el marco del sistema capitalista que necesitó de tal dicotomía para materializarse, y que esa distinción resulta tan insostenible hoy como el modo de producción al que obedece. *Ni el hogar es tan malo ni la teta es solo doméstica*. Si la teta no ha sido un asunto público hasta ahora es porque no la daban los hombres, sino las mujeres, o dicho de otro modo, los cuerpos controlados, sometidos y subordinados cuyos potenciales había que supervisar y deslegitimar. La lactancia materna ha de reclamarse también como *trabajo* (se practique en la calle o em el hogar), em su marco de crianza de la prole durante los primeros años de vida [...]. En ello hemos de hacer eco del concepto ampliado de trabajo desde el trabajo ‘clásico’ al ‘no clásico’ (no solamente un trabajo directamente monetizado, por ejemplo) [...]. (Massó Guijarro, 2013)

A bandeira “o pessoal é político” é levantada desde movimentos feministas dos anos 60, para os quais *O Segundo Sexo* de Beauvoir era a principal referência, sendo ainda o emblema do saber feminista, remetendo, “por um lado, ao trabalho de *historicização* de uma relação de poder e, por outro, ao trabalho de *conscientização* sobre essa relação” (Dorlin, 2020, grifo da autora).

Trata-se de um trabalho de historicização e, conseqüentemente, de politização do espaço privado, do íntimo, da individualidade, no sentido de que se reintroduz, com isso, o político, isto é, as relações de poder – e, portanto, de conflito – onde antes nos atínhamos às normas naturais ou morais, à matéria dos corpos, às estruturas psíquicas ou culturais, às escolhas individuais. (Dorlin, 2020, p. 14)

A antropóloga Rosamaria Carneiro (2021), sobre as políticas elaboradas por mulheres em sua luta por autonomia em seus partos, traz um olhar atento ao protagonismo da casa e daquilo que é feito na intimidade, ora posto em evidência por ações que constituem verdadeiras formas das mulheres fazerem política, ao reivindicar seus direitos.

Como espaço de intimidade e, portanto, apartado da vida pública, invertem-se os sinais e a casa passa a fazer política. Esse espaço, então, a priori das mulheres, tido como inferior e desprovido de impacto na vida social, passa a fazer política quando questiona noções de perigo, de direitos e de assistência de saúde. O privado se faz público. (...) Seria essa outra configuração dos lemas feministas “o meu corpo me pertence” e “o pessoal é político”? (Carneiro, 2021, p. 44)

Essa busca por agência e politização da casa descrita por Carneiro (2021) na reivindicação por partos humanizados/respeitosos, sustento, está presente nas práticas das mulheres lactivistas que compartilham diariamente sua experiência de amamentar na rede social.

Justamente por concordar com esta ideia da retroalimentação entre estes dois ambientes [casa e rua], quando pensamos os locais de parto e seus significados, gostaria de dizer que se a casa fora considerado o lugar do feminino sem fala política, nos últimos anos ao falarmos a partir de nossas casas e de nossos corpos, igualmente nossos lares, temos subvertido a ideia de intimidade e feito do privado algo público e político, como escrevera a feminista argentina Leonor Arfuch (2010), para quem o espaço biográfico conecta tais dimensões e desconstrói a ideia de que a política não pode ser feita a partir do íntimo. Nesse caso, a partir de nossas casas e por mulheres. (...) A casa então pode ser muito mais do que a priori pensado. Na verdade, o é... Por meio dela, temos questionado a origem do mundo, a ideia de infância, o respeito e os direitos. Temos feito política da vida, mas agora a partir dos viventes. Das viventes. (Carneiro, 2021, p. 46)



Figura 16: Clarissa A. amamenta seu filho

Voltando a Massó Guijarro (2015a), sobre a dissidência representada pelo corpo feminino lactante diante do sistema capitalista patriarcal:

Los cuerpos lactantes en el mundo contemporáneo están fuera de la norma. La norma es el individualismo, es la productividad, es la independencia; la norma es por supuesto un cierto canon de belleza física, además de la disponibilidad sexual permanente por parte de la mujer para la pareja adulta (mayoritariamente varón). Ello, aplicado a un cuerpo

de madre, supone un cuerpo que se independice, a la mayor brevedad posible tras el parto, de su criatura para ser productivo, según un canon capitalista, y deseable, según un canon de erotismo adulto genéricamente masculino; y por ende, supone que su criatura se “independice” de su primer cuerpo de origen, pudiendo depender de otros a través de la nutrición por la (leche de) fórmula y el artilugio (prótesis, a fin de cuentas) que supone el biberón. (Massó Guijarro, 2015a, p. 189)

Ainda, é preciso também mencionar a dimensão do leite materno levado ao paradigma da escassez, próprio do sistema de racionalização biomédica capitalista. A regulação de horários e outras práticas médicas de incentivo à separação entre mãe lactante e bebê acaba por reduzir a produção de leite: “el control generalizado de la lactancia por parte de expertos masculinos es un fenómeno vinculado tanto a la expropiación de saberes y a la capacidad de decisión de las madres – y de las mujeres que las pueden guiar a partir de su experiencia – como al crecimiento de una industria de alimentos infantiles” (Ausona Bieto, Brigidi e Cardus Font, 2017, p. 137), para substituir o leite materno. Daí vem a noção da suposta escassez do leite materno, social e historicamente construída, devendo-se a práticas concretas de interferência (inclusive biomédica). Em síntese:

La medicalización que ha sufrido la lactancia en nuestro contexto histórico se podría analizar como diferentes aspectos de un control social sobre el cuerpo. Una forma de disciplinar los cuerpos de las madres y los bebés regulando su contacto en base a pautas “racionales” y organizativas que Narotzky (1995), como ya aludíamos, veía en la implementación de la organización científica aplicada a procreación y a la maternidad. Racionalización producto del proceso de industrialización capitalista. Pautar la lactancia en tempos y espacios concretos – como aún se les demanda a algunas madres desde diferentes instancias médicas y sociales – es una forma de disciplinar en la espera a los cuerpos implicados. A sua vez, y como ya hemos visto, un efecto colateral de esta disciplina de la espera es la disminución progresiva de la producción láctea. Complementar la lactancia com fórmula comercial es, a sua vez, uma expropiación capitalista de un recurso corporal. Expropiación que se erige sobre uma necesidad inducida externamente, sustentada en la falsa creencia de la escasez que conllevaria a una elección relativa entre medios insuficientes. (Ausona Bieto, Brigidi e Cardus Font, 2017, p. 138-139)

O paradigma da escassez relacionado à introdução do leite de fórmula aumentou significativamente a mortalidade infantil e se inseriu nas práticas culturais, concepções e construções sobre o corpo e o valor pessoal (Ausona Bieto et al, 2017), como parte de um processo de mercantilização capitalista da nutrição infantil. A visão do peito e do leite materno como “autónomo y autosuficiente”, que libera as mulheres da dependência econômica do mercado, contrasta com as já mencionadas percepções de movimentos feministas “antirreproductivos” que enxergam na amamentação uma “escravidão” – e, no leite de fórmula, “liberação”.

A partir do momento que uma mulher diz que não amamentou porque seu leite não é suficiente, ela está dizendo que uma das características do corpo feminino é não funcionar e isso é uma das mazelas que a gente traz de muito tempo. [...] Acreditar no

poder do corpo não quer dizer que vai ser fácil, que problemas não vão acontecer. **A luta feminista é para ter direito sobre as nossas decisões:** “Eu não quero amamentar” deve ser tão válido quanto “quero fazer livre demanda até quando minha cria quiser” e não precisar de justificativa. **Porque a nossa vontade sobre os nossos corpos e nossos processos deve ser soberana e ponto. A falta de informação faz a mulher acreditar que ela não é suficiente.** (Ativista Veronica Linder, Instagram, 06/05/19, grifos meus)

Quem não quer amamentar, não precisa vir aqui dizer que não é menos mãe porque não amamentou. Essa discussão só gera competição desnecessária. [...] Meu trabalho de informação é gratuito e eu ganho \$ vendendo almofada de amamentação que é apoio para amamentar. Minha maternidade não é exemplo. Minha maternidade é o que aconteceu e dentro do que posso e sei: escolho. Virar mãe fez de mim um ser mais questionador do que eu era, erro, aprendo e sigo. Não tô aqui pedindo opinião no que faço, tô compartilhando estudo científico, baseado em evidência. [...] Amamentar é resistência, é política ... no meio de um sistema que julga a mãe que volta a trabalhar e deixa o bebê na creche ou castiga a que ficou em casa, abandonando o emprego. (Ativista Veronica Linder, Instagram, 17/02/20)

De fato, para romper com a dicotomia hierarquizante entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo, é preciso uma nova concepção sobre o trabalho das mulheres. É o que pretende a valorização da amamentação dentro do campo político e econômico, ressaltando seu potencial transformador. É nesse sentido que se reivindica a lactância humana como um ato de soberania alimentar nos movimentos pró-amamentação e nos movimentos feministas vinculados à ecologia (Ausona Bieto et al, 2017):

Un acto antipatriarcal y anticapitalista que a su vez se vincula con otra manera de interpretar la economía. Una economía vista tanto como aquella que pone a su centro el cuidado como el mantenimiento de la vida. Economía substantivista que es, a sua vez, percibida como vínculo y como don. (Ausona Bieto et al, 2017, p. 141)

Mostrar a realidade da maternidade é muito importante porque o senso comum se recusa a entender a maternidade (que é compulsória) como um trabalho. As mães que estão sempre reclamando, sempre exaustas, sobrecarregadas, estão assim porque são exploradas. Criar um ser humano é o maior trabalho de todos! Quando se diz que “é preciso uma aldeia para criar uma criança” é exatamente sobre isso.

Em dado momento da história, a narrativa foi manipulada para transformar o trabalho de criar pessoas em um dever natural da mãe (não do pai) – isso deixa a mulher sobrecarregada e dentro de casa, longe do mercado de trabalho (na mesma medida que ser sempre desvalorizada no mercado de trabalho faz com que a mulher fique dentro de casa), longe da luta pelos seus direitos, longe de onde o dinheiro – e o poder – circulam.

**A romantização da maternidade é o que torna o trabalho das mães invisível, ignorando sua importância econômica e pintando tudo como “vocação natural”. O processo que transformou o TRABALHO materno (não só materno, feminino) em NÃO TRABALHO é o mesmo que transforma o corpo da mulher em propriedade** – se o trabalho que ela exerce no lar NÃO é um trabalho, ele funciona quase como um recurso natural, que todos tem acesso. No fim das contas, **é sempre sobre o controle dos nossos corpos.** E por isso que mães reclamando incomodam TANTO, na contramão do pré-estabelecido elas estão mostrando que criar os filhos não é um recurso natural, é um trabalho tão importante quanto difícil e isso mexe com muitos privilégios – logo, incomoda! (Ativista Clarissa Almeida, Instagram, 22/01/21, grifos meus)

Para entendermos a complexidade em torno da ideia de poder na maternidade, é preciso refletir também a partir das valiosas provocações de Adrienne Rich (1986). De que poder estamos falando, inseridas numa sociedade patriarcal?

Thus, as women begin to claim full humanity, a primary question concerns the meaning of power. In the move from powerlessness, toward what are we moving? The one aspect in which most women have felt their own power in the patriarchal sense – authority over and control of another – has been motherhood; and even this aspect as we shall see, has been wrenched and manipulated to male control. (Rich, 1986, p. 67)



Figura 17: Clarissa R. fala sobre amamentação como responsabilidade coletiva

O questionamento da ideia de poder também nos leva a pensar a ideia de “mulher”. Proponho as considerações da socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí, cujo estudo sobre a invenção da categoria “mulheres” questiona a própria ideia de “mulher”, que vem da epistemologia ocidental e branca carregada de conceitos próprios, que não se transpõem a outras epistemologias, tendo se enraizado à cultura a partir da colonização, produzindo contradições e esforços de reinterpretações.

A maternidade é tradicionalmente compreendida a partir da categoria mulher, cuja feminilidade é definida em relação à submissão e pertencimento dentro da família generificada, com o marido provedor e esposa hierarquizada. Conforme Oyèwùmí explicita em artigo publicado no Brasil pela coletânea *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (2020):

Mesmo a categoria “mãe” só é inteligível para o pensamento feminista branco, se essa mãe é primeiramente entendida como esposa do patriarca. Como mães são, antes de tudo, esposas, parece não haver uma “mãe” desassociada de seus laços sexuais com um “pai”. Essa é a única explicação para a popularidade do seguinte oxímoro: mãe solteira. Ainda que, na maioria das culturas, a maternidade seja definida como uma relação com seus descendentes, não como uma relação sexual com um homem, na literatura

feminista a “mãe”, identidade dominante das mulheres, é subordinada à “esposa”. Como mulher é um sinônimo de esposa, a procriação e a lactação na literatura de gênero (tradicional e feminista) são geralmente apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho. A formação de casais pelo casamento é, assim, colocada como a base da divisão social do trabalho. (Oyèwùmí, 2020, p. 90)

Questionando a categoria “mãe”, buscamos também aprofundar os sentidos de “maternidade”, como caminhos de construir um feminismo de inspiração verdadeiramente “descolonial” que, a meu ver, é utilizado pela argentina Maria Silvana Sciortino (2017) no mesmo sentido do termo “descolonial” citado anteriormente:

La convicción por un saber y una práctica política descolonizadora puede pensarse como un puente entre mujeres con trayectorias diversas. En lugar de vincularnos desde el “deber ser” que nos imponen nuestros pueblos, movimientos, los lazos solidarios pueden nacer desde la comprensión de la creatividad desde la cual las mujeres hemos conseguido organizarnos, resistir, modificar vínculos opresivos. **La maternidad ha funcionado para algunas mujeres como un nexo entre el trabajo reproductivo y las prácticas políticas. En mi opinión, descolonizar el feminismo implica, entre otros desafíos, reconocer las experiencias de luchas locales.** (Sciortino, 2017, p. 5, grifo meu)

A luta das mulheres é pelo próprio reconhecimento de trabalhos e práticas tão fundamentais quanto invisibilizadas. Através da maternidade, o nexo entre o trabalho reprodutivo e a prática política traduz-se no movimento lactivista. Por fim:

Feminismo é emancipação de mulheres. A maternidade compulsória é controle e exploração de mulheres. Se você não inclui mães nas questões feministas, você não luta contra uma das formas mais poderosas de exploração e controle de mulheres. (Ativista Luise Monteiro, Instagram, 26/02/2021)

A estrada pro aleitamento materno ser naturalizado ainda é longa. Para que ela seja construída, é preciso que as mulheres sejam respeitadas e tratadas em pé de igualdade. **É preciso que se entenda que o corpo feminino não é sujo ou errado e não precisa de mil intervenções para funcionar e existir plenamente. Precisamos falar de processos do corpo feminino que são sempre diminuídos pela sociedade. Amamentar é político. Amamentar é natural!** (Ativista Clarissa Almeida, Instagram, 21/12/2020)

Amamentar não é amor. Eu não amamento porque amo. Amamento pq é o melhor. Eu amo minhas filhas e não é pq amamento. Quando a gente relaciona amar a amamentar estamos dizendo que amamentar depende de amor: e não é assim. Amamentar é fisiológico. Produção de leite é hormonal. Amor não controla hormônio, não produz prolactina. Sentir amor até ejeta leite, mas não produz. Amamentar não é amar. Amamentar é ter paciência. Resistir. Insisto: Um dia de cada vez. É ouvir calada (e xingar muito, as vezes) e fazer cara de alface pros pitacos. É proteger a parte mais sensível: o bebê. É doar. Doar tempo, doar, doar, doar. O ministério da saúde preconiza seis meses, e muitas mulheres voltam a trabalhar com um, dois, as vezes quatro meses. Se tiver sorte, seis. Dois anos é resistência, mais que isso, resiliência. Amamentar não é amor. Amamentar cansa. Amamentar priva. Amamentar sem informação: DÓI. Amamentar não é amor. No dicionário amor é afeto. Sentimento de afeto que faz com que uma pessoa queira estar com outra, protegendo, cuidando e conservando sua companhia. Amamentar é verbo. No presente. Amamentar é ação. Amamentar é ação de amor. Mas não é amor. Não confundam. Não vale a competição. Amamentar é resistência, em um sistema onde as mulheres são vistas como seres inferiores. Essa sociedade desgraçada da cabeça não suporta ver uma mulher sendo protagonista e nutriz. E sim, somos alimento, afeto, amor e muita coragem. De amar, amamentar, e continuar. (Ativista Veronica Linder, Instagram, 30/08/19)

Para Massó Guijarro (2015), a dimensão política da amamentação, visível no movimento social do lactivismo, supõe uma ruptura da dicotomia público-privado própria dos divórcios epistemológicos clássicos do Ocidente (Massó Guijarro, 2015a). A oposição entre “*pecho erótico*”, “*pecho político*” e “*pecho doméstico*” perde o sentido na experiência lactante-lactivista, pois esta desmancha a diferenciação entre a esfera doméstica e a esfera política. Ela também reconhece os direitos dos seres vulneráveis. Além disso, enquanto expressão de *transcorporalidade*, encarna uma relação de permeabilidade, troca, intersubjetividade e interdependência que rompem com o dogma da individualidade, proclamada pela modernidade ocidental como epítome da autonomia. O corpo lactante, reforça a autora, está fora da norma da produtividade, do individualismo, da independência, da disponibilidade sexual permanente da mulher para o parceiro adulto (macho).

La transmisión de leche en la relación de corporalidad láctea supone, así, una extensión de la interdependencia fisiológica que sucede también en el embarazo; supone una extensión de la ruptura de los límites individualistas entre cuerpos.[...] la equivocidad en los cuerpos lactantes, el desvanecer de los límites corporales que sucede inevitablemente en la relación lactante, **desafían paradójicamente el sistema occidental de unicidad, univocidad e individualismo asociado a lo corpóreo, desarrollado por el dualismo cartesiano (y sus herencias) y también, hoy, prescrito por la economía neoliberal y la maximización de la producción material.** [...] La noción de individuo se desdibuja en carnalidades tan irreductibles como la placenta, el cordón umbilical y, sobre todo, de modo crucial, la leche mamada, con sus múltiples sentidos, funciones, virtualidades. (Massó Guijarro, 2015a, p. 189-190, grifo meu)

Além disso, ela defende a importância de entender a dominação e criticá-la em todas suas formas, conforme a pensadora bell hooks: “**la teta es y puede ser feminista en tanto cuanto seamos conscientes de la pluralidad de formas de dominación y seamos incluyentes en nuestra lucha contra ellas**” (Massó Guijarro, 2015a, p. 205, grifo meu)



Figura 18: Luise amamentando em tandem



Figura 35: Amanda amamentando os filhos gêmeos

## Conclusão

“Se o direito está sendo dado apenas para uma classe é porque o estado por meio de políticas neoliberais arranca a dignidade e o direito das mulheres. Jamais iremos resolver problemas sociais apontando dedos para indivíduos, mas com certeza também não mudamos nada relativizando direitos ou chamando-os de privilégio.” (Ativista Veronica Linder, Instagram, 30/04/2021)

O corpo feminino e os papéis sociais das mulheres, as formas de promoção de saúde materna e infantil, a licença maternidade, as concepções sobre trabalho e produção: são alguns pontos táticos de observação do abismo que enfrentamos, bem como de todas as clivagens e camadas nesse meio. Assim sendo, elucidado a importância de investigar a partir de referenciais próprios, reafirmando o compromisso de romper com o colonialismo e a colonialidade, que muito nos privou da autonomia tão necessária para que possamos conduzir efetivamente nossos próprios processos de produção de conhecimento e de ação transformadora, principalmente no que toca o objetivo de emancipação das mulheres. Segundo Vergès (2020):

Esse trabalho *indispensável* ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer *invisível*. Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas. Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis. (Vergès, 2020, p. 24-25)

A exploração e a consequente invisibilização do trabalho das mulheres são a base da colonização e da acumulação capitalista. O trabalho invisível das mulheres é essencial para a manutenção desse sistema – sem tomar consciência disso, mulheres reproduzem a própria opressão. Propor uma reavaliação de como se enxerga o trabalho e a organização social em torno do cuidado caracteriza, acredito, um movimento social de inspiração anticolonial, anticapitalista e antipatriarcal, a partir do reconhecimento de um sistema falido, que não permite às mulheres construir uma autonomia real.

Por fim, o lactivismo é um movimento social que reivindica a naturalização da amamentação, sua normalização como algo *natural* – no sentido de que precisa ser normalizado como algo fisiológico, que diz respeito à fisiologia humana, ao sustento da vida, enquanto parte cotidiana fundamental do viver. Reivindica o reconhecimento do valor socioeconômico do aleitamento materno. Vinculando trabalho reprodutivo e prática política, as mulheres tornam o aleitamento uma luta, uma forma de resistência, e por isso tal experiência as aproxima do referido feminismo decolonial. “Históricamente, el feminismo ha mostrado que la desigual carga enfrentada por las mujeres respecto al

trabajo de cuidado, es una de las principales causas de inequidad económica.” (Quiroga Diaz, 2014, p. 99).

Também se questiona no movimento a naturalização de uma ideia engessada de mulher, enquanto cuidadora nata, em essência, bem como a romantização e a idealização da maternidade. Amamentar é *natural*, mas não instintivo, o que significa admitir a amamentação em sua complexidade enquanto fenômeno – multidisciplinar, multifocal, de responsabilidade coletiva, e não mais um ponto de culpa a ser acrescido na conta das mulheres. Nessa condição de fenômeno social que acontece no – e por meio do – corpo feminino, trata sobremaneira da sexualidade da mulher e, portanto, de sua saúde, e da do bebê/criança, que se encontra em díade com ela. É sobre nutrição, sistema imunológico, desenvolvimento orofacial e neurológico e, também, sobre vínculo e politização de uma prática tradicionalmente relacionada ao privado, ao doméstico, ao íntimo, e por essa razão invisibilizada, que diz respeito à vulnerabilidade intrínseca aos primeiros anos da vida humana.



Figura 37: Publicação de Gabrielle sobre amamentação como resistência

Tal politização se deve ao reconhecimento do trabalho do cuidado e à defesa de um direito, que se inscreve diretamente no corpo das mulheres mães, e de seus dependentes. A privação desse direito se inscreve também em seus corpos, deixando marcas. O movimento lactivista critica o tabu em torno da sexualidade das mulheres mães e a hiper sexualização de seus corpos lactantes, desafia concepções idealizadas do ser mulher mãe, visibiliza a luta por uma inserção efetiva das mulheres mães nos espaços públicos, e reivindica a proteção da amamentação e do direito ao cuidado enquanto bases para a vida.

Dessarte, a busca das mulheres por autonomia em muito se vincula ao compromisso de repensar os termos e conceitos a partir dos quais construímos discursos sobre a volição e o poder das mulheres na nossa sociedade, a começar pelo entendimento das categorias de mulher, feminino, mãe, maternidade, feminismo – trazidas do próprio discurso das mulheres mães cujo ativismo me proponho a investigar. O questionamento da divisão sexual do trabalho e de suas consequências, do sistema capitalista, da objetificação dos corpos femininos, do consumo, aqui se traduz em uma busca por se apropriar do feminismo para defender o reconhecimento de sua prática.

Sustento que a defesa da amamentação possui características que a aproximam de uma prática descolonial, elucidadas ao longo deste trabalho pelas relações entre o feminismo aqui descrito e as políticas ligadas ao amamentar, assim como inspirações e ecos da teoria feminista de(s)colonial e o movimento de mulheres pelo direito de amamentar. Ao reivindicar o direito de amamentar, as mulheres lutam contra uma concepção de trabalho exploratória, baseada na acumulação de excedente capitalista. Ao reivindicar a importância da amamentação, as mulheres subvertem a dicotomia público vs. privado/doméstico – própria da organização social de base capitalista, historicamente aliada ao patriarcado moderno colonizador.

Ao reivindicar a visibilidade para o trabalho de cuidado que exercem, as mulheres buscam construir um significado *autônomo* sobre o que é o trabalho, e qual o papel das mulheres na sociedade. Tais categorias são questionadas, em uma reflexão sobre o modo de vida e as escolhas que fazemos enquanto sociedade acerca do cuidado das crianças e dos direitos concedidos às mulheres. Tais mulheres elaboram que sua luta por informações e reconhecimento é motivada pelo desejo de uma vida e um mundo melhores para seus filhos, a partir da compreensão de que o sistema em vigor não as

beneficia, tampouco às suas crianças. A politização do cuidado operada por elas é, a meu ver, uma marca de resistência anticapitalista e antipatriarcal.

A economista e antropóloga colombiana Natalia Quiroga Díaz defende que o feminismo decolonial diz respeito à capacidade de compreensão de formas de opressão diferenciais, ligadas à experiência da colonialidade:

“Las reflexiones situadas en el feminismo decolonial vienen mostrando los vacíos en términos del significado, que la experiencia de la colonialidad representa para entender formas de opresión diferenciales. [...] Una manera de ejemplificar el lugar diferencial de las formas de opresión conlleva a preguntar por las situaciones en las que el trabajo reproductivo y las relaciones patriarcales, al interior de las familias, constituyen un factor determinante para la desigualdad femenina. Sobre todo cuando en la región, para muchas mujeres un escenario principal es inequidad es el mercado de trabajo. El acceso a ingresos exige de extenuantes jornadas laborales y el trabajo de cuidado, es visto por muchas mujeres como un espacio fundamental de su realización personal, principalmente cuando la mayor parte de su tiempo está dedicado a la realización de labores extenuantes y con bajos ingresos.” (Quiroga Díaz, 2014, p. 111-112).

Segundo a autora, poder escolher as condições em que realizar o trabalho remunerado ou não remunerado seria a real superação da desigualdade experimentada pelas mulheres. Tal seria o conhecimento possibilitado pela economia feminista de olhar decolonial defendida pela autora:

La superación de la desigualdad en ciertos contextos conlleva la posibilidad de sustraerse y/o modificar las relaciones abusivas del mercado de trabajo; las representaciones hegemónicas acerca de si mismas; la subalternización de sus saberes, la disolución de los mecanismos raciales de opresión que les impiden disponer de los recursos materiales y simbólicos sustentadores del status y el poder en la sociedad. **Se trata de poder elegir las condiciones en las que realizan el trabajo remunerado y no remunerado** para posibilitar el desarrollo de sus aspiraciones, en las que hay una dimensión del cuidado, que también hace parte de esas otras formas de alcanzar la autonomía, no siempre contenidas en las formulaciones que se vienen haciendo acerca del Estado, la sociedad civil, el mercado y de las nociones sobre la familia. Una teoría del cuidado que logra descentrarse puede contribuir a la emergencia de nuevas preguntas, **ampliar la comprensión de las causas que en cada contexto producen la subordinación femenina**. La mirada decolonial aporta a la economía feminista en la construcción de un campo de conocimiento más poroso, más dispuesto a situarse y discutir sus presupuestos. Todo esto en la posibilidad de producir una teoría que refleje las alternativas epistémicas a la comprensión que hemos venido teniendo sobre las causas y soluciones a la desigualdad que experimentan las mujeres en la economía. (Quiroga Díaz, 2014, p. 113)

Nesse sentido, recupero a crítica feminista ao aleitamento, a qual busca associar a prática à domesticação e opressão das mulheres, perspectiva oposta à trazida pelas lactivistas, as quais, porém, estão a todo tempo reiterando os desafios impostos ao aleitamento por parte das ferramentas patriarcais e capitalistas de domínio e controle sobre as mulheres. Isso, a meu ver, acentua o caráter de crítica decolonial atribuído à

sua prática, agregando caráter contra hegemônico à sua luta. Tal perspectiva encontro também na análise de Sanz Vidal (2017) sobre o lactivismo no México:

Ambos, feminismo y lactivismo, tienen como elementos centrales el poder de elección de las mujeres sobre sus cuerpos y la capacidad de tomar las riendas de su propia existencia, lo cual descansa en la necesidad de tomar conciencia e informarse de manera crítica, pues sólo de esta forma se podrán tomar decisiones realmente conscientes e informadas, conociendo de antemano su repercusión y todo lo que implica el hecho de discurrir por el camino lactante. (Vidal, 2017, p. 248)

La práctica de la lactancia materna tiene ante sí a un reto titánico, puesto que se encuentra sometida a desvalorización en un mundo cada vez más guiado por los valores de un capitalismo brutal y antropófago, de un patriarcado que se resiste a dialogar con consciencia de las problemáticas que nos afectan a todas/os; la práctica de la lactancia materna se enfrenta a la seducción de lo inmediato, de lo rápido y de lo “moderno” de la alimentación infantil artificial, pero insertos en el movimiento lactivista encontramos acciones y (re) acciones que nos muestran que los pasos encaminados a la dirección opuesta ya están accionados y se impulsan desde diferentes contextos. (Vidal, 2017, p. 248)

Para além da teoria, admitir e visibilizar as ambivalências aqui retratadas, num esforço de superar as dicotomias impostas às mulheres pelo patriarcado, contribui para que possamos almejar abordagens políticas para as mulheres pelas mulheres.

Patriarchy would seem to require, not only that women shall assume the major burden of pain and self-denial for the furtherance of the species, but that a majority of that species – women – shall remain essentially unquestioning and unenlightened. (Adrienne Rich, *Of woman born*, p. 43)

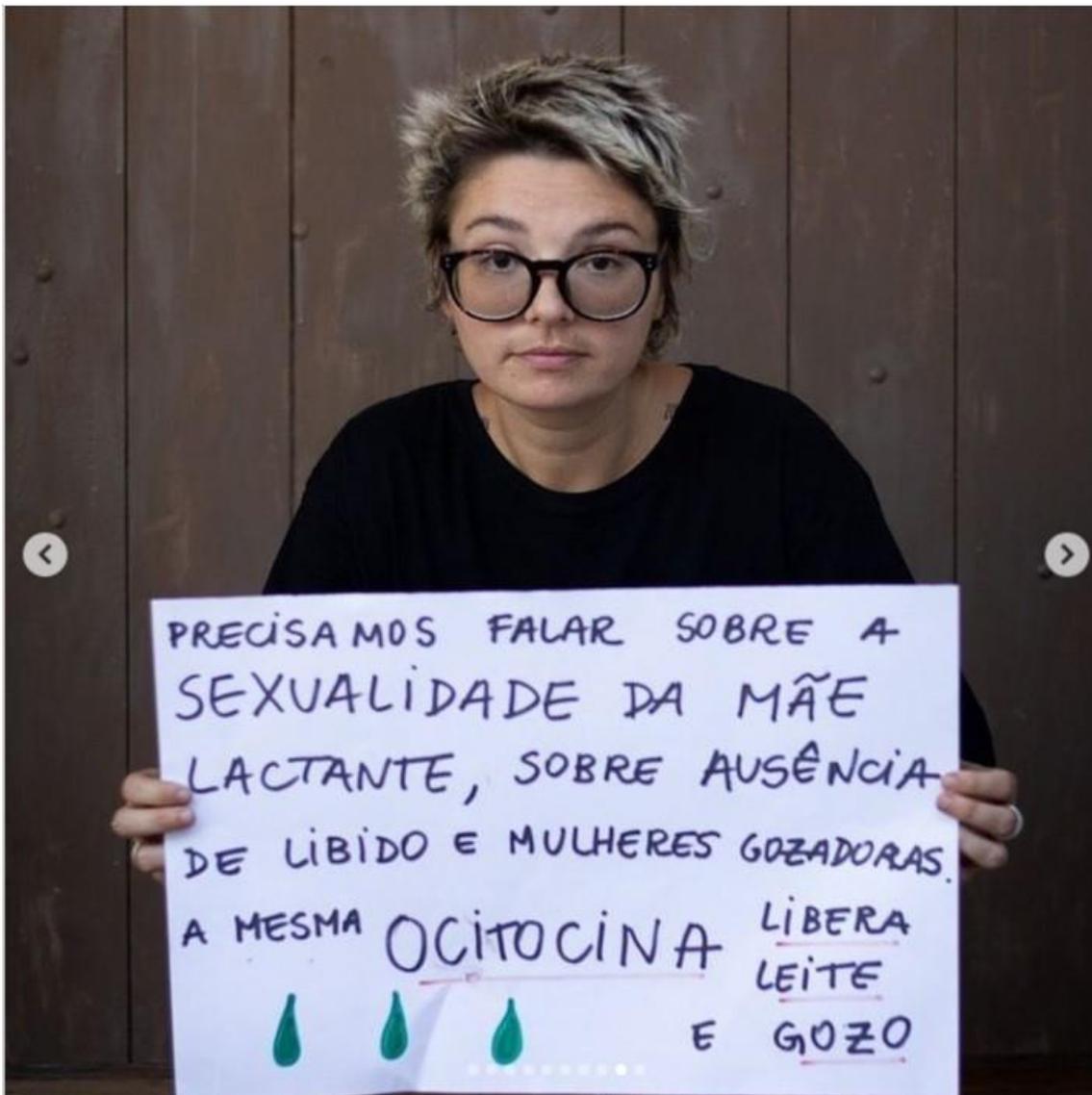


Figura 19: Veronica fala sobre sexualidade da mãe lactante

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Aprigio Guerra de. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ARAUJO, Anna Bárbara. Da ética do cuidado à interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. Dossiê “Gênero, Cuidado e Famílias”. Mediações. Londrina, v. 23 n. 3, p. 43-69, dez. 2018.

ARAÚJO, Clara. Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político. Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Org. Flávia Biroli... [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

ARAÚJO, Lylian Dalete Soares de. Querer/poder amamentar. Uma questão de representação?. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1991. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112062/85298.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

AUSONA BIETO, Marta; BRIGIDI, Serena e CARDUS FONT, Laura. “Lactancias, capital y soberanía alimentaria: la falaz escasez de la leche humana”. En MASSÓ GUIJARRO, Ester. Mamar: mythos y lógos sobre lactancia humana. Dilemata. Revista Internacional de Éticas Aplicadas, año 9, nº 5, 135-142, 2017.

BADINTER, Elisabeth. O conflito: a mulher e a mãe. Tradução V. L. dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALLESTRIN, Luciana. “Feminismo de(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304, 2020.

BATTHYÁNY, Karina. Políticas del cuidado. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Casa Abierta al Tiempo, 2021.

BATTHYÁNY, Karina. Miradas latinoamericanas a los cuidados. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI, 2020.

BATTHYÁNY, Karina. et. al. “El aporte de las familias y las mujeres a los cuidados no remunerados en salud en Uruguay”. *Estudios Feministas*. v. 25, n. 1. 2017, pp. 187-213.

BIDASECA, Karina y LABA, Vanesa Vazquez (Comps.). *Feminismos y poscolonialidad: Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2011.

BIROLI, Flavia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política* (18). Sep-Dec, 2015.

BRAVO, Maria Dolores Pérez e HÉRNANDEZ, Amparo Moreno. “Maternidades y lactancias desde una perspectiva de género”. En MASSÓ GUIJARRO, Ester. *Mamar: mythos y lógos sobre lactancia humana. Dilemata*. *Revista Internacional de Éticas Aplicadas*, año 9, nº 5, 143-155, 2017.

BRECAILO, Marcela Komechen e TAMANINI, Marlene. “Amamentar, cuidar, maternar: regulações, necessidades e subjetividades”. *Demetra: alimentação, nutrição e saúde*. 11(3), 825-846, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/download/22507/18428>

CARNEIRO, Rosamaria. *Cenas de parto e políticas do corpo: uma etnografia de práticas femininas de parto humanizado [tese]*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CARNEIRO, Rosamaria. “Em casa é mais seguro!”: o olhar do refúgio, do privilégio e da política pública. In: *Medicalização do parto: saberes e práticas*. Org. Luiz Antonio Teixeira... [et al]. São Paulo: Hucitec, 2021.

CARNEIRO, Rosamaria e BRAGA, Raquel. *Resenha De peito aberto*. Diretora: Graziela Mantoanelli. São Paulo, 2019. In: *Anuário Antropológico, UnB*, v. 45, n. 2, pp. 259-264, maio-agosto, 2020.

CAROSIO, Alba. “Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latino-americano”. In: *Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

CAMPESTRINI, Selma. “Amamentação: aspectos antropológicos”. *Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília*, 45 (4): 285-289, out./dez. 1992.

CURIEL, Ochy. “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CURIEL PICHARDO, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: Otras formas de (re)conocer: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Edición: Irantzu Mendia Azkue, Marta Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion, Jokin Azpiazu Carballo. 2014. Disponível em:

[https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/269/Otras\\_formas\\_de\\_reconocer.pdf?1488539836](https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/269/Otras_formas_de_reconocer.pdf?1488539836)

DEAN, Jodi. Capitalismo comunicativo e luta de classes. Tradução de Milena Durante. Revisão de Cristina Ribas. LUGAR COMUM, Rio de Janeiro, n. 61, setembro de 2021.

DETTWYLER, Katherine. “Beauty and the breast: The cultural context of breastfeeding in the United States”. Em: Breastfeeding: Biocultural Perspectives, editado por Patrícia Stuart-Macadam e Katarine A. Dettwyler, pp. 167-215. Nova York: Ae de Gruyter, 1995.

DETTWYLER, Katherine, e LILES, IC. “Promoting breastfeeding, promoting guilt?” Em: Conference Papers, Breastfeeding: The Natural Advantage. Nursing Mothers’ Association of Austrália. Sydney: Austrália, p. 47-55, 1997.

DIMENSTEIN, Magda et al. “Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano”. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 28, n. 3, e61905, 2019.

DORLIN, Elsa. Sexo, gênero e sexualidades. São Paulo: crocodilo/Ubu Editora, 2021.

ECHAZÚ, Gretel. “Ecología y Lactancia: Apuntes desde la Antropología”. Universidad Nacional de Salta, 2004. Disponível em:

[https://www.academia.edu/17302780/Ecolog%C3%ADa\\_y\\_Lactancia\\_Apuntes\\_desde\\_la\\_Antropolog%C3%ADa](https://www.academia.edu/17302780/Ecolog%C3%ADa_y_Lactancia_Apuntes_desde_la_Antropolog%C3%ADa)

ECHAZÚ, Gretel. Lactancia-materna y políticas de salud: un estudio de caso en el Nuevo Hospital el Milagro. Tesis de grado en Antropología. Salta, 2007.

ESCOBAR, Arturo. “Bem-vindos à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura”. In: SEGATA, Jean e RIFIOTIS, Teophilos (orgs.). Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura. Brasília: ABA Publicações, 2016.

ESPINOSA, Yuderkys et al. “Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial: una conversa en cuatro voces”. In: WALSH, Catherine (ed.): *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013.

FAIRCLOTH, Charlotte. *Militant lactivism: attachment parenting and intensive motherhood in the UK and France*. New York: Berghahn Press, 2013.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FRASER, Nancy. *Contradições entre capital e cuidado*. Princípios: Revista de Filosofia. Natal, v. 27, n. 53, maio-agosto, 2020.

GIMENEZ, Gabrielle. *Leite fraco? Guia prático para uma amamentação sem mitos*. Curitiba: Matrescência, 2021.

GIMENO, Beatriz. *La lactancia materna: política e identidad*. Madrid: Ediciones Catedra, 2018.

GIORDANI, Rubia C. F. *et al.* “Maternidade e amamentação: identidade, corpo e gênero”. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 23(8):2731-2739, 2018.

GOMES, JMF., et al. “Amamentação no Brasil: discurso científico, programas e políticas no século XX”. In: PRADO, SD., et al. orgs. *Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Sabor metrópole series, vol. 5, pp. 475-491. ISBN: 978-85-7511-456-8. Also available in ePUB from:

<http://books.scielo.org/id/37nz2/epub/prado-9788575114568.epub>

GONZALEZ, Carlos. Um presente para a vida toda: guia de aleitamento materno. São Paulo: Editora Timo, 2019.

GRAHAM, Dee L. R. et al. Amar para sobreviver: mulheres e a síndrome de Estocolmo social. São Paulo: Editora Cassandra, 2021.

GUTIERREZ, Georgina Y. R. MONTEJANO, María D. C. “Etnoteorías y prácticas de lactancia materna en una comunidad maya de Yucatán”. Estudios de Antropología Biológica, volumen XVI: 907-928, 2013, ISSN 1405-5066.

HAUSMAN, Bernice L. “Women’s liberation and the rhetoric of “choice” in infant feeding”. International Breastfeeding Journal, v. 3, n. 10, 2008. 3 p. Disponível em: <http://www.internationalbreastfeedingjournal.com/content/pdf/1746-4358-3-10.pdf>

HERNANDEZ, Alessandra Rivero e VICTORA, Ceres Gomes. “Biopolíticas de aleitamento materno”. Cadernos de Saúde Pública 2018; 34(9):e001155117.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

HOOKS, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KALIL, Irene Rocha. “Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero”. Saúde debate vol.40 no.110 Rio de Janeiro jul./set. 2016. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042016000300208&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000300208&lng=pt&nrm=iso)

KALIL, Irene Rocha; COSTA, Maria Conceição da. “Entre o direito, o dever e o risco: olhares de gênero sobre amamentação”. Revista PerCursos. Florianópolis, v. 14, n.27, jul./dez. 2013. p. 07 – 32. (PDF) *Entre o direito, o dever e o risco: olhares de gênero sobre amamentação*. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/299135398\\_Entre\\_o\\_direito\\_o\\_dever\\_e\\_o\\_risco\\_olhares\\_de\\_genero\\_sobre\\_amamentacao](https://www.researchgate.net/publication/299135398_Entre_o_direito_o_dever_e_o_risco_olhares_de_genero_sobre_amamentacao)

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOFES, Suely. “Seguindo o conselho do poeta: repetir, repetir, até ficar diferente”. *Ex aequo*, 22, pp. 95-109, 2010.

KOFES, Suely. “Experiências sociais, interpretações individuais”. *Cadernos Pagu*, 3, pp. 117-141, 1994.

KOFES, Suely e MANICA, Daniela. “Apresentação” e “Narrativa biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser?”. In \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Vida & grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia*. RJ: Lamparina, 2015.

KOLLONTAI, Alexandra. *A revolução sexual e o socialismo: obras escolhidas de Alexandra Kollontai: volume 2*. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

KUSCHNIR, Karina. “Maternidade e amamentação: Biografia e relações de gênero intergeracionais”. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 56, 2008, pp.85 -103. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n56/n56a05.pdf>

LA LECHE LEAGUE INTERNATIONAL. *El arte femenino de amamentar*. Editorial Pax Mexico, 2005.

LABBOK, Miriam H.; SMITH, Paige Hall.; TAYLOR, Emily C. “Breastfeeding and feminism: a focus on reproductive health, rights and justice”. *International Breastfeeding Journal*, v. 3 n. 8, 2008. Disponível em: <http://www.internationalbreastfeedingjournal.com/content/pdf/1746-4358-3-8.pdf>

LANGDON, Esther Jean. “Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas”. *Ciênc. saúde coletiva* vol. 19 no. 4, Rio de Janeiro, 2014.

LEAL, Maria do Carmo, GAMA, Silvana Granado Nogueira, PEREIRA, Ana Paula Esteves, PACHECO, Vanessa Eufrauzino, CARMO, Cleber Nascimento, SANTOS, Ricardo Ventura. “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública* 33 Sup. 1:e00078816, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33s1/1678-4464-csp-33-s1-e00078816.pdf>

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. “Colonialidad y género”. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre, 2008.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro/dezembro, 2014.

MALUF, Sonia Weidner. “Janelas sobre a cidade pandêmica”. Tomo, n. 38, jan/jun, 2021.

MASSÓ GUIJARRO, Ester. “Lactancia materna y revolución, o la teta como insumisión biocultural: calostro, cuerpo y cuidado”. Dilemata, año 5, nº 11, 196-206., 2013.

MASSÓ GUIJARRO, Ester. “Conjeturas (¿y refutaciones?) sobre amamantamiento: Teta decolonial”. DILEMATA, año 7, nº 18, p. 185-223, 2015a.

MASSÓ GUIJARRO, Ester. Una etnografía lactivista: la dignidad lactante a través de deseos y políticas. Revista de Antropología Iberoamericana, vol. 10, nº 2, mayo-agosto, p. 231-257, 2015b.

MASSÓ GUIJARRO, Ester. Lactivismo contemporáneo en España: ¿una nueva marea sociopolítica? Journal of Spanish Cultural Studies, 16:2, 193-213, 2015c.

MERUANE, Lina. Contra os filhos. São Paulo: Todavia, 2018.

MARTIN, Emily. A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARTON, Bibiana e ECHAZÚ, Gretel. La violencia simbólica en la consulta médica: la naturalización de la díada madre-hijo y la promoción compulsiva de la lactancia materna. Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad, n. 5, pp. 119-143, 2010.

MENDONÇA, Maria Collier. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. Revista Ártemis, vol. XXXI nº 1; jan-jun, 2021, pp. 56-72.

MENDOZA, Breny. “Coloniality of Gender and Power: From Postcoloniality to Decoloniality”. The Oxford Handbook of Feminist Theory, Oxford, 2016.

MEYER, Dagmar Estermann. “Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos”. Movimento. Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 33-58, setembro, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115317979003>

MILLÁN, Mária (org.). Descolonizando nossos feminismos. Más allá del feminismo: caminos para andar. México: Red de Feminismos Descoloniales, 2014. Revista Estudos Feministas, vol. 24, núm. 3, septiembre-diciembre, pp. 1023-1025, UFSC, 2016.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. “Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica”. El Cotidiano, núm. 184, marzo-abril, pp. 7-12. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco, Distrito Federal, México, 2014.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. “Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

NUNES, Cristiane Nogueira. Amamentação e o desdesign da mamadeira: por uma avaliação da produção industrial. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019.

Office of the Surgeon General (US); Centers for Disease Control and Prevention (US); Office on Women's Health (US). The Surgeon General's Call to Action to Support Breastfeeding. Rockville (MD): Office of the Surgeon General (US); 2011. Barriers to Breastfeeding in the United States. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK52688/>

OLZA, Ibone. Lactivista. Editorial Ob Stare, 2016.

OLZA, Ibone, RUIZ-BERDÚN, Dolores y VILLARMEA, Stella (2017). “La culpa de las madres: promover la lactancia materna sin presionar las mujeres”. En GUIJARRO, Esther Massó. Mamar: mythos y lógos sobre lactancia humana. Dilemata: Revista Internacional de Éticas Aplicadas, nº 25, p. 217-225.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. “Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

QUIROGA DIAZ, Natalia. “Economía del cuidado. Reflexiones para um feminismo decolonial”. Ver. Casa de la Mujer ISSN 2215-2725. N°20 (2): 97-116, julio-diciembre 2011.

RICH, Adrienne. Of woman born: motherhood as experience and institution. New York: Norton, 1986.

RODRIGUES, Icleia Parente e QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira. “Compreensão da vivência materna na amamentação”. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/5494/3984>

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALA, Nuria Calafell. “Mujeres-madres lactantes: nuevos cuerpos, nuevos discursos”. Revista de Estudios de Género, La Ventana, n° 46, julio-diciembre de 2017, pp. 143-175.

SALA, Nuria Calafell. “Cuerpos y emociones en conflicto: la exhibición del amamantamiento en Facebook”, methaodos.revista de ciencias sociales, 7 (1): 120-133, 2019.

SANDRE-PEREIRA, Gilza. “Amamentação e sexualidade”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 467-491, jul-dez, 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9842/9071/>

SANZ VIDAL, Francesca. “Lactivismo como movimiento de resistencia: (re) acciones activistas en contextos urbanos mexicanos”. En: MASSÓ GUIJARRO, Ester: Mamar,

mythos y logos sobre lactancia humana. Dilemata. Revista Internacional de Éticas Aplicadas, nº 25, 239-250, 2017.

SCAVONE, Lucila. Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? Revista Estudos Feministas, v.16, n.1, Florianópolis, jan./abr., 2008.

SCAVONE, Lucila. “Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero”. Interface, vol.5, no.8, Botucatu, fev., 2001.

SCAVONE, Lucila. “A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais”. Cadernos Pagu, no. 16, Campinas, 2001.

SCIORTINO, Silvana. “Semillas, hijos y pueblos: cuando la maternidad se conforma en lucha”. In Revista Corpus: Archivos virtuales de la alteridad americana, v. 7, n. 1. 2017.

SEGATA, Jean. “Dos cibernautas às redes”. In: SEGATA, Jean e RIFIOTIS, Teophilos (orgs.). Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura. Brasília: ABA Publicações, 2016.

SEGATO, Rita Laura. O Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. Crítica da colonialidade em oito ensaios. E uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita Laura. “El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad”. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 2., 2014. pp. 304.

SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. In: Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. Brasília, 2016, pp. 106-131.

SERPA, Nara Cavalcante. A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: questão de gênero. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Agosto, 2010.

SILVA, A. A. M., 1990. Amamentação: Fardo ou Desejo? Estudo Histórico-social dos Saberes e Práticas sobre Aleitamento Materno na Sociedade Brasileira. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

SILVA, Fernanda Loureiro. RUSSO, Jane. NUCCI, Marina. Gravidez, parto e puerpério na pandemia: os múltiplos sentidos do risco. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 245-265, jan./abr. 2021

SMITH, Paige Hall. “Is it just so my right? women repossessing breastfeeding”. International Breastfeeding Journal, v. 3, n. 12, 2008. Disponível em:  
<http://www.internationalbreastfeedingjournal.com/content/pdf/1746-4358-3-12.pdf>

SOUZA, Andressa da Silva. FRANCA, Kamilla Matos Cardoso. DE DEUS, Yasmim Ellen Rodrigues. Maternidade compulsória: implicações na vida da mulher. 17º Congresso de Iniciação Científica da FASB, Barreiras, 2019.

TELLES, Lorena Ferreira. “Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888)”. In: “Ventres Livres? Gênero, maternidade e legislação”, org. Maria Helena P. T. Machado [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VIVAS, Esther. Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade. São Paulo: Editora Timo, 2021.

WITTIG, Monique. The straight mind. Boston: Beacon Press, 1992.

WITTIG, Monique. “Não se nasce mulher”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.